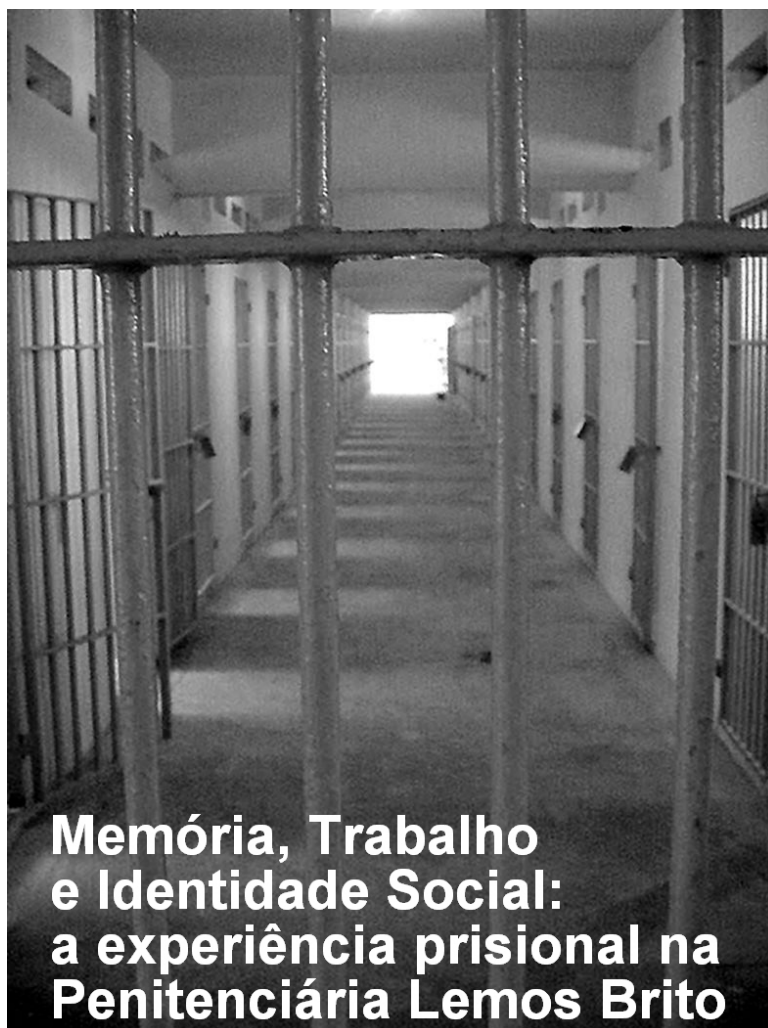


**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social
Linha de Pesquisa Memória e Espaço**



**Memória, Trabalho
e Identidade Social:
a experiência prisional na
Penitenciária Lemos Brito**

**Cristina Leite Lopes Cardoso
Orientadora: Prof^a Dr^a Icléia Thiesen**

**Rio de Janeiro
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social
Linha de Pesquisa Memória e Espaço

Memória, Trabalho e Identidade Social:
a experiência prisional na Penitenciária Lemos Brito

Cristina Leite Lopes Cardoso
Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Icléia Thiesen

Rio de Janeiro
2008

Memória, Trabalho e Identidade Social:
a experiência prisional na Penitenciária Lemos Brito

Defesa de Dissertação como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em Memória Social

Cristina Leite Lopes Cardoso

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Icléia Thiesen

Rio de Janeiro

2008

C268 Cardoso, Cristina Leite Lopes.
Memória, trabalho e identidade social : a experiência prisional na Penitenciária Lemos Brito / Cristina Leite Lopes Cardoso, 2008.
155f.

Orientador: Icléia Thiesen.

Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

1. Penitenciária Lemos Brito. 2. Penitenciárias – Brasil – Rio de Janeiro (RJ). 3. Memória - Aspectos sociais. 4. Presidiários – Condições sociais. 5. Identidade social. 6. Isolamento social. 7. Reintegração social. I. Thiesen, Icléia. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003-). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 365.98153

Memória, Trabalho e Identidade Social:
a experiência prisional na Penitenciária Lemos Brito

Banca Examinadora

Profª Drª. Icléia Thiesen (Orientadora) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches – Universidade Gama Filho (UGF)

Profª Drª. Cláudia Beltrão (Suplente) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

O confinamento espacial, o encarceramento sob vários graus de severidade e rigor, tem sido em todas as épocas um método primordial de lidar com setores inassimiláveis e problemáticos da população, difíceis de controlar. Os escravos eram confinados às senzalas. Também eram isolados os leprosos, os loucos e os de etnia ou religião diversas das predominantes. Quando tinham permissão de ambas fora das áreas a eles destinadas, eram obrigados a levar sinais do seu isolamento para que todos soubessem que pertenciam a outro espaço.

(Zygmunt Bauman)

À minha família, que hoje já compreende os motivos pelos quais eu vivo entrando em presídios e ao meu querido Alex, que já me conheceu assim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente àqueles que me incentivaram a trilhar esse novo caminho, que não contestaram a minha mudança de rumo, mas, ao contrário, sempre acreditaram que essa nova trajetória seria, como está sendo, um grande momento de aprendizado. Assim, Ricardo e Luisa, obrigado por me fazerem ter a coragem de mudar.

À minha família e aos meus velhos e novos amigos, em especial: Carol Trotta, amiga desde criancinha que vem me auxiliando a desvendar os mistérios do computador! Joana Lebreiro, que me apresentou ao curso e ficou no meu pé até que eu passasse para cumprir promessa. Virou amiga e anjo da guarda. Obrigada Joana! Chayanna Ferreira, que me deu uma “mãozinha”. Ao Ricardo Pimenta e Fred Sidney, meus colegas de linha de pesquisa, por terem compartilhado comigo muitos momentos de alegria e aflição. E ao Antônio Carlos, amigo, chefe, professor e conselheiro, pelo apoio indispensável à conclusão desta etapa de minha vida.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, principalmente, Prof. Dr. Marco Aurélio Santana, pelas aulas maravilhosas, cujos debates enriqueceram não apenas os nossos trabalhos.

À Prof^ª. Dr^ª. Icléia Thiesen, por ter demonstrado ser muito mais do que uma excepcional orientadora: respondendo milhões de e-mails, telefonemas em horários impróprios, compartilhando alegrias, angústias e até se metendo em celas de presídio! Trazendo o rigor mais doce que existe, fazendo muitas cobranças, mas sempre iluminando nossos caminhos. Muito obrigada!

Ao meu amor, Alex Cadier, que participou de todas as etapas da elaboração deste trabalho, me incentivando sempre, trocando idéias e, principalmente, acordando para me abraçar e me escutar nas minhas noites de insônia.

Agradeço ainda ao Diretor da Penitenciária Lemos Brito e toda a sua equipe pela “hospitalidade” com que fui recebida e, por fim, agradeço aos presos e egressos que me auxiliaram e que, principalmente, tiveram a confiança de comigo compartilhar parte de suas vidas, lembrando coisas que talvez merecessem ser esquecidas e também fazendo ressurgir outras que devem sempre ser lembradas. Sem vocês este trabalho não existiria.

RESUMO

A presente pesquisa visa caracterizar e analisar a memória construída pelos presidiários da Penitenciária Lemos Brito, localizada no Estado do Rio de Janeiro, a partir da experiência por eles vivenciada no espaço prisional, verificando como a pena de prisão interfere em suas vidas alterando suas identidades. A escolha desse espaço – Penitenciária Lemos Brito – se deu em razão desta unidade prisional ter sido construída no mesmo local da antiga Casa de Correção da Corte, considerada como o primeiro projeto penitenciário brasileiro a trazer a idéia da correção do indivíduo através do trabalho. Em virtude da permanência do discurso da ressocialização – em conformidade com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/84) – como legitimador da utilização da pena privativa de liberdade, e, em contrapartida, de seu aparente fracasso, tendo em vista que a imagem sugerida do ex-presidiário é a de que este é perigoso e irrecuperável, surgiu a necessidade de (re)construirmos a memória desses indivíduos, ainda que em fragmentos, através da metodologia da história oral combinada à observação participante. A análise desses dados é feita com auxílio de bibliografia relacionada à memória, ao espaço prisional e à identidade social, e também com auxílio de bibliografia relacionada à criminologia crítica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CAMINHOS DA PESQUISA.....	17
1.1 Memória, espaço e identidade.....	17
1.1.1 <u>Memória, memórias.....</u>	17
1.1.2 <u>Espaço prisional – instituição total: vigiar e punir. Corrigir?.....</u>	23
1.1.3 <u>Identidade social: do estigma ao etiquetamento.....</u>	28
1.2 Procedimentos metodológicos.....	30
1.2.1 <u>Da história oral.....</u>	31
1.2.2 <u>Perfil dos entrevistados.....</u>	37
2 LEMOS BRITO: ORIGEM, ESPAÇO E CARACTERÍSTICAS.....	55
2.1 Da Casa de Correção à Penitenciária Lemos Brito.....	55
2.2 Etnografia do espaço prisional.....	67
2.3 Modelo de disciplina.....	81
3 O COTIDIANO PRISIONAL E A IDENTIDADE SOCIAL.....	91
3.1 Criminalidade e condição social.....	91
3.2 Imagens e valores da experiência prisional.....	95
3.2.1 <u>A repressão: polícia e extermínio.....</u>	95
3.2.2 <u>A salvação: a presença da Igreja no cotidiano da prisão.....</u>	99
3.2.3 <u>Amores e preconceitos: memórias do cubículo.....</u>	105
4 TRABALHO, REINCIDÊNCIA E RESSOCIALIZAÇÃO.....	109
4.1 Prisão com trabalho.....	111
4.2 Reincidência e estigmas.....	118
4.3 Ressocialização possível.....	123
5 APÓS A DESATIVAÇÃO: UM NOVO ESPAÇO, OUTRAS MEMÓRIAS.....	133
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142
ANEXOS.....	147

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa primordialmente analisar a memória construída pelos presidiários¹ da Penitenciária Lemos Brito, a partir da experiência por eles vivenciada no espaço prisional. A idéia é trabalharmos com aqueles indivíduos que estavam cumprindo pena há mais tempo e que tiveram a oportunidade de exercer alguma atividade laborativa, construindo suas memórias e verificarmos como a pena de prisão interfere na vida desses indivíduos.

A escolha do espaço de nossa pesquisa – Penitenciária Lemos Brito – não ocorreu por acaso. Esta unidade prisional foi construída no mesmo local da antiga Casa de Correção da Corte, considerada como o primeiro projeto brasileiro de espaço prisional influenciado pelas idéias reformistas².

A própria arquitetura da antiga Casa de Correção havia sido inspirada no modelo panóptico. Era prevista a existência de quatro raios em torno de uma torre central de onde tudo poderia ser vigiado. Ironicamente a Casa de Correção funcionou apenas com dois raios, por ter faltado verba para a sua conclusão. A construção desse espaço sofreu duras críticas por não ter sido respeitado o projeto original³ e a histórica Casa de Correção da Corte acabou sendo demolida para a construção da Prisão do Distrito Federal, que passou a ser a Penitenciária Lemos Brito.

Embora essa Penitenciária tenha ocupado prédio distinto do original, consta como data de sua regulamentação o dia 06 de julho de 1850⁴, o que significa que seus ideais permaneceram os mesmos. Assim, onde antes funcionava a Casa de Correção da Corte, um dos braços do nosso panóptico, funcionou também a Penitenciária Lemos Brito, considerada como uma das melhores unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito à implantação de técnicas de ressocialização, por oferecer diversas atividades laborativas e

¹ Serão aqui utilizados os termos “presos” e “presidiários” indistintamente.

² Os ideais absolutistas que caracterizavam a legislação criminal na Europa até a metade do século XVIII contrariavam as idéias que surgiam com a filosofia iluminista, fundamentadas na razão e na humanidade, inspirando a reação de alguns pensadores no campo político-criminal, os chamados reformadores, dentre os quais destacam-se Beccaria, Howard e Bentham, cujas idéias vigoram até os dias de hoje. (BITENCOURT, 2001, pp. 31-56)

³ KOERNER, Andrei. O impossível ‘panóptico tropical escravista’: práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, nº 35, Ano 9. e ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Direito e prática histórica da execução penal no Brasil**. Rio de Janeiro, Revan, 2005.

⁴ A regulamentação se deu através do Decreto nº 678, de 06/07/1850, e destinava-se a dar execução à pena de prisão com trabalho, dentro do respectivo recinto *in* Fundo/coleção: Série Justiça – Casa de Correção (IJ7) – Arquivo Nacional. Fichários 03 e 94. Disponível em <<http://www.arquivonacional.gov.br>> Acesso em 01/12/2006.

educativas, como indústria de reciclagem de papel, laboratório de informática, teatro, cursos de música, fábrica de móveis, fábrica de pães, dentre outras atividades⁵.

Afirmamos que “funcionou” porque, no decorrer de nossa pesquisa, para nossa surpresa, acabou sendo efetuada a desativação do Complexo Frei Caneca. O efetivo da Penitenciária Lemos Brito foi transferido no dia 1º de dezembro de 2006 para uma unidade prisional inaugurada no Complexo de Gericinó⁶. O processo de desativação do Complexo Frei Caneca já foi objeto de várias disputas políticas, bem como o destino a ser dado ao seu terreno. Uma das unidades prisionais que lá funcionava foi demolida em 2003 e é essa a previsão do destino das outras construções⁷, não havendo preocupação com a importância histórica desses espaços.

A motivação para a elaboração desta pesquisa surgiu em virtude de, ao longo de quatro anos, termos estagiado na área criminal junto à Defensoria Pública, sendo dois desses anos em duas unidades prisionais que traziam explicitamente um enorme descompasso com a ressocialização prevista na Lei de Execuções Penais⁸. Ter presenciado a situação de total desumanização dos presos fez com que perdêssemos a esperança de qualquer possibilidade de ressocialização. Nesse sentido, despontou o interesse de nossa pesquisa ser realizada na Penitenciária Lemos Brito, justo por esta ser considerada, historicamente, como uma prisão-modelo. No entanto, não almejamos com isso recuperar nossa esperança, mas sim verificar quais são as impressões deste grupo pertencente a uma instituição-total que em tese é “ideal”.

Durante o período em que estagiamos na área criminal, percebemos que algo que muito nos seduzia era a imagem criada por quem estava “de fora” acerca dos criminosos. Nós mesmos tínhamos uma idéia deturpada deste “mundo” tão distante e ao mesmo tempo tão próximo e ameaçador, principalmente em decorrência de valores determinados pela mídia. Entendemos que a valorização da violência e a conseqüente intervenção do Estado de forma extrema, com o intuito de reprimir e não prevenir delitos, serve como um aparato de controle social, na medida em que ao controlar informações, acabam por vitimar a verdade. Conforme Denis Sampaio:

O rótulo criminal - cristalizado em fichas de antecedentes, certidões criminais, ou surgido através da divulgação sensacionalista da mídia - produz uma

⁵ Informações retiradas do sítio <<http://seap.ecosistemas.com.br/unidades/lb/atividades/lb.htm>>. Acesso em 01/12/2006.

⁶ Conforme notícia publicada no sítio <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/12/01/286862055.asp>>. Acesso em 01/12/2006. Ver também <<http://seap.ecosistemas.com.br/noticia/2006/novembro06.htm>>. Acesso em 01/12/2006.

⁷ O setor administrativo da Penitenciária Lemos Brito foi implodido no dia 26 de dezembro de 2006, o restante da unidade continua de pé até hoje, sem previsão do que lá será feito.

⁸ Presídio Evaristo de Moraes, situado em São Cristóvão – apresentando condições degradantes e Penitenciária Dr. Serrano Neves, conhecida como Bangu III, palco de diversas rebeliões.

assimilação de suas características pelos rotulados, a geração de expectativas sociais de condutas correspondentes ao seu significado, a perpetuação do comportamento criminoso e a aproximação recíproca de indivíduos estigmatizados. (2004, pp. 168-169)

Além disso, o grupo dos presos, desses indivíduos estigmatizados, tem a seu desfavor a construção de uma memória vinculada diretamente à importância de seu grupo no momento da elaboração da lembrança (HALBWACHS, 1990). A memória das pessoas que estão “do lado de fora” acerca dos criminosos e, principalmente, dos presidiários, torna-se algo de relevo para uma futura ressocialização, uma vez que o que fica marcado, o que é diariamente (re)lembrado, é a imagem do criminoso nato, cruel e, sobretudo, irrecuperável.

Hardt chamou nossa atenção ao afirmar que “concebem-se assim, pelo menos implicitamente, os povos dominados como diferentes dos humanos, como pertencentes a uma ordem de seres diferentes, de outra natureza”. (*apud* ALLIEZ, 2000, p. 363)

A transformação das pessoas em não-pessoas, em seres animados, mas não humanos, nem sempre é fácil. Uma série de técnicas de despersonalização entra então em ação, cuja finalidade é auxiliar o guarda a esquecer a humanidade do outro. Os seres humanos não ficam nus em grupos, não se deslocam nus; privá-los de suas vestes é aproximá-los dos animais. (TODOROV *apud* ROLIM, pp. 326-327)

A imagem propagada sugere que todos os presos são perigosos e animais. Ocorre que essa memória que nos é transmitida tem sua própria força e é perpetuada, uma vez que a memória não é apenas passado, ela é presente e também futuro (HALBWACHS, 1990), o que cria uma permanente e ameaçadora tensão entre a sociedade e o ex-presidiário, que acaba sendo rotulado como eterno criminoso.

Uma dificuldade encontrada pelos pesquisadores da área de segurança pública é a coleta de dados consistentes. Segundo Gláucio Ary Dillon Soares (IUPERJ), “a falta de dados enseja um debate sem racionalidade, na base dos sentimentos, de emoções fortes. (...) Nesse mundo de escassos conhecimentos e achismos a granel, existe o perigo de resultados de pesquisa séria, dados demonstrados e chute terem o mesmo status epistemológico”⁹. Ressalte-se que somente no ano de 2004 foi lançado pelo Ministério da Justiça¹⁰ o Sistema de Informações Penitenciárias - INFOPEN, um programa de coleta de dados, com acesso via Internet, alimentado com informações fornecidas pelas secretarias estaduais, porém tais dados ainda não são muito precisos. Portanto, daremos preferência às informações colhidas diretamente junto à Secretaria Estadual

⁹ In <<http://conjunturacriminal.wordpress.com/category/reincidencia/>>. Acesso em 12/01/2008.

¹⁰ <<http://www.mj.gov.br/>>. Acesso em 02/12/2006.

de Administração Penitenciária¹¹. E nos utilizaremos também do Perfil dos Presos da Penitenciária Lemos Brito 2005/2006¹².

É possível se observar que a população masculina que compõe o sistema penitenciário fluminense nos últimos cinco anos é predominantemente jovem, 48% está na faixa etária entre 18 e 25 anos de idade¹³, contudo no ano de 2006 a maioria dos internos da Lemos Brito situava-se na faixa de 31 a 40 anos (42,2%)¹⁴, portanto mais maduros. Dentre a população carcerária do Rio de Janeiro, 55% são pardos ou negros, a maioria não concluiu o ensino fundamental e cerca de 11% são analfabetos¹⁵. Merece destaque que 65% dos presos no Rio de Janeiro informaram que estavam trabalhando no momento da prisão¹⁶, enquanto na Lemos Brito esse percentual sobe para 91,7%, sendo 59,6% no mercado informal¹⁷. A renda familiar da maioria destes internos era inferior a três salários mínimos (69%)¹⁸.

O roubo e o tráfico são os delitos mais praticados pelos presos do Rio de Janeiro e a motivação do cometimento dos mesmos se deu para 39% daqueles que reconheceram a sua responsabilidade no crime em razão de necessidades básicas¹⁹. Os condenados pelo tráfico são mais jovens, com idades entre 18 e 25 anos (61,5%), do que os condenados por roubo, com idades entre 22 e 30 anos (60,8%)²⁰. Na Lemos Brito os crimes mais praticados pelos internos são latrocínios (roubo seguido de morte), homicídios e roubos, totalizando 46,8%. Logo, seus presos, além de serem mais velhos, têm penas mais altas do que o restante do sistema²¹.

O índice de reincidentes na Lemos Brito no ano de 2006 era de 27,5%, enquanto que pela análise dos dados disponíveis no Ministério da Justiça, este índice no estado do Rio de Janeiro era de 67%, considerando-se a reincidência como a prática de novo crime após o trânsito em julgado de sentença que tenha condenado o mesmo agente a crime anterior.

Podemos perceber que grande parte dessas pessoas, antes mesmo da clausura, já eram “excluídas” da sociedade, pois viviam em localidades dominadas pela violência lá instalada pelo tráfico, que acaba cooptando o trabalho dos desempregados e daqueles subempregados

¹¹ Através da Atualização de Dados do PIT: plano de tratamento penitenciário e do Perfil Biopsicossocial das pessoas condenadas que ingressaram no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro: um estudo de cinco anos.

¹² Este levantamento de dados foi elaborado pelo Núcleo de Estudos Criminológicos da Universidade Federal Fluminense em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária e encontra-se disponível em <<http://www.noticias.uff.br/noticias/2007/01/pesquisa-penitenciaria-lemos-brito.php>> Acesso em 12/01/2008.

¹³ Atualização de Dados do PIT: plano de tratamento penitenciário, pp. 6 e 23.

¹⁴ Perfil dos Presos da Penitenciária Lemos Brito 2005/2006.

¹⁵ Atualização de Dados do PIT: plano de tratamento penitenciário, pp. 6 e 23.

¹⁶ Ibid. pp. 15 e 24.

¹⁷ Perfil dos Presos da Penitenciária Lemos Brito 2005/2006.

¹⁸ Atualização de Dados do PIT: plano de tratamento penitenciário, p. 12.

¹⁹ Ibid. pp. 15 e 17.

²⁰ Ibid. p. 15.

²¹ Perfil dos Presos da Penitenciária Lemos Brito 2005/2006.

que não têm acesso à pauta de direitos mínimos de cidadania que deveria ser fornecida pelo Estado. Este, por sua vez, só se faz presente nessas localidades de forma ostensiva, através do aparato policial que comumente “entra” nesses espaços de forma violenta, visando à repressão, tratando a todos de forma semelhante, como potenciais criminosos. Segundo Loïc Wacquant: “A sociedade brasileira continua caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal, transformada em principal flagelo das grandes cidades” (2001, p. 8).

A supervalorização da violência urbana, propagadora de uma memória de medo, perpetua mitos e estigmas sobre as classes desfavorecidas (verdadeiros redutos de criminosos e pessoas propensas ao delito, algo “quase” lombrosiano) e, principalmente, sobre os presidiários, trazendo a reboque a ruptura de direitos constitucionalmente assegurados em prol da segurança, fortalecendo a falsa idéia de proteção através do enrijecimento e do uso deturpado da legislação. Isso pode ser facilmente presenciado na utilização do denominado “mandado de busca e apreensão genérico”, comumente feito para adentrar em residências situadas em favelas a fim de se encontrar alguma prova de crime. Esta prática desrespeita a regra disposta no artigo 243 do Código de Processo Penal, que é uma extensão da garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio²², gerando prova ilegítima, portanto ilegal. Conforme critica Paulo Rangel: “A Constituição foi elaborada para ser respeitada em todo o território nacional e não só no asfalto e nas áreas nobres das cidades”. (2005, p. 426)

Dessa maneira “o sistema penal resume-se num reflexo de valores da classe dominante, servindo como instrumento de manutenção de desigualdades sociais e controle das classes periféricas, ou seja, desfavorecidas” (SAMPAIO, 2004, p. 172). No mesmo sentido: “A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença” (SILVA, 2000, p. 83).

Cabe lembrar que durante toda a história o medo sempre ganhou uma “cara” – medo dos negros, dos capoeiras, dos vadios, dos comunistas, dos traficantes, dos favelados, dos presidiários – de maneira que o “inimigo” é sempre definido pelo critério da exclusão social, é aquele com o qual o grupo social dominante não se identifica, conforme explica Tomaz Tadeu da Silva:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e lingüística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. (2000, p. 81)

²² Artigo 5º, inciso XI da Constituição da República Federativa do Brasil.

Destarte, “os setores pobres e favelados do Rio de Janeiro se tornaram a nova classe perigosa” (FREIXO, 2006), o que já demonstraria por si só a grande falácia da ressocialização, uma vez que o “cliente preferencial” das prisões, antes mesmo de ser preso, já não era “socializado”, pelo contrário, era estigmatizado²³.

Além disso, a pena de prisão nunca serviu para a ressocialização e sim para distanciamento e estigmatização (FOUCAULT, 1996). Concomitantemente a esse complicado quadro, a mídia pede “PAZ”, divulga fotos dos apartamentos de áreas nobres da cidade com faixas onde se lê “BASTA”, mas continua propagando suas memórias e seus mitos em relação aos excluídos e, principalmente, em relação aos presos.

Em virtude da permanência do discurso da ressocialização como fator legitimador da permanência da utilização da pena de prisão, surgiu a vontade de (re)construirmos a memória dos presos, através do olhar daquele grupo de presos que vêm recebendo o melhor tratamento no que diz respeito à ressocialização.

A pesquisa tem por objetivo geral analisar a memória que os presos reconstruem a partir da experiência vivenciada no espaço prisional da Penitenciária Lemos Brito. E, como objetivos específicos: investigar a percepção da identidade dos presos, verificando se esta é associada à diferença de condição social; verificar como se constrói a identidade do preso e como o trabalho prisional interfere nisso e em seu futuro retorno à sociedade. O que os presos dizem sobre a criminalidade, bem como sobre o sistema prisional enquanto instituição encarregada da sua ressocialização; e evidenciar imagens, representações e valores construídos pelos presos em torno do crime e da experiência prisional. Em suma, que eles possam nos revelar, mesmo que em fragmentos, memórias do mundo da prisão.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma:

Em *Caminhos da Pesquisa*, tratamos do arsenal teórico e metodológico que norteou o percurso deste trabalho – nos detivemos principalmente nos estudos de memória, espaço e identidade social e a metodologia da História Oral.

Em *Lemos Brito: Origem, Espaço e Características*, fazemos uma abordagem histórica do espaço onde funcionou a Casa de Correção da Corte, a etnografia da Penitenciária Lemos Brito antes de sua desativação e tratamos da principal característica de seu espaço que é a disciplina.

Em *O Cotidiano Prisional e A Identidade Social*, nos concentramos sobre os relatos dos nossos entrevistados acerca de suas experiências vividas no cárcere quanto ao seu

²³ Em 08 de junho de 2003, foi veiculada no jornal “o Globo” uma reportagem intitulada “Uma violência simbólica” revelando que o salário de um trabalhador sofre defasagem de até 40% pelo fato de sua residência ser em uma favela.

cotidiano e as múltiplas identidades que emergem da relação entre os grupos de presos. Também observamos a memória coletiva dos presos da Penitenciária Lemos Brito no que concerne à criminalidade.

Em *Trabalho, Reincidência e Ressocialização*, abordamos questões relacionadas ao trabalho intra e extra-muros, interligando às narrativas dos presos e observando o que eles têm a dizer a respeito da reincidência e da ressocialização e a condição de ex-presidiário.

Em *Após a Desativação: Um Novo Espaço, Outras Memórias*, tratamos das diferenças na percepção do espaço e da relação deste com as suas memórias.

Em nossas Considerações Finais, relembramos as questões abordadas durante o trabalho, fazendo uma síntese das análises realizadas.

1 CAMINHOS DA PESQUISA

1.1 Memória e Espaço Prisional

1.1.1 Memória, memórias

Considerando o fato de que os diversos autores com os quais temos contato são nossos intercessores, nos ajudando a pensar e formular novas idéias, utilizaremos ao longo da pesquisa principalmente dois autores que abordaram a questão da memória: Maurice Halbwachs e Michael Pollak.

Maurice Halbwachs (1877 – 1945) foi um sociólogo francês da escola durkheimiana. Seu reconhecimento acadêmico se deu com a publicação de “*Les cadres sociaux de la mémoire*” (1925), onde trouxe o entendimento de que a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com os seus grupos de referência e convívio, relacionando diretamente a evocação e a localização das lembranças a quadros sociais reais. Em sua obra póstuma intitulada “*A Memória Coletiva*” (1990), observamos que para esse autor todas as lembranças fazem parte de um contexto social, do qual o indivíduo que (re)lembra teve algum envolvimento, mesmo que não diretamente. Para Halbwachs, a memória de uma pessoa nunca poderá ser considerada como estritamente individual, eis que todo indivíduo está inserido em uma sociedade, relacionando-se com grupos, com outros indivíduos, ainda que apenas em pensamento. Mesmo aquelas lembranças consideradas mais pessoais, mais íntimas, que tratem de algum acontecimento onde apenas a pessoa que (re)lembra esteve presente, são para ele, de alguma forma, coletivas. Em sua linha de raciocínio as lembranças são sempre relacionadas a quadros sociais, a partir de referências de um determinado ambiente coletivo.

Maurice Halbwachs evoca o depoimento, que não tem sentido senão em relação a um grupo do qual faz parte, pois supõe um acontecimento real outrora vivido em comum e, por isso, depende do quadro de referência no qual evoluem presentemente o grupo e o indivíduo que o atestam. (DUVIGNAUD, 1990, p. 13)

A construção de memória é para ele um fenômeno social, que sofre transformações relacionadas ao contexto em que o indivíduo se encontra no momento em que evoca a lembrança, não existindo uma memória pronta, mas sempre relacionada a esse processo de construção no presente, a partir do passado, e todos aqueles grupos sociais dos quais o

indivíduo fez parte são os seus apoios coletivos de referência no ato de reconstrução de cada memória individual, trazendo em sua obra a influência de Durkheim.

Apesar de algum equívoco de expressão, ele (Halbwachs) nos faz compreender profundamente que não é o indivíduo em si nem nenhuma entidade social que se recorda; mas que ninguém pode lembrar-se efetivamente, senão da sociedade, pela presença ou a evocação e, portanto, pela assistência dos outros ou de suas obras; [...] Um homem que se lembra sozinho daquilo que os outros não se lembram assemelha-se a alguém que vê o que os outros não vêem. (ALEXANDRE, 1990, p. 23)

Halbwachs ressalta, no entanto, que poderão existir alguns grupos com mais estabilidade do que outros, bem como a hipótese de um indivíduo fazer parte de vários simultaneamente (1990, p. 28). Esse aspecto muito nos interessa em nossa pesquisa acerca da memória dos presidiários, uma vez que assim como qualquer outro grupo social não é monolítico, o conjunto de presos, ou, no linguajar deles, o “coletivo”²⁴, não é homogêneo, como muitas vezes aparenta ser:

Os criminosos não são os “outros” relativamente ao restante da humanidade. Não formam, destarte, um grupo homogêneo, perfeitamente identificável e separável da sociedade civil, através da apresentação de características certas e definidas. [...]

Por conseqüência, afora o traço comum de estarem submetidos às condições anormais da penitenciária, os internos divergem de uns para os outros extraordinariamente, tanto quanto divergem entre si as pessoas que compõem uma dada comunidade do mundo livre. E, com a mesma intensidade com que apresentam desvios e falhas, mostram predicados, tais como a coragem, o altruísmo, a bondade, a lealdade, a auto-suficiência, o amor próprio etc. (grifo nosso) (THOMPSON, A. 1998, pp. 81-82)

Assim, embora tenhamos um perfil delimitado para nossas entrevistas, é certo que encontraremos indivíduos distintos, com histórias de vida e interesses também distintos e que farão parte de diferentes grupos dentro da Penitenciária Lemos Brito. Ademais, é importante destacar que estes também são passíveis de mudanças, não são estanques, e apresentam deslocamentos, podendo crescer ou diminuir, de acordo com a sua posição no tempo e no espaço. Há, ainda, a possibilidade da existência de grupos circunscritos, como por exemplo, presos evangélicos que concomitantemente exercem alguma atividade laborativa. Para Halbwachs, é justamente dessa inter-relação entre os grupos sociais que são produzidas as lembranças coletivas (1990).

A intensidade dessas lembranças se dá na medida da importância que os grupos representam para aquele que lembra no exato momento dessa rememoração. Esse sentimento

²⁴ Ver glossário.

de ligação que a pessoa ainda tem com os grupos no momento em que reconstrói sua lembrança é chamado por Halbwachs de *engajamento*. Há a necessidade da identidade com o grupo e com o seu passado, eis que a memória individual por si só não é suficiente para a evocação das lembranças. Caberá aos grupos com os quais a pessoa na atualidade mais se identifica a produção do ponto de vista mais forte. Neste sentido:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (HALBWACHS, 1990, p. 34)

Não ignora a importância da memória individual, mas dá prevalência à memória coletiva em razão dos indivíduos estarem inseridos em grupos sociais.

Certo, a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados. [...] Somos arrastados em múltiplas direções como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica. (DUVIGNAUD, 1990, p. 14)

É do ponto de vista do grupo no presente, portanto, grupo de indivíduos submetidos ao espaço prisional, o lugar de onde se reconstruirá o passado. Assim, cada lembrança é um ponto de vista sobre a memória coletiva ressignificada conforme o tempo e o espaço.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

[...]

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 1990, pp. 26 e 51)

Halbwachs evidencia que há *pontos de contato* responsáveis pela estruturação da memória e de sua inserção na memória coletiva do grupo do qual o indivíduo faz parte, tais pontos são por ele exemplificados com lugares, datas, pessoas, regras de interação etc.

Tais pontos de contato podem ser facilmente observados em nossa pesquisa, principalmente no que tange às regras de interação no universo prisional. Embora o grupo de presos seja composto por vários subgrupos com interesses difusos, não seria precipitado afirmarmos a existência de uma memória coletiva de presos em geral, manifestada em suas regras de interação e, principalmente, em uma linguagem própria, que reforça aquilo que é comum ao grupo e, em contrapartida, evidencia as diferenças em relação às pessoas livres.

Halbwachs enxergava esse fenômeno como uma adesão afetiva dos membros pertencentes ao grupo, portanto uma adesão voluntária, por ele chamada *comunidade afetiva*, e explicava o processo de negociação entre memórias individuais e a memória coletiva através de *pontos de contato convergentes*, que possibilitariam que “a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum” (*apud* POLLAK, 1989, p. 1).

Nesse sentido, ele já havia sugerido que a memória seria um importante veículo de construção das identidades na sociedade moderna. Foi um homem à frente de seu tempo e que, numa ironia do destino, acabou sendo vítima das mazelas de seu tempo: executado aos 68 anos em um campo de concentração, ele não pôde dar continuidade à sua obra.

Três anos após o seu falecimento, nascia em Viena Michael Pollak. Pesquisador engajado em investigar a questão identitária de pessoas em situações limite²⁵, elaborou importante pesquisa com vítimas de um campo de concentração. Será que, se Halbwachs tivesse sobrevivido, Pollak teria se interessado em entrevistá-lo? Quem sabe? Certo é que Pollak teve a oportunidade de refletir sobre os ensinamentos de Halbwachs e assim o fez, atualizando-os e articulando-os com a sua própria produção de conhecimento. Também faleceu precocemente aos 43 anos, vítima de uma mazela de seu tempo, a AIDS.

Porém, diferentemente de Halbwachs, Pollak não aceitava a idéia de que o fato social por si só pudesse ser tomado como *coisa* – ele foi mais além para entender como os fatos sociais se transformariam em *coisas*. Isto é, antes de a memória coletiva ser positivamente dada, cumpre verificar como ela se tornou fato positivo (ALBERTI, 2004, p. 36). Nas palavras de Pollak:

Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de "negociação" para conciliar memória coletiva e memórias individuais. [...]

Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como

²⁵ Seu interesse acadêmico, voltado de início para as relações entre política e ciências sociais, estendeu-se a diversos outros campos de pesquisa, que confluíram para uma reflexão teórica sobre o problema da identidade social em situações limite.

os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. **Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias.** (grifo nosso) (1989, p. 2)

Pollak entendia que privilegiando a análise das memórias de atores marginalizados, excluídos, haveria o surgimento de *memórias subterrâneas*, evidenciando o caráter opressor da *memória oficial*. Essa memória subterrânea seria uma forma de reabilitar a periferia e a marginalidade, ressaltando que essa memória coletiva oficial para esses grupos marginalizados nada teria de adesão afetiva, ao contrário, tal memória teria sido imposta através da opressão.

Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p. 6)

O momento de expor essas memórias será atrelado à maneira de como o presente está reinterpretando o passado. Dependendo das circunstâncias, ocorrerá a emergência de certas lembranças, havendo sempre uma interação entre o vivido e o transmitido. Essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. Assim como Halbwachs, ele também entendia que a memória é um fenômeno construído, que está sujeita a flutuações em razão do momento em que é expressada.

As pessoas se recordam de momentos aos quais se relacionaram, seja de forma direta ou indireta. Alguns desses momentos, no entanto, poderão sofrer alterações em função de atores sociais, que exercem a função de negociação na construção da memória coletiva. Por ter relação direta com a construção da identidade, a construção da memória de um determinado grupo não se dá de forma pacífica. Essas memórias subterrâneas, “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio” (POLLAK, 1989, p. 2), normalmente emergem em momentos de crise, gerando uma *disputa de memórias*. A negociação dessa memória – e, por conseqüência, da identidade – também ocorrerá dentro do próprio grupo, que definirá como irá querer representar a sua versão dos fatos.

É nesse afloramento de diversas memórias individuais subterrâneas que surge a possibilidade de se verificar como se dá o chamado processo de *enquadramento da memória*, onde um grupo dominante privilegia os acontecimentos, as datas e os personagens na

perspectiva que mais se adequa aos seus interesses, provocando alguns apagamentos naquilo que entender como prejudicial ao grupo, fazendo surgir o que Pollak denomina *memória coletiva subterrânea*, em contraponto à memória coletiva *organizada e oficial*. Nesse sentido, surge a preocupação em se evitar polarizações, uma vez que tais polarizações não são muito claras:

Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão. Esse papel existe também, embora de maneira menos claramente definida, nas associações de deportados ou de ex-combatentes. [...] Em minha pesquisa sobre as sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau, uma das responsáveis pela associação me disse, antes de me pôr em contato com algumas de suas companheiras: ‘O senhor deve compreender que nós nos consideramos um pouco como as guardiãs da verdade’.[...] Dentro da preocupação com a imagem que a associação passa de si mesma e da história que é sua razão de ser, ou seja, a memória de seus deportados, **é preciso portanto escolher testemunhas sóbrias e confiáveis aos olhos dos dirigentes.** [...]

Muitas vezes também o silêncio das vítimas internadas oficialmente nos campos por motivos outros que não ‘políticos’ reflete uma necessidade de fazer boa figura diante das representações dominantes que valorizam as vítimas da perseguição política mais que as outras.[...] **Compreende-se por que certas vítimas da máquina de repressão do Estado-SS - os criminosos, as prostitutas, os ‘associais’, os vagabundos, os ciganos e os homossexuais - tenham sido conscienciosamente evitadas na maioria das ‘memórias enquadradas’ e não tenham praticamente tido voz na historiografia.** (grifo nosso) (POLLAK, 1989, pp. 8, 10-11)

Ao coletarmos relatos de memórias individuais com o intuito de reconstruir a memória coletiva de um determinado grupo, no nosso caso de presos, é preciso ter em mente algo que Pollak já havia ressaltado, que é a existência numa sociedade de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que a compõem (1989). Visando evitar até mesmo uma inconsciente participação em um processo de enquadramento de memória, nos mantemos atentos para o fato de que há uma multiplicidade de memórias em disputa, e, em se tratando de uma coleta de entrevistas numa unidade prisional tida como “ideal”, e que, embora “ideal” foi desativada, tal conselho de Pollak vem sendo por nós cuidadosamente observado.

Destarte, ambos os autores atrelam a construção da memória à construção da identidade: Halbwachs compreendendo todas as memórias como coletivas, afasta a hipótese de uma autonomia do indivíduo em relação ao contexto social do qual está inserido, de maneira que a memória do grupo da qual o indivíduo faz parte acabaria promovendo diferenças em relação aos outros grupos, reforçando a sensação da identidade. Pollak, por sua vez, evidencia sua preocupação com a incorporação dessa memória coletiva como discurso

oficial, uma vez que isto poderia estar eliminando a presença de grupos marginalizados no processo de construção da memória.

Sem sombra de dúvidas a questão da identidade nas memórias é o que demonstra a maior semelhança entre os autores. Afinal, o que seria o engajamento de que Halbwachs falava senão a própria identificação com pessoas, espaços e por que não versões de fatos, com os quais os indivíduos concordam e se identificam?

Indispensável, porém, para a caracterização e análise da memória reconstruída pelos presidiários da Penitenciária Lemos Brito, o prévio entendimento do que vem a ser a instituição–prisão. Neste sentido, a obra de Foucault é essencial para iluminar nosso caminho.

Além disso, para a reconstrução dessa memória também se faz necessária a compreensão desse espaço prisional específico, tendo em vista a sua desativação. A conjugação de tantas memórias fragmentárias dentro desse universo nos possibilitaria talvez até construir a história dessa instituição. Porém, nosso interesse está em ouvir o que o grupo de presos tem a contar.

Considerando que “a maneira como ordenamos e estruturamos as nossas idéias nas nossas memórias e a maneira como transmitimos essas memórias a outros – é o estudo da maneira como somos” (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p. 20), ouvir o que os presos têm a contar possibilitará compreender não só a instituição da qual fazem parte, mas também investigar a percepção de suas identidades, evidenciar suas representações e valores acerca da criminalidade, da experiência prisional por eles vivida e o que eles pensam sobre o sistema prisional enquanto instituição encarregada da sua ressocialização.

No nosso ponto de vista, a multiplicidade de versões servirá para verificarmos de forma mais legítima nossos objetivos.

1.1.2 Espaço prisional – instituição total: vigiar e punir. Corrigir?

Para Erving Goffman o que caracteriza uma instituição como *total* é a barreira social com o mundo externo, muitas vezes manifestada na própria estrutura do estabelecimento como muros intransponíveis e locais afastados. Segundo ele, tais instituições têm como aspecto central o rompimento da divisão existente em três esferas da vida em sociedade que são o descanso, a diversão e o trabalho. Essas atividades, que normalmente são exercidas em locais distintos e com pessoas distintas, passam a ser realizadas dentro do estabelecimento e são vigiadas por um grupo menor, porém dominante, com o intuito de atender aos objetivos formais da instituição.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam a vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal. (GOFFMAN, 1987, p. 11)

Sempre há nessas instituições um grande grupo controlado por uma pequena equipe de supervisão, no caso de nossa pesquisa, presos e agentes penitenciários. Os primeiros têm contato restrito com a sociedade livre e sofrem permanente vigilância sobre suas relações sociais dentro do próprio estabelecimento.

Goffman afirma que os membros da equipe dirigente tendem a se sentirem superiores e corretos, enquanto os internados²⁶ tendem a se sentirem inferiores, fracos, censuráveis e culpados, fomentando o desenvolvimento de “dois mundos sociais e culturais diferentes, que caminham juntos com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração” (1987, p. 20). Também evidencia a incompatibilidade entre tais instituições e o sistema de trabalho, bem como entre tais instituições e a manutenção de uma vida familiar.

Considerando a prisão como exemplo máximo dessas “estufas para mudar pessoas” (GOFFMAN, 1987, p. 20), aproximamo-nos dos estudos de Foucault sobre as prisões e o modelo panóptico benthamiano.

Jeremy Bentham (1748-1832) considerava que o principal objetivo da prisão seria a prevenção de novos delitos, embora admitisse o fim secundário que seria a correção dos criminosos: “é uma grande qualidade da pena poder servir para a emenda do delinqüente, não só pelo temor de ser castigado novamente, mas também pela mudança em seu caráter e em seus hábitos” (*apud* BITENCOURT, 2001, p. 46). Não admitia as penas infamantes, já demonstrava preocupação com a assistência pós-penitenciária e considerava a pena um mal que não deveria exceder o dano produzido pelo delito. Sua maior contribuição no campo prisional foi o panóptico, que se trata de uma criação arquitetônica que objetiva o controle de uma massa de homens a um custo baixo, com a vantagem de se ter a faculdade de ver tudo que se passa, sem ser visto, acarretando uma permanente sensação de vigilância, trazendo segurança e a submissão forçada dos criminosos ao exercício do trabalho.

Para Michel Foucault o panóptico não seria apenas uma maneira de melhorar as prisões, mas sim uma forma adequada à função de criar e manter uma relação de poder, não interessando quem fosse a pessoa a exercê-lo. Em sua perspectiva, as idéias reabilitadoras de Bentham podiam ser convertidas num eficaz instrumento de dominação. (FOUCAULT, 1991)

²⁶ Nomenclatura dada por Goffman para os dominados de uma instituição total, de outro lado, os dominantes.

Segundo ele, a função principal da pena de prisão seria a transformação dos indivíduos através daquilo que por ele era chamado de docilização dos corpos: “a prisão é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante” (FOUCAULT, 1991, p. 211). Relacionava a prisão com instituições de seqüestro, vez que ela controla não só o tempo como o corpo do indivíduo, impingindo nele uma nova forma de vida. (FOUCAULT, 1996)

A Lei de Execução Penal em vigor evidencia que um dos objetivos da pena de prisão é o de “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado²⁷”. Essa harmônica integração social é a ressocialização, outrora chamada reforma, emenda ou correção dos criminosos.

Para Foucault, seria com base na visibilidade do panóptico, na regulamentação do tempo e na localização dos corpos no espaço, que se efetivaria o controle, o registro, o poder de extrair dos indivíduos a formação de saber sobre eles.

Ao ser "admitido" no presídio, após passar pelo seletivo processo de recrutamento do sistema penal, entre as pessoas mais pobres, minorias, humildes e sem instrução, o indivíduo é despido de sua aparência usual, ele é identificado, "recebe um número", é tirada a sua fotografia, impressões digitais, distribuídas roupas da instituição, resumindo, um verdadeiro processo de "despersonalização". Um indivíduo não é mais um indivíduo, ele passa a ser uma engrenagem no sistema da instituição, e que deverá obedecer todas as regras da mesma, e caso não o faça, será "reeducado" pelos próprios companheiros ou pela equipe de supervisão. A máquina da instituição total não pode nunca é parar... (CALHAU, 1999)

Alguns dos instrumentos elencados por Foucault seriam os horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, respeito, bons hábitos. Pois, o que se procura nessa técnica de correção “é o sujeito obediente, o individuo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele”. (1991, p. 114)

É através da combinação desses instrumentos disciplinadores que se faz a fabricação de novos indivíduos adestrados e dóceis. A acumulação de saberes sobre o homem permitiria que este fosse moldado, sujeitando-se àquilo que dele se espera na sociedade.

Porém, o regime de controle disciplinar apresenta dois aspectos: de um lado, a vigilância possibilita controlar uma possível falta, impondo ao preso a sanção disciplinar individualizante e, de outro, possibilita que o próprio preso conheça o padrão do “preso-ideal”, de modo que consiga adotar, ainda que temporariamente, um determinado

²⁷ Artigo 1º da Lei de Execução Penal, Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984.

comportamento considerado “excepcional”²⁸, cujo principal objetivo é adequá-lo à vida no universo prisional. Assim, longe de estar sendo ressocializado para a vida livre, estará, na verdade, sendo adestrado para a vida nesta prisão.

Interessa-nos analisar a memória que os presos reconstroem a partir da experiência vivenciada nessa instituição-total que é a Penitenciária Lemos Brito. Afinal, quais são as impressões pessoais desses indivíduos que vivenciam a prisão com trabalho como instrumento de ressocialização? Quais imagens, representações e valores foram por eles construídos no decurso dessa experiência prisional?

Halbwachs estabelece a relação entre o espaço e a memória:

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem [...] **Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio.** [...]

Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos naquilo que havia nela de mais estável. Certamente, **os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial, mas porque na ocasião certa o grupo tomou consciência com mais intensidade daquilo que ele era desde há muito e até este momento, e porque os vínculos que o ligavam ao lugar se tornaram mais claros, no momento em que iam se romper.** (grifo nosso) (1990, p. 133)

Em virtude da desativação do Complexo Frei Caneca, o passado para os presidiários da Penitenciária Lemos Brito poderá ganhar um peso simbólico, propiciando uma rememoração de acordo com as suas intenções presentes. Sejam quais forem as versões dadas, a ameaça do esquecimento, da desarticulação deste grupo com seu espaço, a desativação gera a necessidade da colocação de suas memórias em suportes que garantam a sua preservação. Afinal, esse espaço prisional pode ter representado para esses presos também um espaço de disputa onde cada um conquistou o seu lugar, o seu espaço e seu reconhecimento nos grupos dos quais faz parte.

Como o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas, **o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência desapercibida**: os espaços arquitetônicos, cujas

²⁸ O Regulamento do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro, Decreto nº 8897 de 31 de março de 1986, traz em sua “seção VI” como se dá a classificação do preso nos índices de aproveitamento. Este índice toma por base as atividades relativas ao trabalho, educação e disciplina, e comporta seis classificações: excepcional, excelente, ótimo, bom, neutro e negativo.

injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo. (grifo nosso)
(BOURDIEU, 1999, p. 163)

A desarticulação desse espaço pode gerar a desarticulação das memórias, vez que a memória individual não prescinde de seus quadros sociais e principalmente de seu espaço “que lhe dá suporte, cimento e referência”. (THIESEN, 2006, p. 18)

Assim, a desativação poderia significar para alguns presos a perda de espaços conquistados, (re)formulações de suas próprias identidades enquanto membros daquele lugar, vez que não há memória coletiva que não se desenvolva sem o auxílio de um quadro espacial. (HALBWACHS, 1990, p. 143)

Ademais, é importante ressaltar que qualquer alteração no funcionamento de uma instituição-total pode ser motivo de angústia para aqueles que lá estão:

Ora, todo e qualquer sistema prisional é extremamente sensível a estímulos externos. Fechado sobre si mesmo, existindo à base de seus próprios e peculiares códigos de conduta, tecendo sutilmente delicadas teias comunicativas sobre a linha que separa a autoridade institucional da massa carcerária, regulando através de negociações ininterruptas o nível de pressões centrífugas de grande intensidade, o equilíbrio precário da prisão, sempre à beira do colapso e de explosões de violência coletiva, requer alta dose de previsibilidade de comportamentos. O horizonte de mudanças é dramaticamente reduzido, a pesada rotina diária elimina toda margem de experimentação e uma simples substituição administrativa pode desestabilizar, ainda que temporariamente, toda a trama de expectativas empobrecidas e duramente reprimidas por anos de encarceramento, romper bruscamente as negociações em curso e ‘suspender’ a normalidade do cotidiano pelo mero fato de que a mudança altera rotinas, introduz a incerteza e, com essa, a ansiedade. Para o homem livre, o imprevisível não é fator de maiores receios, mas **para indivíduos confinados anos a fio numa área física reduzida e num espaço social rarefeito, a ansiedade provocada por expectativas de mudanças transforma-se em angústia quase intolerável. Agrava-a o agudo sentimento de impotência que aflige o prisioneiro, a consciência de que seu destino flui ao sabor da vontade de seus guardiões.** (grifo nosso) (COELHO, 2005, pp. 135-136)

A nossa pesquisa coincidindo com o momento de desativação do Complexo Frei Caneca acabou permitindo o afloramento de várias percepções sobre o fim desse espaço, Penitenciária Lemos Brito, possibilitando que várias memórias em disputa ecoassem dentro de seus muros.

1.1.3 Identidade social: do estigma ao etiquetamento.

Tudo dependerá de como será capaz de lidar com o passado, a memória e o tempo, o que estará condicionado a sua maior ou menor capacidade de esquecer os hábitos cotidianos construídos sob a lógica do cárcere. As representações construídas sobre os prisioneiros espelham traços e atributos de uma identidade que alude ao desvio da norma, à evidência do mal, ao perigo e ao descrédito. Imprimem significados de um documento-verdade que pode ser lido no corpo dos presos, atingindo o imaginário social enquanto elementos indesejáveis e passíveis de rejeição e exclusão social. Um círculo vicioso que torna a prisão um projeto (im)possível. (THIESEN, 2006, p. 23)

Estigma: segundo Goffman este termo é usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, assemelhando-se ao seu significado original, criado pelos gregos, que assim se referiam àqueles que carregavam sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa relativa à moral de quem o apresentava. No entanto hoje o termo é mais aplicado à desgraça em si do que à sua evidência corporal. (1988, p. 11)

Considerando que a imagem do presidiário sugerida na sociedade é a de um indivíduo irre recuperável e perigoso, carregar tal marca em sua história de vida se torna um fardo para uma possível ressocialização, ampliando a marginalização social e dificultando a obtenção de trabalho: “A sociedade que os enclausurou, sob o pretexto hipócrita de reinseri-los depois em seu seio, repudia-os, repele-os, rejeita-os. Deixa aí, sim, de haver alternativa, o ex-condenado só tem uma solução: incorporar-se ao crime organizado”. (LINS E SILVA *apud* KARAM, 1993, p. 186)

A nós, interessa compreender como se dá a construção dessa identidade social estigmatizada. Como os próprios estigmatizados percebem esse problema ou se vão mais além, trazendo a questão social como antecedente dessa identidade construída na prisão.

Essa identidade construída na prisão – ressalte-se, é uma identidade deteriorada, para usar uma expressão de Ervin Goffman (1988), marcada pelo estigma da não aceitação social, do desvio das normas - não pode ser facilmente esquecida, razão pela qual a reincidência é tão expressiva. Face às exigências de uma identidade social pautada em atributos socialmente aceitos, há uma expectativa de alcance de novos patamares, mas que via de regra não se confirmam no retorno à vida fora da instituição, confirmando o ditado que circula nas prisões, até os dias atuais, de que “o preso sai da prisão, mas a prisão dele não sai”. (THIESEN, 2006, pp. 22-23)

Ao analisarmos os relatos dos presidiários lançaremos mão de teorias oriundas da criminologia crítica, que entendemos serem imprescindíveis para a compreensão da questão.

A Criminologia crítica se desenvolve por oposição à *Criminologia tradicional*, a ciência etiológica da criminalidade, estudada como realidade *ontológica* e explicada pelo método positivista de *causas* biológicas,

psicológicas e ambientais. Ao contrário, a *Criminologia crítica* é construída pela mudança do *objeto* de estudo e do *método* de estudo do objeto: o objeto é deslocado da *criminalidade*, como dado ontológico, para a *criminalização*, como realidade construída, mostrando o crime como qualidade *atribuída* a comportamentos ou pessoas pelo sistema de justiça criminal, que constitui a criminalidade por processos seletivos fundados em estereótipos, preconceitos e outras idiosincrasias pessoais, desencadeados por indicadores sociais negativos de marginalização, desemprego, pobreza, moradia em favelas etc; o estudo do objeto não emprega o método *etiológico* das determinações causais de *objetos naturais* empregado pela *Criminologia tradicional*, mas um duplo método adaptado à natureza de *objetos sociais*: o método *interacionista* de construção social do crime e da criminalidade, responsável pela mudança de foco *do* indivíduo *para* o sistema de justiça criminal, e o método *dialético* que insere a construção social do crime e da criminalidade no contexto da contradição *capital/trabalho assalariado*, que define as instituições básicas das sociedades capitalistas. (SANTOS, 2005, pp. 1-2)

A teoria do etiquetamento (*labelling approach*) surgiu por volta dos anos 70, com a pretensão de explicar os processos de criminalização. Segundo suas premissas, não se poderia compreender o crime prescindindo do processo social de definição ou seleção de pessoas e condutas consideradas como delitivas. Nela o interesse foi deslocado do criminoso para as instituições que assim o definem, demonstrando que o criminoso seria, portanto, uma vítima do controle social (GARCIA-PABLOS DE MOLINA, 2000, pp. 319-320). Neste sentido: “É a lei que diz onde está o crime; é a lei que cria o criminoso” (HULSMANN, 1993, p. 64). Contudo essa teoria não foi suficiente para o surgimento da chamada criminologia crítica, porque

incapaz de indicar os mecanismos de distribuição social da criminalidade, identificáveis pela inserção do *processo de criminalização* no contexto das instituições fundamentais das sociedades modernas – a relação capital/trabalho assalariado –, suscetível de mostrar que o poder de *definir* crimes e de *atribuir* a qualidade de criminoso corresponde às *desigualdades sociais* em propriedade e poder das sociedades contemporâneas. (SANTOS, 2005, p. 2)

Pela criminologia crítica a reintegração social do condenado não se daria através do cárcere, motivo pelo qual ela traz a proposta da abolição do sistema carcerário através de substitutivos à pena de prisão, o que não significa que não corrobore com a melhora das condições das prisões existentes. Por compartilharmos deste ideal, em nossa pesquisa utilizaremos essa vertente criminológica como norteadora de nossas análises.

1.2 Procedimentos Metodológicos

Uma vez que objetivamos com a pesquisa analisar a memória construída por presidiários da Penitenciária Lemos Brito, verificando como a pena de prisão interfere na vida e na identidade desses indivíduos, optamos pelo uso da metodologia da história oral conjugada com a observação participante.

Foram realizadas dezenove visitas ao campo de pesquisa e, em virtude do desativamento desta unidade prisional, iniciado no final do mês de novembro de 2006²⁹, não tínhamos ainda informações seguras quanto à possibilidade de serem feitas novas entrevistas na nova unidade prisional. Conforme noticiado na imprensa, 580 presos foram transferidos para a nova Penitenciária Lemos Brito – Bangu 6 – inaugurada no dia 28 de novembro de 2006.

Já antevendo essa situação, optamos por realizar o máximo de entrevistas no período em que nossa entrada em campo era possível. Assim, realizamos nove entrevistas com presidiários, uma entrevista com o diretor da Penitenciária e uma entrevista com um dos Defensores Públicos que prestava assistência jurídica aos presos desta unidade prisional. Tais entrevistas foram gravadas em fitas cassetes, que posteriormente foram digitalizadas, algumas com uma hora de duração e outras com uma hora e meia.

Embora o nosso acesso ao campo de pesquisa tenha se dado de forma relativamente fácil, ao iniciarmos as entrevistas, começamos a enfrentar alguns contratempos freqüentemente narrados por pesquisadores que utilizam a metodologia da história oral (THOMPSON, P. 1998 e MEIHY, 1996), que, em nosso caso, acreditamos serem potencializados em virtude da coleta ser toda feita no ambiente prisional, pois

Os desviantes encarcerados não falam ou agem como poderiam em seus habitats nativos (...) Não mais operando em suas circunstâncias normais, eles agora reagem a controles imensamente diferentes, e, particularmente, podem pensar que, ao contar sua história, têm a possibilidade de usar o pesquisador para influenciar as autoridades dos quais seu destino depende. (BECKER, p.157)

Assim, o uso do gravador, a escolha do local da entrevista, o contato com o entrevistado, a despedida da entrevista, a retribuição pela entrevista, o retorno e a assinatura do termo de cessão, enfim, todos esses procedimentos tiveram que ser relativizados em virtude do espaço pesquisado.

²⁹ Ver notícia publicada no sítio <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/12/01/286862055.asp>>. Acesso em 01/12/2006. Ver também <<http://seap.ecosistemas.com.br/noticia/2006/novembro06.htm>>. Acesso em 01/12/2006.

1.2.1 Da História Oral

As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido, baseado em eixos temáticos relacionados aos objetivos da pesquisa (Anexo I). Optamos por não ignorar as histórias de vida dos presos, pois entendemos serem de suma importância para a investigação acerca da criminalidade, da ressocialização e de suas identidades. Qualquer que seja o tipo de entrevista a ser elaborada, a abordagem se dará a partir da biografia do entrevistado. Nesse sentido seguiremos os ensinamentos de Alberti:

Seja o tema, seja o indivíduo e os cortes temáticos efetuados em sua trajetória, tanto um como outro tipo de entrevista eleito será abordado a partir da experiência - isto é, da biografia – do entrevistado. Nesse sentido a entrevista temática pode ser considerada – como o é, por alguns autores – uma entrevista de história de vida, já que seu conteúdo está ancorado à história de vida do depoente, ou, mais especificamente, a uma parte de sua vida – o assunto, ou tema, sobre o qual é entrevistado. (1990, p. 7)

Os eixos temáticos das entrevistas privilegiaram as lembranças concernentes às suas histórias de vida, aos motivos que os levaram à prisão, às experiências de vida dentro da prisão e da opinião dos presos acerca do trabalho prisional como instrumento de ressocialização.

A entrevista realizada com o Diretor da Penitenciária, bem como aquela realizada com o Defensor Público tiveram respectivamente roteiros diferenciados (Anexos II e III).

É importante destacar que a nossa entrada no campo pesquisado se deu através da Direção da Penitenciária Lemos Brito e que esse não era o nosso projeto inicial, porém, após conhecermos mais a fundo o funcionamento dessa unidade prisional, percebemos que se tivéssemos entrado no campo de pesquisa por intermédio da Defensoria Pública, ou até mesmo da Escola, teríamos, de qualquer maneira, de obter o aval da Direção, assim acabamos, meio que “sem querer”, fazendo uma “boa” entrada no universo pesquisado.

Combinamos com o Diretor que, para que nossa pesquisa pudesse ser elaborada sem problemas, avisar-lhe-íamos de todos os nossos passos. E embora ele nos tenha dado “toda a liberdade”, sentíamos na pele o “peso da cadeia”, pois nosso trânsito acabava sempre sendo vigiado. Comunicávamos a nossa chegada e a nossa saída, pedíamos autorização, a chamada “senha”³⁰, para chamar nossos entrevistados e, embora tenhamos por quatro vezes adentrado na cadeia propriamente dita³¹, ou seja, ultrapassado o portão que divide o setor administrativo

³⁰ Ver glossário.

³¹ Ver 2.2 etnografia do espaço prisional.

do restante, duas dessas vezes foram em companhia do próprio Diretor, uma em companhia do sub-Diretor e somente uma vez, com um de nossos entrevistados, mas com a autorização da Direção.

Concordamos com o Diretor que respeitáramos suas orientações, ou seja, comunicá-lo sempre que precisássemos falar com alguém, bem como quando precisássemos entrar “na cadeia”, entrar com as fitas, usar o gravador e ele concordou em não cercear a escolha de nossos entrevistados e não ouvir as fitas nem ler o conteúdo das transcrições. Permitiu também o uso do gravador e disponibilizou o salão nobre para que fizéssemos as entrevistas a sós com os nossos entrevistados³².

No entanto, para que pudéssemos usar o gravador, tivemos que deixá-lo com o próprio Diretor, que o guardaria em sua gaveta e nos entregaria nas ocasiões das entrevistas. É proibida a entrada de celulares, máquinas fotográficas, filmadoras, gravadores, fitas cassete, CDs, pilhas, dentre outros objetos, em qualquer unidade prisional, e, para que excepcionalmente isso fosse feito, segundo ele, haveria a necessidade de uma longa e trabalhosa burocracia³³, que deveria ser repetida a cada entrada com os objetos necessários para as entrevistas. Assim, visando facilitar a pesquisa, seguindo sua orientação, além do gravador, deixamos com ele várias pilhas e dez fitas cassete³⁴. Ironicamente, nós não podíamos entrar com os objetos, mas, a cada entrevista feita, saíamos da Penitenciária com uma fita cassete nas mãos sem nenhum constrangimento³⁵.

Embora pudéssemos realizar as gravações, fato é que o gravador na posse do Diretor possibilitava seu controle, pois para que iniciássemos qualquer entrevista tínhamos a necessidade de esperar que ele nos atendesse.

³² O Diretor demonstrou preocupação em preservar a memória desse espaço prisional e nos disponibilizou inúmeras fotografias e um vídeo sobre o projeto “Cultura Nota 10” desenvolvido na Penitenciária.

³³ Alguns filmes já utilizaram a Penitenciária Lemos Brito como locação, como por exemplo, o filme “Quase dois irmãos”, de 2004, dirigido por Lucia Murat, cuja história começa nos anos 70, quando presos políticos são transferidos para o presídio da Ilha Grande (RJ) e acabam cumprindo pena na mesma galeria que assaltantes de bancos. O filme aborda o desenvolvimento da relação entre dois personagens, um jovem intelectual, preso político que hoje é deputado, e um sambista, assaltante de banco, que hoje é um líder de facção criminosa. A cena de presos jogando futebol foi filmada na quadra da Penitenciária Lemos Brito. Um de nossos entrevistados, que integrava quadrilha de assaltantes, viveu o período retratado no filme e narrou como ocorria essa relação entre eles, criminosos comuns e os chamados “subversivos”.

³⁴ Tivemos que nos encontrar com um funcionário indicado pela Direção, do lado de fora da unidade prisional, para fazermos a entrega desses objetos. O funcionário, por ser funcionário e por ter ordem da Direção, pôde entrar com os objetos que ainda assim foram verificados pelos agentes de segurança.

³⁵ Por receio de que a administração ouvisse nossas entrevistas, somente uma única vez, deixamos uma gravação na unidade. Isso ocorreu a pedido do preso que gostaria de ouvir o que ele narrou. Sendo assim, comunicamos ao Diretor que um dos entrevistados ficaria em posse da fita até que voltássemos no dia seguinte. Tivemos a informação de que a proibição de fitas e Cds se deu porque alguns presos ouviam o estilo de música Funk, principalmente os chamados “proibidos”. Como a fiscalização seria complicada resolveram proibir a entrada desses objetos. No entanto, ouvir rádio é permitido.

Nossas duas primeiras entrevistas com presidiários, ocorridas na quarta e na quinta vez que lá estivemos, transcorreram bem. O salão nobre foi esvaziado, e ainda que realizadas em um local não escolhido pelos presos, situação inviável em se tratando de unidade prisional, não houve a interferência de quem quer que seja, possibilitando um clima mais descontraído durante as entrevistas, que apenas esporadicamente eram interrompidas quando alguém adentrava naquele recinto para buscar um café, pois neste salão³⁶ ficava a cafeteira.

Porém, ao longo de nossas visitas as dificuldades em falarmos com o Diretor aumentavam. Ficávamos horas e horas esperando na secretaria, em companhia da secretária, de uma estagiária e de três “presos-faxina”³⁷, que trabalham para a Direção e permanecem a maior parte do tempo transitando entre o salão nobre e a secretaria.

Não dávamos um passo sem que o Diretor autorizasse, e este, sempre muito ocupado, nem sempre podia nos atender. Tínhamos dificuldade em escolher nossos entrevistados, queríamos explorar mais o funcionamento da unidade, fotografá-la, mas o tempo era escasso e nós perdíamos horas esperando. No entanto, por causa desses longos períodos de espera, tivemos a oportunidade de conversar bastante com esses três presos-faxina, e com vários outros presos que por um motivo ou por outro iam até o setor administrativo desta unidade prisional. Foi assim que conhecemos um preso travesti que não nos concedeu entrevista por estar sempre ocupado trabalhando, mas que indicou dois outros travestis. Um desses acabou nos concedendo a entrevista no corredor que dá acesso ao Setor de Classificação³⁸, em virtude do salão nobre estar ocupado pelos três presos-faxinas da direção que lá trabalhavam³⁹.

Dessa forma, não tínhamos a possibilidade da escolha do local da entrevista e mais ainda, percebemos que a própria escolha dos entrevistados, embora em nenhum momento tenha havido proibição expressa, sofria uma vigilância, pois, um desses presos⁴⁰ com quem conversamos no corredor, por indicação do Defensor Público, nada iria acrescentar em nossa pesquisa, na opinião do Dr. Luciano.

No final das contas, os três “presos-faxinas” que ocupavam o salão nobre sempre presenciavam nossa espera e tentavam nos confortar, nos oferecendo água e café. Também gostavam de puxar conversa e relatar fatos e histórias da prisão. Muitas vezes questionavam

³⁶ Ver 2.2 etnografia do espaço prisional.

³⁷ Preso faxina é o nome dado àqueles que exercem algum tipo de atividade laborativa relacionada à administração da Penitenciária. Também é utilizada a forma abreviada do termo. Há “faxinas” da direção que realizam serviços burocráticos até o “faxina” da galeria que é responsável por varrê-la.

³⁸ Ver 2.2 etnografia do espaço prisional.

³⁹ Sem que o Diretor ordenasse para que eles parassem o trabalho, eles não iriam parar e, ainda que nós pedíssemos que eles saíssem do recinto poderíamos talvez criar um problema tanto com o Diretor, quanto com os próprios presos.

⁴⁰ Quando retornamos para novas entrevistas este preso já havia sido solto, em livramento condicional.

sobre a nossa pesquisa, mas na maior parte do tempo falavam sobre assuntos dos mais variados, como esportes, família, direito, violência urbana, educação, política, sistema prisional e, por ser este o ambiente em que nós nos sentíamos mais à vontade, esses presos acabaram se tornando nossos aliados⁴¹. Por serem os três com personalidades muito distintas, por mais de uma vez presenciamos acirradas discussões onde, vez ou outra, éramos chamados para tirar partido de algum dos lados.

Percebemos que ante a iminente desativação da prisão, aumentava a dificuldade de falarmos com o Diretor, então resolvemos elaborar o máximo possível de entrevistas para que pudessemos sair da unidade já com uma boa quantidade de material coletado. Assim, um desses presos-faxina foi o responsável pelo nosso contato com Felix, que por sua vez, nos apresentou Alan, que já procurávamos. Dois deles corroboraram com a idéia de entrevistarmos o Sandro, que era o barbeiro da Igreja Evangélica e também do Diretor. De outro lado, um deles nos chamou para “uma conversa” após termos entrevistado um travesti⁴². No entanto, pareceram entender e respeitar o trabalho de pesquisa, permanecendo afastados durante as gravações e preservando, dentro do possível, o silêncio. Nas últimas quatro visitas, eles nos ajudaram na elaboração do glossário⁴³ (Anexo IV) e, nos concederam entrevistas.

Foi nesta segunda etapa de coleta de entrevistas que sentimos necessidade de ampliar nosso roteiro (Anexo V), acrescentando várias questões, que nos serviram mais a título de lembrete, uma vez que nem sempre o novo roteiro era seguido. Portanto, dependendo do desenvolvimento da entrevista nós nos aprofundávamos.

É importante ressaltar que essa etapa durou um período de cinco dias, onde em um deles não foi possível fazermos entrevista alguma⁴⁴ e nos outros quatro dias foram feitas seis entrevistas, das quais duas levaram cerca de uma hora e meia de duração.

⁴¹ Optamos pela utilização do termo “aliados” em virtude dos nossos entrevistados nos transmitirem suas histórias de vida, indo, portanto, mais além do que seriam os chamados “informantes” da antropologia, porém alguns desses presos agiram como informantes, além de conosco compartilharem suas histórias. Considerando ainda que o termo “informante” tem, dentro de uma unidade prisional, para os presos, um significado ruim e que nossos entrevistados não nos passavam informações com o intuito negativo que tal termo lá dentro carrega, optamos por chamá-los de nossos aliados de pesquisa.

⁴² Conhecemos em nossas visitas três presos homossexuais que se apresentam utilizando nomes femininos, agem como mulheres, andam travestidos - dentro do possível - usam o uniforme da Penitenciária de uma maneira estilizada, têm unhas pintadas, maquiagem discreta, trejeitos exagerados e são tratadas como mulheres por alguns presos e por todos os funcionários – que as chamam de “meninas”. Por isso, utilizaremos o termo travesti para caracterizá-los, evidenciando, no entanto, que esses indivíduos se auto-intitulam homossexuais e se apresentam como mulheres.

⁴³ Durante as inúmeras visitas realizadas na instituição prisional, verificamos a existência de uma terminologia própria das prisões. Embora já tivéssemos conhecimento de vários termos ali utilizados, devido à familiaridade com o universo prisional, alguns termos nos eram desconhecidos. Daí a elaboração deste glossário.

⁴⁴ Todos os possíveis entrevistados estavam ocupados, alguns trabalhando, outros no cinema.

Devido ao risco de não reencontrarmos mais os entrevistados após a desativação, além da possibilidade de transferência e de liberdade condicional de alguns deles, houve a necessidade de que os termos de cessão já fossem assinados antes da transcrição. Acreditamos que, por termos esclarecido os nossos objetivos e por termos demonstrado uma enorme preocupação com a preservação do conteúdo das entrevistas, nenhum dos nossos entrevistados fez objeção em cedê-las antecipadamente. Neste sentido seguimos a orientação de Howard Becker entendendo como prudente a revelação de nossos propósitos de pesquisa, que a concessão das entrevistas ajudaria para a conquista de um título de Mestre.

Se for possível dizer que, ao consentir em ser entrevistado, os desviantes estão ajudando o pesquisador (como um deles) a conseguir um título acadêmico ou um salário de cientista, pode ser que eles se mostrem muito dispostos a cooperar. Os desviantes que conhecem seus propósitos podem cooperar de tal forma que a “verdadeira história,” que eles sentem que podem confiar em você para contar, possa chegar ao público através de seu relatório de pesquisa. (1993, p.155)

Aduzimos que, se fosse possível reencontrá-los, tentaríamos entregar a cada um a cópia das transcrições e, generosamente, todos eles pareceram compreender. Felizmente tivemos a oportunidade de encontrar alguns em nossas breves visitas à nova Penitenciária Lemos Brito, situada no Complexo de Gericinó, realizadas em 29/05/2007, 26/06/2007 e 10/07/2007.

Uma vez que o trabalho visa reconstruir a memória dos presidiários, optamos por utilizar, apenas para estes, nomes fictícios, a fim de preservar as suas identidades. Além disso, respeitamos as falas de todos os entrevistados, não fazendo qualquer correção, a fim de resguardar a própria linguagem por eles utilizada.

A título de complementação, decidimos que deveríamos entrevistar alguns egressos da Penitenciária Lemos Brito, assim, tivemos contato com dois importantes egressos que hoje desenvolvem programas que contribuem para o retorno de presidiários à sociedade e ao mercado de trabalho. São eles: José Carlos Brasileiro, criador do Instituto de Cultura e Consciência Negra Néelson Mandela, que gentilmente nos cedeu uma palestra em que este narra sua história de vida, e Ronaldo Monteiro, um dos criadores do Centro de Integração Social e Cultural CISC “Uma Chance” e gerente da Incubadora de Empreendimentos para Egressos, que nos concedeu uma entrevista e ainda nos indicou o Sr. Altamiro, egresso hoje reinserido no mercado de trabalho, que também nos concedeu uma entrevista.

Após a próxima subseção, intitulada perfil dos entrevistados, traremos um quadro com um resumo das informações mais relevantes destes perfis.

1.2.2 Perfil dos Entrevistados

Jefferson⁴⁵

Jefferson foi o nosso primeiro entrevistado. Ele tem 58 de idade e na data da entrevista já havia cumprido 17 anos e 07 meses de sua condenação por dois homicídios. Estava ansioso para sair em livramento condicional.

A opção por começar por ele se deu por indicação do Diretor da Unidade Prisional⁴⁶, por ele ser o responsável por organizar os campeonatos de futebol e ser muito querido por muitos presos, sendo considerado um conselheiro dos presos mais jovens. Foi na terceira visita à unidade prisional, no dia 18/05/2006, que tivemos o primeiro contato com ele, onde conversamos informalmente e a sós no salão nobre. Essa primeira conversa foi complicada porque ele não parava de falar e queria contar inúmeros casos. Combinamos que na próxima visita, agendada para o dia 22/05/2006, faríamos toda a entrevista e aí, embora estivéssemos no mesmo local e também a sós, o entrevistado não apresentou tanta desenvoltura, parecendo desconfortável com a presença do gravador e preocupado em responder as perguntas de forma breve.

Porém, noutro dia em que voltamos à unidade, Jefferson nos contou inúmeras situações que, no entender dele, nos interessariam, não parava de falar de “antigamente” e ainda nos deu “lição”, dizendo que é falando sobre o presídio no passado que poderemos entender o presídio no presente e no futuro.

Aparenta ser uma pessoa calma e demonstra ter muito carinho e respeito pela sua família. É casado há 39 anos, tem sete filhos⁴⁷ e dezenove netos dos quais diz sentir muita saudade, embora receba visitas todos os finais de semana. É visto pelos presos mais jovens, segundo ele diz, como um pai. Fica feliz por poder aconselhá-los, suprimindo a figura do pai que muitos presos mais jovens não tiveram.

⁴⁵ Entrevistado em 22/05/2006.

⁴⁶ Em contato posterior com um dos Defensores Públicos da Penitenciária Lemos Brito este também foi enfático ao dizer que este entrevistado era um dos personagens mais importantes dessa unidade prisional, sugerindo que deveríamos entrevistá-lo, sem saber, no entanto, que tal entrevista já havia sido feita.

⁴⁷ Tivemos a oportunidade, somente em sua companhia, de conhecer o trabalho da reciclagem que era realizado em um dos ranchos localizado no interior da unidade. Lá ele nos apresentou a um de seus filhos, que também se encontrava preso, e a outro preso jovem que ele disse “considerar” como filho. Eles nos mostraram vários trabalhos da oficina de reciclagem e nos presentearam com um calendário feito por eles.

Eduardo⁴⁸

Já conhecíamos, há alguns anos, o outro Defensor Público que trabalhava na Penitenciária Lemos Brito, e foi ele quem nos indicou o Dr. Eduardo para nossa entrevista, em virtude deste trabalhar há mais tempo como Defensor Público nesta unidade prisional, prestando atendimento jurídico aos presos.

A entrevista, que transcorreu de forma bastante agradável, com respostas longas, claras e contundentes acerca do sistema prisional, foi realizada no Núcleo do Sistema Penitenciário da Defensoria Pública, localizado na Rua México, nº: 11, 15º andar, no Centro do Rio de Janeiro.

O Dr. Eduardo disponibilizou ainda, todas as informações que, porventura, necessitássemos acerca da situação jurídica dos presos da Penitenciária Lemos Brito.

Após a entrevista, num gesto extremamente gentil, nos mostrou todas as salas do Núcleo do Sistema Penitenciário e nos apresentou a todos os Defensores das outras unidades prisionais, alguns dos quais já conhecíamos em virtude de nosso estágio durante a graduação em Direito⁴⁹.

⁴⁸ Entrevistado em 25/05/2006.

⁴⁹ No período em que fizemos estágio, o Núcleo do Sistema Penitenciário encontrava-se em fase de implantação e por isso, acompanhamos a sua mudança por três salas distintas do prédio da Sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro situado à Rua Marechal Câmara, nº 314. Não chegamos a estagiar nessa sede nova, local onde foi realizada esta entrevista.

Walter⁵⁰

Walter também nos foi indicado pelo Diretor da unidade prisional, por ter sido integrante de uma famosa quadrilha de assaltantes dos anos 70, a quadrilha de Lúcio Flávio⁵¹, e por ser um dos mais antigos presos do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro e o mais antigo da Penitenciária Lemos Brito.

Ele tinha 62 anos de idade, dos quais 32 foram vividos no cárcere. Dizia estar cansado dessa vida, mas demonstrou bom humor em vários trechos de sua entrevista. Mostrou-se um pouco confuso em relação às datas dos fatos, mas trouxe relatos emocionantes que nos abalaram profundamente.

Ao longo da entrevista foi “se soltando” e ficando mais relaxado. Ao ser questionado sobre um assunto ou outro que não gostaria de falar ele se negava e nós não insistíamos, de forma que ele foi ganhando confiança.

A entrevista conjugou momentos de tensão e de descontração. Embora realizada no início de nossa pesquisa, acreditamos que essa entrevista continuará sendo para nós uma das mais importantes, pela riqueza dos relatos.

Encontrávamo-nos a sós no momento da entrevista no salão nobre da unidade prisional, local onde há mais de trinta anos ocorreu o casamento de Walter, que já estava preso.

Ele se disponibilizou a fazer outras entrevistas para dar continuidade ao seu relato, que neste dia teve de ser interrompido em virtude do horário.

Após encerrarmos a gravação quis saber sobre a metodologia utilizada na pesquisa e quis saber o que era História Oral. Conversamos mais um pouco e deixamos combinado que em outro dia continuaríamos. Na ocasião em que fomos para a segunda entrevista com Walter, este não estava se sentindo bem e por isso ela acabou não sendo realizada.

A energia dessa entrevista foi tão forte que, mesmo após termos deixado o campo de pesquisa, passamos vários dias lembrando os relatos desse homem, cuja história de vida se confunde com a história da prisão. E que, como posteriormente viemos a saber, sua história de morte também se confunde com a história da prisão.

⁵⁰ Entrevistado em 02/06/2006.

⁵¹ Inclusive foi feito sobre a quadrilha um livro de autoria de José Louzeiro: “Lucio Flávio: o passageiro da agonia”, que posteriormente virou um filme com o mesmo nome dirigido por Hector Babenco.

Luciano⁵²

O Dr. Luciano, 36 anos, desde o início da pesquisa se mostrou muito confiante no nosso trabalho. Por ser muito ocupado, não conseguíamos agendar uma data para a entrevista ser feita, até que decidimos que começaríamos em um dia e, se não desse tempo, concluiríamos em outro. A primeira “etapa” durou cerca de uma hora e foi realizada em seu gabinete.

Quando não estava resolvendo problemas da unidade prisional, o que raramente ocorria, o Dr. Luciano costumava ser tagarela e bem-humorado. Durante a gravação, no entanto, se mostrou bastante formal, respondendo tudo de forma longa e detalhada.

Orgulhoso de sua administração e sempre elogiando seus funcionários e seus presos, se mostrava um obcecado pelo trabalho, aficionado por ter total controle de tudo, acabava se tornando também, de certa maneira, aprisionado nesta instituição.

Reclamou uma vez que não tirava férias há anos e que, em 2006, havia conseguido alguns dias para viajar e relaxar. No entanto, disse que não conseguia se desligar e acabava telefonando para a unidade só para ter certeza de que tudo corria bem.

Embora insatisfeito com a futura desativação do Complexo Frei Caneca, não expôs muito esse sentimento. Diz ter uma preocupação que as outras direções não tiveram com a preservação da memória da Penitenciária Lemos Brito. Assim, tornou-se um fotógrafo “quase compulsivo”, registrando cada espaço e cada atividade dessa Penitenciária que estava prestes a acabar. Revelou-nos que queria filmar a unidade, mas que sua câmera havia quebrado. Oferecemos a ele fazer a filmagem, porém, ele agradeceu e poucos dias depois estava com uma nova câmera, pronto para dar continuidade a seus registros.

⁵² Entrevistado em 21/07/2006.

Cláudio⁵³

Cláudio, 40 anos, é homossexual, se veste e usa nome de mulher e nos foi indicado por um preso homossexual também travesti, que seria o nosso entrevistado do dia, mas que, em virtude de estar ajudando outra “amiga”, que havia acabado de retornar ao Presídio, não pôde nos conceder seu relato. Neste dia houve uma certa complicação para que iniciássemos a entrevista. Em primeiro lugar porque “elas” estavam todas juntas e queriam saber tudo sobre a pesquisa, queriam contar a história desta “amiga” que havia acabado de retornar, queriam que eu as gravasse ao mesmo tempo e até mesmo queriam conversar sobre cortes de cabelo. Em suma, falavam “todas juntas” nos impedindo de explicar como seria a entrevista com Cláudio.

Foi nesta ocasião em que surgiu o problema do salão nobre, local de nossas entrevistas anteriores, estar sendo ocupado. Nosso entrevistado sugeriu que utilizássemos o auditório, porém para isso precisaríamos da autorização do Diretor que, por estar atarefado, não nos atendeu naquele dia. Acabamos realizando a entrevista no corredor, do lado de fora da secretaria, em um banquinho próximo ao Setor de Classificação⁵⁴, responsável pela organização dos prontuários dos presos, onde constam todas as informações a eles referentes.

Não obstante tantos contratemplos, a entrevista transcorreu de forma muito tranqüila. Seu relato foi todo permeado por histórias de amor e amizade vividas na prisão. Muito delicado, falava de forma bastante clara e pausada. Sugeriu que entrevistássemos seu “marido”, que também se encontrava preso há muito tempo.

A gravação passou num instante e, ao voltarmos a fita para checarmos a qualidade, ele comentou com graça, que havia achado a voz dele feia por ser “grossa” parecendo “voz de homem”. Ao final, sorridente nos cumprimentou com beijos e se disponibilizou para qualquer coisa que precisássemos.

⁵³ Entrevistado em 18/09/2006.

⁵⁴ Ver 2.2 etnografia do espaço prisional.

Felix⁵⁵

Felix, 62 anos, nos foi indicado por um preso-faxina, mas já o tínhamos visto na ocasião em que visitamos o seu ateliê para conhecer o trabalho de construção de barquinhos de madeira. Sua entrevista foi realizada no salão nobre, porém não nos encontrávamos a sós, estando presentes no mesmo recinto três presos-faxina, dentre eles o que o indicou para a entrevista.

Condenado a uma pena de 84 anos, se emocionou durante toda a entrevista por relembrar a sua história e a injustiça de sua condenação por seqüestros, que afirma não ter envolvimento. No dia de nossa entrevista ele estava completando 11 anos de prisão. Embora ele fosse respeitado na unidade prisional, quando foi preso narrou ter sofrido violências físicas que lhe deixaram com seqüelas.

Não estava recebendo visitas, eis que sua companheira havia falecido. Dos nove filhos que tem, nenhum ia visitá-lo, um deles em virtude da diferença entre a facção predominante, porém não atuante da unidade prisional e a facção da localidade onde residia, pois os traficantes da favela poderiam interpretar mal a visita e até matá-lo, visto que “*são covardes, e fazem dessas coisas*”. Porém, afirmou que na semana seguinte à entrevista tinha esperança de que ele viesse visitá-lo.

Afirmando que a prisão só lhe ensinou coisas ruins, foi durante essa clausura que aprendeu e se aperfeiçoou na arte de fazer barcos de madeira. De fato, antes ele já sabia trabalhar com madeira, foi carpinteiro, ajudou a construir a Ponte Rio-Niterói, trabalhou na América Fabril, dirigiu caminhão e ainda esculpiu periquitos, papagaios e tucanos, que “*eram muito bonitos*”, mas davam trabalho e por isso ficaram para trás, dedicando-se, naquele momento, exclusivamente à fabricação dos barquinhos, que ajudavam a passar o tempo, fazendo com que ele até esquecesse de comer, mas nem por isso permitindo que ele esquecesse que estava preso, que sua prisão era injusta e que dela só levaria revolta.

Ao final da entrevista, nos confidenciou que havia muitos anos em que ele não chorava como chorou e se despediu enxugando as últimas lágrimas.

⁵⁵ Entrevistado em 08/11/2006.

Alan⁵⁶

Alan, 41 anos, foi condenado pela prática de um latrocínio que diz não ter acontecido, em virtude de não ter havido roubo algum. Foi “descoberto” por nós de uma maneira muito curiosa. Em seminário sobre Direitos Humanos realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro em outubro de 2006, havia uma barraca da Fundação Santa Cabrini⁵⁷, com diversos objetos à venda, todos fabricados por presos⁵⁸. Dentre esses objetos estava um colar que adquirimos e neste colar havia uma plaquinha onde estava escrito: “Esta peça foi produzida pelo interno Alan da Unidade Lemos Brito”. Movidos pela curiosidade, em visita à unidade prisional, questionamos aos presos-faxina quem seria o artesão. Um deles afirmou ser conhecido de Felix e assim, através deste, o conhecemos.

Realizada no salão nobre, com a presença dos três presos-faxina, o entrevistado não falou muito. Muitas vezes respondendo por gestos, não respondeu a algumas perguntas, parecendo se sentir desconfortável.

Muito contido, reclamou da ausência de um padre na Igreja Católica, da qual é “faxina”. Falou sobre a namorada, presidiária do “Talavera Bruce”, a qual conheceu através de um jornal elaborado pelas presas daquela unidade e distribuído pelas outras unidades do sistema. Demonstrou querer continuar confeccionando bijuterias quando sair da prisão.

Ao final da entrevista questionou se poderíamos trazer uma ficha com o seu andamento processual argumentando que poderíamos pegá-la na Internet. Respondemos que não poderíamos fazer esse tipo de favor⁵⁹, e embora ele parecesse aborrecido com a resposta, não hesitou em assinar o termo de cessão da entrevista.

⁵⁶ Entrevistado em 09/11/2006.

⁵⁷ A Fundação Santa Cabrini é o órgão estadual responsável pela gestão do trabalho realizado pelos internos do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de promover a ressocialização e a profissionalização do detento, facilitando sua reinserção na sociedade. Cabe à Fundação oferecer postos de trabalhos aos presos, bem como garantir a remuneração destes e a redução da pena em um dia a cada três dias trabalhados. Disponível em <<http://www.santacabrini.rj.gov.br/index2.htm>>. Acesso em 14/12/2006. Em matéria publicada no jornal O Globo - “Mutirão pode libertar dois mil presos”, Rio de Janeiro, 02/04/2003, caderno Rio, p. 12. - o presidente da Fundação Santa Cabrini, Cláudio da Silva Pereira, afirmou que era pequeno o número de presos assistidos pela instituição: apenas 5% do efetivo carcerário do Estado do Rio de Janeiro.

⁵⁸ Também estavam à venda diversos barquinhos do Felix também por nós entrevistado.

⁵⁹ Optamos por não fazer nenhum tipo de favor a nenhum preso para não “abrir precedente” para que outros viessem a pedir também, o que fatalmente geraria desconforto para a continuidade da pesquisa.

Rubens⁶⁰

Preso-faxina da direção, 41 anos, muito desinibido, vinha sempre puxar papo conosco e, desde a segunda vez que fomos na unidade, se disponibilizou a contar a sua história. Sua entrevista foi realizada no salão nobre com a presença dos outros dois presos-faxina, que às vezes olhavam com cara de reprovação, por terem avisado com antecedência que o Rubens só falaria de Bíblia e, apesar disso, durante a entrevista ele falou sobre outros temas.

Nascido no Rio de Janeiro, quando jovem namorou uma menina que morava no morro que fica atrás da prisão. Dizia que nessa época olhava o Complexo Frei Caneca do alto do morro e imaginava que nunca iria ser preso. Posteriormente envolveu-se no crime e fez muita “*coisa errada*”, coisas das quais não gosta de lembrar.

Cumprindo dezenove anos de uma condenação superior a cem, passou por várias prisões no Estado de São Paulo, conheceu o Carandiru da época do massacre dos 111 presos.

Narrou emocionado a sua conversão, ocorrida no momento da virada de ano de 1997 para 1998, tempos após ter tido uma visão dentro de sua cela no Centro de Reabilitação Penitenciária, onde presenciou a criação do PCC⁶¹. Foi neste local que começou a pregar o Evangelho para seus companheiros, por uma pequena fresta na parte debaixo da porta, eis que lá o regime era rígido “*cada um num cubículo, sozinho, trancado, fechado, lacrado*” onde um preso não podia ver o outro, relacionando este espaço - Centro de Reabilitação - a um campo de concentração.

Falou sobre as conquistas que teve após sua conversão, como o seu feliz casamento e a formatura no primeiro curso de teologia da Penitenciária Lemos Brito. Disse que tem como profissão ser Presbítero para passar adiante a palavra de Deus, transformando vidas, se colocando como um exemplo de ressocialização, atribuindo totalmente essa mudança ao seu encontro com Deus.

⁶⁰ Entrevistado em 09/11/2006.

⁶¹ Facção criminosa atuante no Estado de São Paulo.

Sandro⁶²

Sandro, 46 anos, era o barbeiro do Diretor da Penitenciária, porém sua relação com este nem sempre foi harmônica, pois antes de sua conversão, também é evangélico, chegou a ser transferido da Penitenciária Lemos Brito para outra unidade, por motivo de indisciplina. Nessa ocasião, o Dr. Luciano era o chefe de segurança da unidade.

Sua entrevista foi realizada no salão nobre com a presença dos três presos-faxina, que pareciam simpatizar com o entrevistado.

Todos o chamam pelo seu apelido, porém ele dizia não gostar que o chamassem assim, eis que este lhe lembrava o período de criminalidade anterior à sua conversão, ocorrida no Presídio Helio Gomes.

Disse que após seu encontro com Deus sua vida só melhorou: casou-se, teve uma filha, ganhou o respeito do diretor e dos funcionários, fez o curso de teologia, e participou do mutirão da barbearia financiado pela Igreja Evangélica para a festa de Natal, quando junto de outros barbeiros cortou o cabelo dos presos que não podiam pagar.

Finalizou a entrevista dizendo que a “*Bíblia diz que o passado não deve ser lembrado. É jogado no mar do esquecimento*”, justificando a sua vontade de esquecer a sua vida de crime.

⁶² Entrevistado em 10/11/2006.

Paulo⁶³

Preso-faxina da direção, paraibano de João Pessoa, 47 anos, ex-policial, que assim ainda se sentia. Condenado por latrocínio, aguardava sua transferência para o Estado da Paraíba, onde tinha família, e pretendia realizar alguns projetos, como ter um trailer na praia ou até mesmo ser vereador, pois afirmava gostar muito de política.

Negou ter praticado o crime pelo qual foi condenado, afirmando que seria justo ter sido condenado por receptação, pois comprou um caminhão que não sabia ter sido fruto deste latrocínio.

Era responsável, junto com outro preso, pela organização do cinema na Penitenciária Lemos Brito, e foi o nosso principal ajudante na confecção do glossário.

Na ocasião da sua entrevista, realizada no salão nobre, fez questão de que não fosse atrapalhado de maneira alguma, exigindo silêncio e respeito dos demais faxinas, e também dos funcionários da unidade.

⁶³ Entrevistado em 10/11/2006 e 17/11/2006.

Mário⁶⁴

Mário, 51 anos, preso-faxina da direção, que por ser técnico em eletrônica, era muito requisitado para o conserto de diversos aparelhos. Hesitou em nos dar a entrevista, por estar ansioso com a sua transferência para uma unidade do regime semi-aberto, que embora já tivesse sido concedida pelo Juiz, ainda não havia sido efetuada. Sua condenação foi por homicídio praticado em grupo de extermínio, porém negou a prática deste fato.

Gostava de falar sobre diversos assuntos, puxando conversa sobre direito, criminalidade, privatização de presídios, política, educação, profissões, esportes. Na entrevista realizada no salão nobre, com a presença dos outros dois faxinas, que se mantiveram distantes durante todo o tempo, demonstrou não tolerar a questão das drogas.

Pretendia, ao ganhar sua liberdade, montar uma loja de conserto de eletrodomésticos, fora do município do Rio de Janeiro e, diferentemente da maioria dos presos, ele tinha uma boa estrutura familiar, chegou a cursar faculdade e pôde sustentar e educar seus filhos. Demonstrou a todo tempo ter muito carinho pela sua família e torcia para que sua filha mais nova desistisse de ser advogada para ser médica, por acreditar ser esta uma carreira com mais futuro.

⁶⁴ Entrevistado em 17/11/2006.

Altamiro⁶⁵

Altamiro, 41 anos, egresso da Penitenciária Lemos Brito, foi um dos fundadores do projeto CISC, dentro da Penitenciária Lemos Brito.

Começou a trabalhar com informática dentro do presídio e quando saiu foi trabalhar na ONG CDI, também dando aulas de informática.

É amigo de Ronaldo Monteiro e faz a manutenção dos computadores da IEE - Incubadora de Empreendimentos de Egressos.

Muito simpático e falante, nos concedeu a entrevista na sala de reuniões da sede do CISC, em Tribobó, São Gonçalo, por indicação de Ronaldo, que no dia não pode nos conceder a entrevista que havíamos agendado.

⁶⁵ Entrevistado em 14/06/2007.

Ronaldo⁶⁶

Ronaldo Monteiro, 48 anos, também egresso da Penitenciária Lemos Brito, foi um dos idealizadores do projeto CISC.

Sua história é um exemplo de transformação. Foi oficial do Exército, chegando a ser primeiro-tenente. Iniciou sua vida no crime pelo tráfico, chegando à extorsão mediante seqüestro na década de 80. Em 1991 foi preso e ficou treze anos no cárcere, tendo deixado a prisão em março de 2004, em livramento condicional.

Foi-nos indicado pelo Dr. Luciano, pelo Defensor Eduardo e pelo preso Jefferson. Todos eles ressaltaram o exemplo de vida de Ronaldo.

Sua entrevista foi concedida na sala de reuniões da sede do CISC, em Tribobó, São Gonçalo, de uma maneira muito agradável. Tivemos ainda a oportunidade de conhecer sua esposa, tiramos fotos e, ao final da entrevista, acompanhamos o entrevistado numa oração de agradecimento.

Após uma breve apresentação dos “aliados”, juntamos os quadros dos diferentes tipos de entrevistados.

⁶⁶ Entrevistado em 29/06/2007.

QUADRO DE ENTREVISTADOS PRESOS

N °	Nome ⁶⁷	Idade	Formação/ Profissão	Data / local de nascimento	Tempo de pena cumprido	Crime(s)	Frase / Tema	Data da entrevista
01	Jefferson	58	Ensino fundamental incompleto (6ª série) / Motorista de ônibus e dono de lanchonete	03/11/1947 Espírito Santo	18 anos	Homicídio (2x)	<p>Todos são iguais perante a lei, o que não existe, não somos iguais. Tá provado aí que não somos. (...) A mulher rouba meio quilo de manteiga e vai pra cadeia. É o nosso país. Fazer o quê? Quem mandou nascer pobre? Nasceu pobre, meio quilo de manteiga vai pra cadeia.</p> <p>Olha a Lemos de Brito: são seiscentos homens soltos, não temos rebelião, morte, fuga e os funcionários são respeitados. Qual é a diferença? Porque não são presos? Não são marginais? Somos. Agora também nós temos trabalho, estudo, lazer, o tratamento dos funcionários adequado, entendeu?</p> <p>E não é pessoa só com pena baixinha não, tem pessoas com duzentos anos de cadeia aqui que, né? Se matasse mais um ou dois não tá dizendo nada, mas o primeiro lema aqui é “viver, deixar viver, é o respeito à vida.</p>	22/05/2006
02	Walter	62	Ensino médio completo / Vendedor	09/02/1943 Rio de Janeiro	32 anos	Roubos	<p>Porque antigamente tinha uma coisa interessante: você estava “marcado para morrer” mas tinha uma reunião antes, ninguém matava ninguém assim não, o negócio era bastante democrático... (risos)</p> <p>Porque, é aquele tal negócio, né? Eu vou falar aqui porque não tem nada de mais, o policial é policial e o preso é preso, o Flávio sempre falava isso. Preso é preso. Polícia é polícia. Bandido é bandido.</p> <p>Hoje não se pode mais bater no preso, o preso aqui não apanha mais. Na época apanhava e ninguém queria saber. Mas apanhava assim, coisas mais “amenas”, né? Não como a polícia que me prendeu que dava choque. Esses não. Davam um tapa, essas coisas normais, né?</p>	02/06/2006

⁶⁷ Uma vez que o trabalho visa reconstruir a memória dos presidiários, optamos por utilizar, apenas para estes, nomes fictícios, a fim de preservar as suas identidades.

N°	Nome	Idade	Formação/ Profissão	Data/local nascimento	Tempo de pena cumprido	Crime(s)	Frases/tema	Data da entrevista
03	Cláudio	40	- / Dono de canil	-	10 anos	Homicídio	<p>Olha só, não sei se é pelo modelo da cadeia, por ela ser dessa forma, os diretores todos que passaram aqui, eu não tenho o que falar, todos foram maravilhosos.</p> <p>Não existe no momento, no Rio de Janeiro, outra cadeia igual a essa. Se essa aqui acabar nunca mais vai ter igual a essa, vai ficar na lembrança. Uma direção boa, o diretor como a senhora vê, (fala mais baixo) permite a gente ter o cabelo grande!</p> <p>Menina, eu vi aquela árvore ali pequenininha, numa lata de Vim, sendo plantada... A minha vida passou tão depressa nesse lugar, eu envelheci aqui, a minha juventude foi embora - que a árvore é gigantesca, olha.</p>	18/09/2006
04	Felix	62	Ensino fundamental incompleto (2ª série) / Motorista de caminhão	16/02/1944 Paraíba	11 anos	Extorsão mediante seqüestro (2x)	<p>Na minha opinião os verdadeiros criminosos são os seus “gravatas”. Por que? Porque eles fazem, roubam milhões e quando é condenado, é condenado a quatro anos, cinco anos com direito a responder em liberdade porque tem endereço fixo.</p> <p>A cadeia quando abre eu panho o pão, guardo lá e já vou já pro trabalho. Às vezes eu esqueço, que o trabalho é tão bom pra mim, passa-tempo, que eu esqueço até de panhar a comida.</p> <p>A ordem aqui é ‘viver e deixar viver’, cada um tira a sua cadeia. Eu mesmo, eu sou assim, eu tiro a minha cadeia, eu não quero saber da de ninguém, tá entendendo? Pra isso eu tenho a minha ocupação. Não tenho com o que me preocupar.</p>	08/11/2006
05	Alan	41	Ensino médio completo / Artesão	21/01/1965 Rio de Janeiro	9 anos	Latrocínio.	<p>Acordo fico dentro do meu cubículo fazendo (referindo-se às bijuterias), pra arejar um pouquinho eu ando um pouco, aí nas terças feiras tem a reunião na capela então eu tenho que limpar a capela de manhã e assistir a reunião à tarde.</p> <p>Costumo andar um pouquinho de manhã pra perder um pouco a barriga (risos). Dar uma voltinha. Uma hora, uma hora e meia andando. Trabalho na capela católica há cinco anos e meio. Minha classificação é como faxina da Igreja Católica. Há cinco anos e meio que eu tô ali. E sempre fui ocupado com meus manual.</p>	09/11/2006

N°	Nome	Idade	Formação/ Profissão	Data/local nascimento	Tempo de pena cumprido	Crime(s)	Frase/tema	Data da entrevista
06	Rubens	41	Ensino fundamental incompleto e curso em teologia / Presbítero	29/03/1965 Rio de Janeiro	19 anos	Latrocínio, homicídio e extorsão mediante seqüestro	<p>É interessante porque, em um minuto pra cá, eu era criminoso, né? Num minuto pra frente eu era uma pessoa completamente modificada.</p> <p>Eu comecei a pregar o evangelho pros companheiros do PCC, só que ali nós não víamos, um o rosto do outro, porque era como fosse um campo de concentração.</p> <p>Uma coisa é você estar numa cadeia aberta, que te oferece espaço, oferece trabalho, oferece... É um meio de vida menos dificultoso, e outra coisa é você conviver num lugar fechado, regime coletivo, vivendo quatro em cada cubículo, numa galeria fechada.</p>	09/11/2006
07	Sandro	46	Ensino médio completo e curso em teologia / Barbeiro	27/06/1960 Espírito Santo	14 anos	Latrocínio	<p>Por que que ela fez a diferença? Porque ela é uma unidade que tem oferecido, em primeiramente, trabalho. (...) Deus tem usado aqui, poderosamente, o Diretor, aqui, na administração dele, como para colocar serviço, colégio.</p> <p>Então eu pude refletir através da unidade Lemos Brito, do meu cubículo, ali onde a Justiça me deu, refletir ali toda a minha vida e poder ali meditar.</p> <p>Errou, botar de castigo. Errou, é canetar a pessoa.</p>	09/11/2006
08	Paulo	47	Ensino fundamental completo / Ex-policia e motorista	16/10/1959 Paraíba	10 anos	Latrocínio	<p>Bom, aí no meu caso, sempre eles acha que eu fui polícia, que eu sou polícia, então, mas a verdade é essa mesma. Você é polícia, é sempre polícia. Você nunca deixa de ser polícia.</p> <p>Que eu dentro, qualquer coisa, por exemplo, vamos supor que tenha uma, uma rebelião. Eu sou o primeiro, que eles vão me pegar, entendeu? (...) Então prefiro o quê? Trabalhar.</p> <p>Eu acho uma pena tirar a unidade daqui, certo. Um lugar que fica mais próximo pros familiares, e botar em Bangu. (...) Eu nunca fui a Bangu, entendeu? Mas muita gente que já passou por lá sabe que lá é o mundo se acabando.</p>	10/11/2006 e 17/11/2006

09	Mário	51	Ensino superior incompleto (engenharia eletrônica) / Técnico em eletrônica	16/07/1955 Rio de Janeiro	7 anos	Homicídio	<p>Você fica desesperado de ver que, às vezes, a cadeia quando não tem droga, tá em falta, que às vezes a maconha chega, chega normalmente na visita ou um funcionário que trouxe, ou foi a vagina da mulher que trouxe, você tem que ver a correria que é, eles correndo atrás como se fosse assim criança apanhando doce de São Cosme e Damião.</p> <p>O gozado é que, por exemplo, eu nunca roubei, entendeu? Eu nunca me meti em nada de drogas, nada disso, então a gente, eu tinha até a visão que eu fazia até um bem... (sorri) É ou não é?</p> <p>Não é com a intenção de querer ser melhor do que o outro preso, mas é claro que eu me sinto melhor do que eles. Também é lógico que eu não me igualo a eles, não me igualo mesmo! (...) Eles? Ah, eu vejo, eu vejo na verdade uma coisa horrível.</p>	17/11/2006
----	-------	----	--	------------------------------	--------	-----------	--	------------

QUADRO DE ENTREVISTADOS QUE TRABALHAM NA LEMOS BRITO

N °	Nome	Idade	Formação/ Profissão	Data/local nascimento	Tempo de trabalho no sistema prisional	Frase/tema	Data da entrevista
10	Eduardo	31	Superior completo / Defensor Público	15/02/1975 Rio de Janeiro	5 anos	<p>Todo mundo que está na Lemos Brito, desde o preso que chegou anteontem até a professora Stella que está lá há 36 anos, quer dizer, todo mundo quer estar na Lemos Brito. Trabalhar na Lemos Brito ou ser preso da Lemos Brito é prêmio para quem quer que seja.</p> <p>O preso que está na Lemos Brito ele tem a chance que os outros não têm, ele tem como principal prêmio estar na Lemos Brito, onde não se pratica violência contra o preso, onde não se deixa ninguém sem comer, onde não se deixa ninguém sem vestir, onde não se deixa ninguém sem instrumentos necessários à higiene pessoal de cada um.</p>	25/05/2006

11	Luciano	36	Superior completo / Agente Penitenciário	-	12 anos	<p>É um auditório fantástico, onde tem mil e oitocentos lugares, diga-se de passagem, apenas um banco quebrado num auditório tão antigo, né? E, por acaso eu já estou consertando (risos). Que vaidade boba, né? (risos).</p> <p>Já estiveram aqui no passado, estiveram aqui cantores conhecidos. Eu não estava, mas diz a história, os mais antigos que Fafá de Belém, Sandra de Sá, Alcione, cantores que estiveram aqui neste auditório que era uma coisa de primeiro mundo na época, né? O tempo vai correndo.</p>	30/08/2006
----	---------	----	--	---	---------	---	------------

QUADRO DE ENTREVISTADOS EGRESSOS

N°	Nome	Idade	Formação/ Profissão	Data/local nascimento	Tempo de pena cumprido	Crime(s)	Frase/tema	Data da entrevista
12	Altamiro	41	- / Técnico em informática	- Niterói / RJ	7 anos e 7 meses	Extorsão mediante seqüestro	<p>É a facilidade que você tem de ter dinheiro, com o poder que você assume (...) O poder que você assume, quando você começa no crime</p> <p>Desde lá de dentro eu e Ronaldo a gente tinha muita visão sobre o que, que, a gente vai pensar em alguma coisa. Até porque a gente vai ter um estigma de ex-presidiário. Você for arrumar um emprego, quando puxarem sua ficha, vão te dar uma desculpa.</p>	14/06/2007
13	Ronaldo	48	- / Gerente do CISC	- Niterói / RJ	13 anos	Extorsão mediante seqüestro	<p>Comecei com jogos de azar, aí comecei com uma vida totalmente irregular, de noite, ia a áreas de prostituição, contravenção e foi acontecendo, foi acontecendo, até cometer aqueles crimes que culminou na extorsão mediante seqüestro. Essa foi a minha trajetória pra dentro do cárcere.</p> <p>Só tenho meus direitos de cidadania 5 anos após cumprimento da pena. Então a própria Lei é um instrumento, como nós falamos, discriminador, não é isso? (...) se a própria lei me discrimina, como vou cobrar de um empresário a não discriminação.</p>	29/06/2007

2 LEMOS BRITO: ORIGEM, ESPAÇO E CARACTERÍSTICAS

2.1 Da Casa de Correção da Corte à Penitenciária Lemos Brito

A história da Penitenciária Lemos Brito está diretamente atrelada à história da antiga Casa de Correção da Corte, não fosse assim, a data de sua inauguração não seria a mesma, bem como o seu ideal de corrigir os indivíduos, ou, modernamente falando, ressocializá-los. Ao trazer breve histórico das unidades penais existentes o “Manual do Agente de Segurança Penitenciária” diz o seguinte acerca da Penitenciária Lemos Brito:

Inicialmente Casa de Correção da Cidade do Rio de Janeiro, foi criada pela Carta Régia de D. José I, “El Rei”. Entretanto, somente em 06/07/1850 foi regularmente estruturada. Em 24/12/1941 recebeu a denominação de Penitenciária Central do Distrito Federal, passando em 19/07/1957 a denominar-se Penitenciária Professor Lemos de Brito. Em 1960, com a criação do Estado da Guanabara passou a subordinar-se ao Governo Estadual. Em 28/04/1970 recebeu o nome de Instituto Penal Lemos de Brito, que ostentou até 22/09/81, quando recebeu a denominação atual. (DESIPE, 1998, p. 17)

Azevedo, ao retratar a história do Rio de Janeiro, expõe como eram nossas prisões antes da Casa de Correção. Segundo ele eram “as prisões túmulos de condenados; estava estabelecida a cadeia no pavimento térreo do edificio que serve atualmente do Paço da Câmara dos Deputados, e ali em aposentos quase sem ar, sem luz, jaziam os condenados”. (1969, p. 438)

A *Cadeia Velha*, construída em 1672 para presos sentenciados, localizava-se na Rua da Misericórdia, com as escadarias voltadas para a Igreja de São José, pelas quais trafegavam os presos. Foi nela onde se realizou o julgamento de Tiradentes com a sua condenação à forca. Essa construção foi demolida em 1920, sendo posteriormente construído no mesmo local o Palácio Tiradentes – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ROIG, 2005, p. 29). Desativada devido à chegada da Família Real, para servir de hospedaria aos membros da Corte, os presos que lá ficavam foram transferidos para a prisão do Aljube⁶⁸.

Esta, que foi construída entre 1735 e 1740 para servir de prisão eclesiástica, acabou acolhendo todos os presos, homens, mulheres e escravos, indistintamente. Quando o excesso de presos ficava inviável, realizavam transferências para as fortalezas, porém, devido ao problema da superlotação não ter fim, o Intendente Geral da Polícia Paulo Fernandes Viana

⁶⁸ Situada na Rua da Prainha, no trecho que hoje seria a Rua Leandro Martins. Tratava-se de uma casa de dois pavimentos, considerada úmida em virtude da proximidade do Morro da Conceição. (AZEVEDO, 1969, p. 456)

empreendeu a construção de uma cadeia na Cidade Nova. Ocorre que por falta de verba, a obra acabou sendo hipotecada⁶⁹. (AZEVEDO, 1969)

O Ministro da Justiça Diogo Antônio Feijó, em 1831, ordenou que dois armazéns existentes na Ilha de Santa Bárbara fossem aproveitados como uma prisão e, mais uma vez, espaços não projetados para este fim acabavam sendo adaptados para sepultar em vida essas pessoas. É importante destacar que Feijó trazia preocupações com aquilo que hoje é chamado de “Direitos Humanos” (HOLLOWAY, 1997), porém, não era apenas nisto em que se baseava seu engajamento em reduzir o problema da superlotação com a “preparação” de novos espaços para o encarceramento. Em seu relatório de maio de 1832, Feijó explicita a preocupação de retirar as prisões do centro da cidade⁷⁰.

Os Armazéns de Santa Bárbara, e as prisões da Ilha das Cobras, têm sido preparados; acham-se quase concluídos e com capacidade para conter mil presos [...] Estão limpas e arejadas; são seguras e retiradas do centro da cidade: já não devem assustar seus habitantes. Resta o calabouço, prisão tirânica e intolerável”. (AZEVEDO, 1969, p. 465)

A prisão do Calabouço, a qual Feijó se referia, situava-se dentro da Fortaleza de São Sebastião, ao lado do Morro do Castelo⁷¹. Destinava-se exclusivamente para escravos: estes poderiam ser recapturados que aguardavam seus proprietários, poderiam também ser escravos mantidos “em depósito” por algum motivo – transferência para um novo dono ou aguardando encerramento de inventário, mas principalmente no Calabouço estavam escravos para lá levados por seus proprietários para serem açoitados, para lhe serem impostos ferros e para que cumprissem um período de prisão como punição por algum motivo, seja fuga ou indisciplina. Também havia uma grande quantidade de escravos que lá permaneciam abandonados por seus donos (HOLLOWAY, 1997).

Mary Karasch descreve as condições dessa prisão: “esses indivíduos viam-se numa ‘caverna horrível’, escura e úmida, no morro do Castelo. Embora a prisão fosse mantida ‘relativamente’ limpa, a falta de janelas fazia com que muitos morressem sufocados no calor do verão” (2000, p. 179 *apud* ROIG, 2005, p. 33). Contudo, Holloway afirma que ainda que o Calabouço fosse uma prisão execrável, não se comparava à situação do Aljube, tida como a pior de todas as prisões, onde uma comissão de inspeção, em 1828, descreveu que nela “o

⁶⁹ Em 1824, o Governo comprou o prédio onde seria a cadeia nova, o Tesouro se responsabilizou pela hipoteca e em 1840 a obra seguiu outro destino. No local foi construída a Igreja de Sant’Ana, inaugurada em 1878, na Rua de Santana, s/nº, Praça Onze.

⁷⁰ Em 1832 foi requisitado o uso da Fortaleza de Santa Cruz para os presos sentenciados e para a Charrua *Animo Grande* aqueles que ainda estavam sendo processados em virtude do péssimo estado do Aljube e de Santa Bárbara. (AZEVEDO, 1969, p. 440)

⁷¹ De frente para a Baía de Guanabara, próximo ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia. (HOLLOWAY, 1997, p. 65)

aspecto dos presos nos fazem tremer de horror [...] eles nos cercam por todos os lados e clamam contra quem os enviou para semelhante suplício, sem os ter condenado por crime ou delito algum⁷²” (HOLLOWAY, 1997, p. 66).

De fato, todas as prisões existentes até então não objetivavam a reforma moral do preso. A idéia da correção do criminoso já havia sido ventilada no Brasil, posto que a Carta Régia de 08 de julho de 1769 havia ordenado o estabelecimento de uma Casa de Correção no Rio de Janeiro, porém este projeto só foi ser alavancado muitos anos depois, com o incentivo da Sociedade Defensora da Independência Nacional⁷³. O Governo adquiriu uma grande Chácara para a construção da prisão⁷⁴, contudo, conseguir a verba para esse empreendimento não foi tarefa das mais simples. Segundo Azevedo, a Regência contou com um dinheiro recebido em decorrência do salvamento de uma embarcação italiana⁷⁵, contou com loterias criadas para este fim e, ainda, já durante a construção, publicou Portaria com um “convite” para que a Sociedade Defensora entregasse ao tesoureiro da obra toda a verba já existente para tal destino e que continuasse arrecadando para “coadjuvar com o Governo nesta importante empresa, que, sendo de maior interesse e utilidade pública, não pode ter pronta conclusão, como convém, sem auxílio dos bons patriotas”. (1969, pp. 442-443)

É importante ressaltar que o discurso legitimador desta instituição era a possibilidade dos indivíduos serem corrigidos através do trabalho, e que essa idéia permanece no presente. No entanto, hoje não há questionamentos quanto à origem dessa ideologia.

Rodrigo Roig evidencia que o sistema penitenciário brasileiro não operou significativa alteração após o período colonial e que até os dias atuais ainda há o reflexo dessa estagnação. Relaciona o sistema de controle disciplinar carcerário brasileiro à sociedade escravista da época, que, ameaçada por agitações sociais, tinha razões para justificar a adoção de um modelo penal capaz de disciplinar e principalmente vigiar determinados “segmentos sociais”.

⁷² Inevitável a relação entre o Aljube e a POLINTER, citada na introdução de nosso trabalho: A POLINTER, desativada em janeiro de 2006, tratava-se de uma carceragem com capacidade para 250 presos, onde permaneciam 1600 em um ambiente sem ventilação e sem higiene, em que os presos - ressalte-se, não condenados - tinham que dormir em pé por absoluta falta de espaço. A sua desativação se deu em razão do dossiê encaminhado à ONU por quatro entidades de Direitos Humanos, explicitando a situação lá existente. No entanto, essa preocupação com os Direitos Humanos dos presos foi por muitos criticada, conforme explicitado em nossa introdução.

⁷³ Fundada em 19 de maio de 1831, a Sociedade Defensora teve grande responsabilidade na vida política do país, principalmente através de seu jornal denominado “O Homem e a América” Foi ela que, através de uma comissão, apresentou o primeiro relatório indicando o plano da Casa de Correção que, segundo Azevedo, seria construída onde funcionava o Paço do Senado, ou seja, no local onde hoje funciona a Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro à Rua Moncorvo Filho, nº: 08, na esquina da Praça da República – Campo de Santana. (AZEVEDO, 1969)

⁷⁴ Adquirida de Manuel dos Passos Correia. O pagamento deu-se ao longo de três anos e a escritura foi lavrada somente no dia 13 de novembro de 1834.

⁷⁵ Em 25 de maio de 1831, conforme o disposto na “Notícia Histórica do Ministério da Justiça e Negócios interiores, Cap. VIII, p. 3”. (AZEVEDO, 1969, p. 456)

A prisão consolidava as relações de poder da sociedade escravista e, por seus principais “alvos⁷⁶” alternarem momentos “intra e extra muros”, havia a necessidade da utilização do

vigilantismo (panoptismo), pela adoção do critério da condição social do apenado como parâmetro para a distribuição das punições, pela notória discriminação entre presos escravos e presos comuns e pela coexistência de modelos penais ressocializadores meramente aflitivos, que perseguiram escopos utilitaristas próprios. (ROIG, 2005, pp. 36-37)

O panóptico de Jeremy Bentham surgiu no final do século XVIII como uma figura arquitetural ideal para resolver o problema do controle de grupos de pessoas institucionalizadas através da vigilância. Trata-se de um modelo que pode ser adaptado a qualquer tipo de instituição como escolas, conventos, hospitais, prisões:

Introduzir uma reforma completa nas prisões, assegurar-se da boa conduta atual e da correção dos prisioneiros, manter a saúde, a ordem, a limpeza, a indústria nestas habitações até o presente infectadas de corrupção moral e física, fortalecer a segurança pública diminuindo a despesa, ao invés de aumentá-la, e tudo isso por uma simples idéia de arquitetura. (BENTHAM, 1987, pp. 200-201)

Sendo iniciada a construção da Casa de Correção por volta de 1833, em 1840 apenas os dois primeiros andares do primeiro raio do que seria o panóptico brasileiro estavam prontos. No dia 06 de julho de 1850 foi finalmente decretado o Regulamento nº 678⁷⁷, marcando a inauguração da Casa de Correção da Corte, a Penitenciária Lemos Brito. Conforme o seu primeiro artigo, a Casa de Correção seria destinada à execução da pena de prisão com trabalho. Ela, já na data da publicação de seu regulamento, abrigava 170 presos cujos crimes principais eram homicídio, roubo, furto, latrocínio, estelionato e outros, nesta ordem (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2003, pp.16 e 18).



Detalhe da inscrição *Criminosos Corrigere* no antigo portal da Casa de Correção, situado à Rua Frei Caneca. Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 08/04/2003.

⁷⁶ Nesse sentido Rodrigo Roig traz vários exemplos de “alvos”: maltas, capoeiras, soldados mercenários, vadios, ameaça de levante escravo, a exemplo da Revolta dos Malês. (2005, pp.35-36)

⁷⁷ O Sr. Francisco de Carvalho Moreira ficou encarregado de elaborar um regulamento para a Casa de Correção. (AZEVEDO, 1969, p. 444)

A intenção era de que a Casa de Correção seguiria o modelo de Auburn, que prevê disciplina, isolamento e trabalho e, embora seu primeiro raio tenha sido construído de uma forma onde nem tudo poderia ser visto, vez que seus corredores haviam sido fechados em abóbodas (ROIG, 2005), Azevedo (1969) afirma que o asseio e a ordem lá existentes anulavam este defeito, destacando as diversas atividades desenvolvidas como as oficinas de carpinteiro, alfaiate, sapateiro, ferreiro, marmorista, a oficina de encadernação, uma marcenaria e até uma oficina de fotografia, onde os internos eram fotografados para o registro e controle da polícia⁷⁸.

O culto religioso praticado na Casa de Correção era o Católico Romano, seu primeiro capelão foi o Padre Antônio Joaquim Mendes Bezerra, nomeado em 1837, antes, portanto, da regulamentação da prisão. No entanto, não havia a obrigatoriedade de ir à Capela ou participar de ato religioso, com exceção das orações da manhã e da tarde, que deveriam por todos ser acompanhadas. Quem quisesse praticar culto distinto do oficial assim poderia fazê-lo dentro de sua própria cela.

Hoje, a liberdade religiosa tem amparo constitucional, garantindo a plena liberdade de consciência e credo (artigo 5º, inciso VI, CRFB/88), e vedando qualquer privação de qualquer pessoa de seus direitos por motivo de crença religiosa (artigo 5º, inciso VIII, CRFB/88). Além disso, o artigo 24, *caput*, da Lei de Execução Penal dispõe que: “A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados na unidade prisional, bem como a posse de livros de instrução religiosa”. Prossegue em seu parágrafo 1º, determinando que no estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos, assegurando, todavia, que nenhum preso ou internado pode ser obrigado a participar de atividade religiosa (parágrafo 2º). A assistência religiosa também vem elencada na seção VII do Regulamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (Decreto nº 8.897, de 31 de março de 1986).

Desde seu início o objetivo da Casa de Correção era o de recuperar o homem através do trabalho, quem não se adequasse às regras ficava sujeito a sanções disciplinares, qualquer tipo de jogo, bebidas, fumo, eram proibidos de ingressar nas dependências da unidade (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2003, p. 21). Os presos que chegavam não iam

⁷⁸ A publicação de Icléia Thiesen intitulada “A casa de correção da corte e a fotografia identificatória (1859-1876)”, fala sobre a *Galeria dos Condenados* - registro fotográfico de 322 presos, realizado no período de 1859 a 1876, onde há de forma manuscrita informações sobre os presos - que, segundo a análise da autora, evidenciam a desigualdade de tratamento dispensado aos diferentes criminosos da época, onde um comerciante condenado por homicídio poderia ser apenado com doze anos de reclusão enquanto que, o mesmo crime praticado por um escravo poderia ensejar até a prisão perpétua. (2005, pp. 190-192)

imediatamente trabalhar nas oficinas, sendo obrigados a passar alguns dias em reclusão completa, naquilo que era chamado de período de provação. Posteriormente, eram separados por classes. Só após passar um ano na primeira classe e dois anos na segunda ele poderia passar para a terceira classe, que oferecia mais vantagens do que as anteriores. Tal classificação ficava caracterizada pelo uso de um sinal sobre o peito, de cores distintas: vermelho, verde e roxo, respectivamente primeira, segunda e terceira classe⁷⁹. É importante ressaltar que os presos que trabalhavam nessas oficinas eram remunerados e que o aprendizado de um ofício não era opcional, havia um instrutor contratado para ensinar os presos por um período de dois anos. Essa remuneração constituía-se num pecúlio, que era entregue no momento da liberdade. (AZEVEDO, 1969)

A atual Lei de Execução Penal (LEP), em seu artigo 41, inciso II, confere o direito ao trabalho remunerado, e dispõe no artigo 28 que o mesmo é dever social e condição de dignidade humana, com a finalidade educativa e produtiva. Hoje o fator mais importante associado ao trabalho do preso é o direito à remição da pena, que implica na redução de um dia de pena por três de trabalho exercido. Referido instituto está assegurado no artigo 126 da LEP que estabelece: “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena”. O trabalho, juntamente com a educação e o treinamento profissional, desempenham um papel significativo na estratégia de ressocialização, no entanto, somente uma pequena parcela dos presos tem a oportunidade de trabalhar⁸⁰. Importante ressaltar que hoje, por força da Constituição, esse trabalho não é obrigatório, uma vez que não existe pena de trabalho forçado no Brasil, porém, ao contrário do que muito se imagina, os presos comumente reclamam da falta de trabalho, já que para eles essa atividade é vantajosa⁸¹. Pela LEP o preso deve receber no mínimo três quartos do salário mínimo⁸².

O artigo 41, inciso III, da LEP assegura ao preso o direito à obtenção dos benefícios da previdência social, também elencados no artigo 39 do Código Penal: “O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social”. As normas da

⁷⁹ Ainda há uma classificação de presos, desde a cor do uniforme – presos-faxina usam branco e os demais usam verde – bem como a própria classificação de comportamento e de exercício de algum tipo de atividade. Ver glossário e 2.2 etnografia do espaço prisional.

⁸⁰ Como os presos que trabalham obtêm remição, a escassez de trabalhos contribui para a superlotação.

⁸¹ Inclusive há discussão em âmbito jurídico acerca da remição “por trabalho ideal”, que seria a concessão dos dias remidos àquele preso que manifestou sua vontade de trabalhar, mas que não foi classificado em virtude do Estado não oferecer trabalho, sendo este considerado um direito, o preso estaria impossibilitado de exercê-lo por omissão estatal. Há posições em contrário.

⁸² No Estado do Rio de Janeiro pela Lei 3.491 de 09 de maio de 2000, publicada no Diário Oficial em 18 de maio de 2000, sancionada pelo então Governador do Estado Anthony Garotinho está disposto no artigo 4º que a remuneração do trabalho do preso será estabelecida mediante tabela não sendo inferior ao salário mínimo.

CLT não são aplicadas, com exceção daquelas referentes à segurança e higiene, ao horário e condições de trabalho, assim, se o preso tiver um acidente de trabalho e ficar inválido, a sua remição continua a ser contada⁸³. A constituição de pecúlio, disposta no artigo 41, inciso IV, da LEP e também em seu artigo 29, § 1º traz a destinação do rendimento do trabalho do preso, que será feita através de descontos na seguinte ordem: à indenização aos danos causados pelo crime, (isto somente após uma decisão judicial com trânsito em julgado e desde que não tenha sido reparado por outros meios), à família do preso, às suas despesas pessoais, ao ressarcimento dos gastos que o Estado realizou com a sua manutenção, sendo o restante da remuneração depositado em caderneta de poupança para a caracterização do pecúlio, que será entregue a ele quando sair em liberdade.

Após estudos acerca das penitenciárias dos Estados Unidos, chegou-se a conclusão de que o sistema mais adequado para o sucesso da Casa de Correção seria aquele de prisão celular total, assim o seu segundo raio deixaria o sistema auburniano para seguir o sistema utilizado na Pensilvânia. Contudo, mais uma vez o projeto teve que ser alterado. Em virtude da superlotação, insalubridade e insegurança da prisão do Aljube, o Governo, em caráter provisório, decidiu utilizar o segundo raio da Casa de Correção como Casa de Detenção. O sistema celular acabou não sendo seguido e suas celas abrigavam seis presos. O que seria provisório acabou se tornando definitivo e, em 02 de julho de 1856, através do Decreto nº 1774, foi regulamentada a Casa de Detenção, posteriormente Penitenciária Milton Dias Moreira, improvisada no primeiro raio da Casa de Correção, sendo administrada pelo Diretor deste estabelecimento⁸⁴.

Em 05 de março de 1924, o Decreto nº 16.664 estabeleceu que as galerias superiores da Casa de Correção virassem lugar de detenção provisória de pessoas acusadas de crimes políticos e que tivessem de sofrer repressão, enquanto permanecesse o estado de sítio. Somente a partir de 24 de dezembro de 1941 é que a Casa de Correção passou a ser chamada de Penitenciária Central do Distrito Federal, através do Decreto-Lei nº 3.971, sendo regulamentada em 18 de fevereiro de 1954, através do Decreto nº 35.076, ficando ainda sob a subordinação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores⁸⁵.

⁸³ As Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos, adotadas pela ONU em 1955, inseridas em nosso ordenamento através da Resolução nº: 14, em 11 de novembro de 1994, dispõem que devem ser tomadas as providências necessárias para indenizar os presos pelos acidentes de trabalho e enfermidades profissionais em condições similares àquelas que a lei dispõe para os trabalhadores livres. (MIRABETE, 2002, p. 89)

⁸⁴ Os presos da Casa de Detenção que desejassem trabalhar poderiam ser admitidos nas oficinas da Casa de Correção, ou poderiam trabalhar em seus próprios cubículos; porém, o trabalho não era obrigatório.

⁸⁵ Fundo/coleção: Série Justiça – Casa de Correção (IJ7) – Arquivo Nacional. Fichários 03 e 94. Disponível em <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em 01/12/2006.

Consta no “Resgate da Memória do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro”, elaborado pela Secretaria de Administração Penitenciária, que, em razão das comemorações de seu primeiro centenário, realizada em 02 de julho de 1956, foram: “inaugurados diversos melhoramentos em suas dependências, destacando-se o Pavilhão Arthur Meira Lima, os gabinetes dentários e a moderna cozinha” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2003, p. 15). No entanto, não conseguimos esclarecer a data da demolição da antiga Casa de Correção e a data da construção do Complexo Frei Caneca, conforme a seguinte maquete.

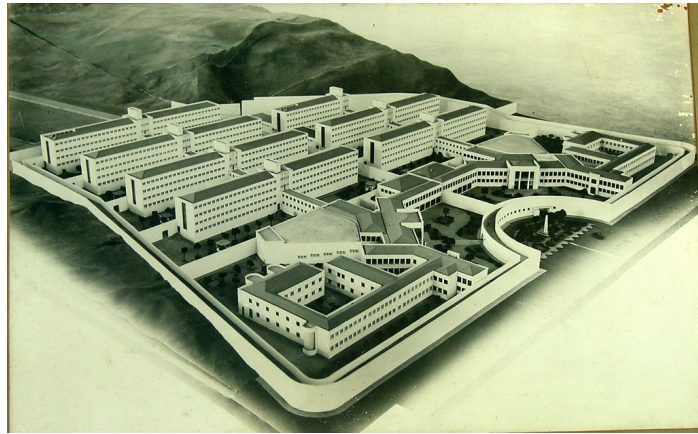


Foto da maquete do Complexo Frei Caneca.
Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 18/02/2005.

A informação que nos foi transmitida na Escola de Formação Penitenciária é que da antiga construção nada sobrou, somente o portal foi preservado parcialmente, sofrendo modificações nos símbolos do período imperial que outrora ostentava.



Entrada da Casa de Correção da Corte, situado à Rua Frei Caneca.
Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 08/04/2003.

Somente em 19 de julho de 1957, através da Lei 3.212, a Penitenciária Central do Distrito Federal passou a denominar-se Penitenciária Professor Lemos Brito. E, com o advento da Lei nº: 3.752, de 14 de março de 1960, os serviços públicos que anteriormente eram mantidos pela União, dentre eles a Penitenciária, foram transferidos ao então Estado da Guanabara. Segundo aponta Edmundo Campos Coelho:

É difícil precisar a data a partir da qual começa o processo de deterioração das prisões. Provavelmente, por volta de 1962, quando cessa o fluxo dos últimos recursos federais para o sistema penitenciário do novo estado da Guanabara. E a fusão com o Estado do Rio de Janeiro provavelmente agravou a situação. (2005, p. 118).

Consta também nesta obra que antes desta transferência havia trabalho, a disciplina era mais fácil de ser mantida e as necessidades básicas dos presos eram adequadamente satisfeitas, havia o fornecimento de roupas, material de higiene pessoal, roupa de cama e lavanderia na unidade prisional (2005, p. 118). No entanto, um de nossos entrevistados, preso em 1972, e transferido para a Penitenciária Lemos Brito em 1974, narrou que a essa época, ela ainda apresentava essas condições, justificando que era assim porque eram prisões federais, porém, se desde 1962 não havia mais recursos federais, podemos sugerir que essa justificativa seja *vivida por tabela* (POLLAK, 1989), quando, na realidade, a piora das condições prisionais tenha decorrido de outros fatores que não a desfederalização⁸⁶.

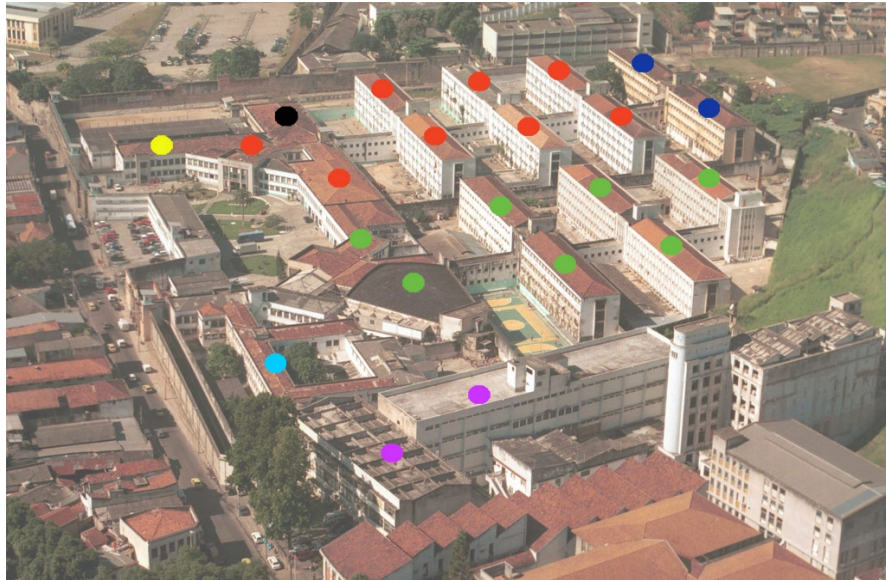
Enquanto tivemos certa facilidade em encontrar material bibliográfico sobre a criação desse espaço prisional, percebemos que posteriormente sua história não foi muito “documentada”. Sequer no Museu da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro⁸⁷ há, conforme citamos, informação precisa sobre a demolição da antiga Casa de Correção e da construção da Penitenciária Lemos Brito. O atual Diretor da Penitenciária nos relatou que as “antigas administrações” não demonstravam preocupação com a “memória” desta instituição.

Antes de adentrarmos na próxima subseção, traremos um breve resumo das unidades prisionais que compunham o Complexo Frei Caneca até dezembro de 2006, algumas das

⁸⁶ Pela Lei Complementar nº: 20, de 1º de julho de 1974, durante a presidência do General Ernesto Geisel, decidiu-se realizar a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975, mantendo a denominação de Estado do Rio de Janeiro.

⁸⁷ Vale destacar que este museu funciona precariamente e tem um pobre acervo composto em sua maioria por objetos para a prática de infrações disciplinares como cordas confeccionadas com lençóis, estoques artesanais e celulares apreendidos. A Biblioteca do Sistema Penitenciário, que fica ao lado do museu, consegue ser mais precária do que este. Seus funcionários embora muito atenciosos deixam evidente a frustração no exercício de seus trabalhos. Ambos funcionam na Rua Senador Dantas, nº 15, Centro, Rio de Janeiro.

quais de uma forma ou de outra, se originaram da antiga Casa de Correção da Corte. Para isso nos auxiliaremos da fotografia a seguir:



Complexo Frei Caneca.

Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 07/04/2003.

- Penitenciária Lemos Brito (LB), que situava-se na Rua Frei Caneca nº 463⁸⁸, sendo desativada em dezembro de 2006.
- Penitenciária Milton Dias Moreira (MM): foi a antiga Casa de Detenção da Corte, inaugurada em 1856 para abrigar presos provisórios, em 1941 recebeu o nome de Presídio do Distrito Federal, sendo subordinada ao Ministério da Justiça. Em 1960, com a criação do Estado da Guanabara, passou a subordinar-se ao Governo Estadual, ocasião em que passou a ser o Setor B da Penitenciária Lemos Brito. Em 1963, desvinculou-se administrativamente e recebeu o nome de Penitenciária Milton Dias Moreira (DESIPE, 1998, p. XVIII), sendo desativada em dezembro de 2006.
- Casa de Custódia Romeiro Neto, destinada às presas não condenadas, foi desativada em novembro de 2006. Anteriormente funcionou neste espaço o Hospital Penal Fabio Soares Maciel, conhecido como Hospital Central (HC), constando como data de sua inauguração o

⁸⁸ A Penitenciária Esmeraldino Bandeira (EB) foi também um anexo da Penitenciária Lemos Brito, embora fora do Complexo Frei Caneca. Criada em 16 de setembro de 1957 como complexo agro-industrial para regime semi-aberto somente em 21 de novembro de 1963, desvinculou-se da Penitenciária Lemos Brito passando a ser chamada Instituto de Trabalho, Reeducação e Ensino Profissionalizante. Ganhando a denominação atual em 28 de julho de 1966 através do Dec. 646. É situada na Estrada General Maurell Filho, s/nº, Gericinó. Esta unidade prisional era a que “disputava” o título de prisão modelo com aquela que a originou, Penitenciária Lemos Brito. No entanto, não sabemos se, pelo valor histórico, pela organização ou se, simplesmente, pela localização, a Lemos Brito permanecia sendo lembrada como a prisão ideal e ainda era a mais requisitada pelos presos que requeriam as suas transferências.

dia 04 de maio de 1910⁸⁹. Contudo, encontramos duas versões quanto à sua origem: ou teria sido anexo da Casa de Correção, consistindo em sua enfermaria (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2003) ou, seu prédio teria sido cedido pela Penitenciária Central – denominação recebida pela Casa de Correção em 1941 (DESIPE, 1998). Fato é que, qualquer das versões leva a mesma origem – Casa de Correção, só que em momentos distintos. Era situada à Rua Frei Caneca n°: 463.

- Presídio Hélio Gomes (HG): Inaugurado em 02 de julho de 1856, através do Decreto 1.174, como anexo da Casa de Detenção, funcionou inicialmente na Rua Frei Caneca n°: 457 e posteriormente, em 1966, passou para fora dos muros do Complexo, situando-se até o presente na Rua Frei Caneca n°: 505. Primeiramente chamou-se Presídio do Distrito Federal, Presídio do Rio de Janeiro - em 1960 e depois Presídio da Guanabara. Em 1970, foi denominado Instituto Presídio Hélio Gomes⁹⁰. Continua funcionando neste endereço até hoje.
- Penitenciária Pedrolino Werling de Oliveira (PO): Criada em 10 de março de 1976 como anexo da Penitenciária Milton Dias Moreira, era destinada a abrigar presos políticos oriundos da Ilha Grande. Em 1978, passou a receber presos ex-policiais. Em 13 de maio de 1993, ganhou estrutura orgânica e administrativa recebendo a denominação atual. Era situado na Rua Frei Caneca n°: 457, fundos e foi desativado em dezembro de 2006⁹¹.
- Presídio Nelson Hungria (NH): Inaugurado em 1995 para abrigar presas, era situado no Complexo Frei Caneca, Rua Frei Caneca, n°: 463, junto à Escola de Formação Penitenciária. Foi o primeiro a ser desativado e posteriormente demolido em junho de 2003.
- Escola de Formação Penitenciária⁹²: Foi transferida em maio de 2003 para a Rua Senador Dantas, 15, Centro, Rio de Janeiro. Seu prédio no Complexo foi demolido em junho de 2003.

⁸⁹ Disponível em: <<http://seap.ecosistemas.com.br/unidades/hf/hf.htm#>>. Acesso em 14/12/2006.

⁹⁰ Em 1962, em virtude de sua superlotação, foi necessária a utilização de um enorme galpão da Secretaria de Transportes na Quinta da Boa Vista para a colocação de presos provisórios. Assim foi criado o Presídio Evaristo de Moraes (EM) que em março de 1970 desvinculou-se daquele e, em 26 de dezembro de 1970, ganhou estrutura orgânica e administrativa, sendo denominado Presídio Evaristo de Moraes. Situa-se na Rua Bartolomeu de Gusmão, n°: 1100, São Cristóvão.

⁹¹ Essa unidade era por todos, presos e funcionários, chamada de PO.

⁹² Inicialmente criada com a denominação de Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento pelo decreto n° 8.365 de 27 de agosto de 1985 tendo como atribuição promover a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento do Departamento do Sistema Penal - DESIPE, com sede em Niterói, permanecendo até 1993, quando foi transferida para o Rio de Janeiro, na Av. Rodrigues Alves. Para atender a necessidade de espaço e estrutura administrativa, a Escola recebeu a denominação de Escola de Formação Penitenciária através do Decreto n° 19.829, de 08 de abril de 1994 e instalou-se em espaço próprio no interior do Complexo de Frei Caneca. Disponível em <<http://seap.ecosistemas.com.br/interior/escola/escola.htm>>. Acesso em 14/12/2006.



Complexo Frei Caneca.

Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 07/04/2003.

2.2 Etnografia do espaço prisional



Entrada do Complexo Frei Caneca, situado à Rua Frei Caneca, nº: 463.
Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 08/04/2003.

Em nossa primeira visita, ao chegarmos na guarita principal do Complexo Frei Caneca, foi-nos solicitado um documento de identidade. Prontamente entregamos a carteira da OAB, carteira essa que utilizamos normalmente, eis que contém número de CPF e foto recente. Porém, até que o funcionário compreendesse que nossa entrada se justificava em virtude de uma pesquisa de mestrado, perdemos muito tempo com explicações e mais explicações. Posteriormente, passamos a utilizar a carteira de identificação da UNIRIO, a fim de evitarmos maiores problemas.

Após essa passagem pela primeira guarita, havia o acesso à parte frontal do Complexo. Na nossa frente podíamos observar a Penitenciária Milton Dias Moreira, à esquerda um terreno baldio, local onde funcionavam a Escola de Formação Penitenciária e a Penitenciária Nelson Hungria, ambas demolidas em junho de 2003. À nossa direita a Penitenciária Lemos Brito e mais ao canto à direita, o espaço onde se situava o Hospital Penal Fabio Soares Maciel, que na ocasião de nossa pesquisa era usado como custódia feminina, até a desativação do Complexo.



Entrada da Penitenciária Lemos Brito. No segundo andar situava-se o salão nobre.
Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 08/04/2003.

Em seguida, passamos por mais uma guarita situada na portaria da Penitenciária e ingressamos no chamado setor administrativo. No andar superior ficava a ante-sala do gabinete da Direção, para onde nós sempre nos dirigíamos ao chegarmos para as entrevistas. Neste local éramos recebidos ora pela secretária, D. Regina, ora pelas funcionárias, Fabiana e Sheila.

Essa sala tinha a seguinte disposição: sua entrada ficava de frente para duas mesas de secretária, atrás dessas mesas havia enormes janelas que davam vista para o jardim que cruzamos quando entramos no Complexo. Do lado direito havia a porta do gabinete da direção e do lado esquerdo a porta do salão nobre, local onde ficava a geladeira, a cafeteira e um “fogão artesanal de presídio⁹³”, o que justificava o entra e sai de presos-faxina. Este salão era muito grande, ocupando toda a área que aparece em destaque na foto da entrada da unidade. No entanto, ele aparentava abandono, seu piso de madeira estava descascado e suas paredes mal tratadas. Havia nele estantes, um piano, uma televisão antiga, uma pequena mesa de quatro lugares, uma mesa onde o nosso entrevistado Mário, que era preso-faxina, sempre executava consertos de aparelhos eletrônicos. Também ficava lá uma mesa gigantesca que foi utilizada para os eventos que antigamente eram realizados neste espaço, como o casamento do Sr. Walter, um dos presos mais antigos do sistema, primeiro interno que se casou com uma advogada:

⁹³ Elaborado com tijolos, resistências elétricas servindo como bocas e até um forno que esquenta com o acendimento de duas lâmpadas.

Eu casei aqui, neste salão aqui. É naquela mesa ali. (apontou para a mesa) Nesse salão aqui. Aqui é o salão nobre da penitenciária Lemos de Brito. Foi aqui que eu casei. Eu não me lembro o nome do juiz. Do diretor da casa eu também não me lembro do nome do diretor da época... Foi em 1976 que eu casei, parece... Meu tio foi a testemunha, né? É, o diretor era contra... Com toda razão. Ah era, era um homem instruído, conhecia vagabundo, ele sabia que não ia dar certo...

Chamou-nos muita atenção o tamanho dos espaços pelo qual passamos, amplos e arejados. O próprio gabinete do Diretor tinha grandes janelas viradas para a frente do Complexo e para os fundos (voltadas para uma das galerias da própria Penitenciária). No gabinete havia duas grandes mesas onde trabalhavam o Dr. Luciano e o sub-diretor chamado por todos de “Marquinhos” e uma grande mesa com cerca de dez lugares onde eram servidos os almoços para alguns funcionários, local onde por algumas vezes também almoçamos. À esquerda da mesa do Dr. Luciano havia a sala onde eram realizados os procedimentos disciplinares dos presos que descumpriam os regulamentos, bem como os procedimentos disciplinares elaborados para a permissão de ingresso em atividades laborativas na unidade. À direita havia um banheiro. Na parede atrás da mesa do Dr. Luciano ficava um quadro com a maquete do que deveria ter sido o Complexo Frei Caneca. Do lado oposto uma enorme tela com pintura abstrata em preto e vermelho feita por um dos presos da Penitenciária.



Gabinete da Direção da Penitenciária Lemos Brito. Ao fundo, à esquerda, havia a porta da sala onde eram realizados os procedimentos disciplinares. Ao centro o Dr. Luciano trabalhando. Acima o quadro com a maquete do Complexo Frei Caneca. Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 18/02/2005.

O andar de cima, além da sala da secretaria, do gabinete do diretor e do salão nobre, tinha neste mesmo corredor o setor de classificação, responsável pela organização dos prontuários dos presos, onde constam todas as informações a eles referentes. Foi neste local onde foi realizada a entrevista com o travesti Cláudio. Em frente à escada de acesso ao segundo andar, havia também o setor de custódia de bens e valores, que é o local onde ficam guardados alguns objetos dos presos.

Para entender o trajeto que será apresentado, é necessário saber que a estrutura da Penitenciária Lemos Brito era baseada em um grande corredor que cruza três pavilhões. No andar térreo, denominado parte inferior da cadeia, eram desenvolvidas diversas atividades. Já a parte superior, por sua vez, era o local onde ficavam as celas. O primeiro e o segundo pavilhão tinham três andares e eram compostos por seis galerias, três do lado ímpar e três do lado par. Do lado ímpar, que ficava à esquerda do corredor, estavam as chamadas primeira, terceira e quinta. Do lado par, à direita, as chamadas segunda, quarta e sexta. O último pavilhão, que ficava ao fim do grande corredor, por sua vez, só tinha um lado. Ele ficava à esquerda e também era composto por três andares, ou seja, três galerias denominadas primeira, segunda e terceira.

Todas as galerias eram idênticas. Tratava-se de um corredor com quarenta celas, chamadas pelos presos de cubículos, vinte de cada lado. Em cada cubículo havia uma cama, chamada pelos presos de comarca, e um pequeno banheiro ao fundo com vaso sanitário, chuveiro e pia. Ao fundo do corredor havia grades que permitiam o arejamento.



Uma das galerias da Penitenciária Lemos Brito.
Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – sem data.

Todas as celas eram individuais, com exceção de seis celas específicas para o isolamento de presos que cometeram alguma falta disciplinar. Essas celas de isolamento eram idênticas às celas comuns, só que nelas, ao invés de uma, havia duas comarcas. O Dr. Luciano nos afirmou que sempre evitava a colocação de dois presos no mesmo cubículo, ressaltando a contradição entre essa atitude, colocar dois no mesmo espaço, com a própria punição, que é isolar o preso do contato com os demais.

Com essa breve introdução do espaço a ser estudado, podemos seguir com o nosso “passeio” pelo andar térreo da unidade, onde apresentamos os diversos espaços onde eram desenvolvidas atividades.

Adentrando o grande corredor central que cortava os pavilhões se observava do lado direito um pequeno corredor que levava ao ambulatório. Mais à frente no corredor central havia a sala do serviço social. Do lado esquerdo o setor de segurança, onde em nossa primeira visita fomos apresentados a alguns agentes penitenciários que pareciam bastante descontraídos e que demonstraram simpatia, ao contrário dos agentes de segurança que conhecemos anteriormente. Essa sensação também foi narrada por Cláudio, o preso travesti, que foi entrevistado:

Olha só, não sei se é pelo modelo da cadeia, por ela ser dessa forma, os diretores todos que passaram aqui, eu não tenho o que falar, todos foram maravilhosos. (...) E até os funcionários, teve funcionário, não dessa época agora, dessa gestão, de outra gestão que eu vi em outra cadeia... não me tratavam mal em outra cadeia, não. Mas eu via eles serem diferentes, ser brutos, agressivos... e aqui eles são maravilhosos (Cláudio).

Atravessando o serviço de segurança havia um espaço vazio e mais adiante, do lado esquerdo, uma pequena oficina de marcenaria e pintura. Fomos informados que este espaço era utilizado pelo preso que fez os quadros que ficavam expostos no corredor que dava acesso à secretaria, bem como aquele exposto no gabinete do Diretor.

Continuando a caminhada, virando para o lado direito, ficava um grande pátio onde funcionava a oficina de mecânica e de lanternagem de automóveis. Fomos informados que qualquer pessoa poderia deixar o carro para ser consertado nesta oficina, bastando se dirigir à entrada do Complexo para obter informações acerca do procedimento a ser feito (documentação regular e autorização da Direção)⁹⁴.



Pátio da oficina mecânica da Penitenciária Lemos Brito (foto da esquerda).
Ao fundo, à direita havia o local apropriado para a pintura dos automóveis (foto da direita).
Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 18/02/2005.

⁹⁴ Conforme anunciado no sítio da Fundação Santa Cabrini: Mecânica, lanternagem, pintura e outros serviços existentes em uma oficina mecânica podem ser contratados por qualquer pessoa física. É necessário que a pessoa interessada leve o carro até a unidade penitenciária para fazer um orçamento. O serviço possui garantia. Local: Penitenciária Lemos Brito (LB) – Complexo Frei Caneca. Informação retirada do sítio <www.santacabrini.rj.gov.br/html/intramuros.htm>. Acesso em 28/11/06.

Retornando ao grande corredor principal, em frente ao serviço de segurança ficava a entrada do auditório, que segundo o Dr. Luciano:

É um auditório fantástico, onde tem mil e oitocentos lugares, diga-se de passagem, apenas um banco quebrado num auditório tão antigo, né? E, por acaso eu já estou consertando (risos). Que vaidade boba, né? (risos). Mil e oitocentos lugares e ali a gente tem o curso de teatro, o convênio com a UNIRIO, né? A parceria com a UNIRIO. Então são desenvolvidas peças de teatro a partir das aulas. Então temos ali aula de capoeira, é, as cruzadas evangélicas. (parada na gravação) Como eu disse, as cruzadas evangélicas, casamentos coletivos são realizados ali. A gente passa, é, reativamos o Cine Lemos Brito, toda quinta feira tem exibição de cinema ali. E outras atividades. Já estiveram aqui no passado, estiveram aqui cantores conhecidos. Eu não estava, mas diz a história, os mais antigos que Fafá de Belém, Sandra de Sá, Alcione, cantores que estiveram aqui neste auditório que era uma coisa de primeiro mundo na época, né? O tempo vai corroendo. Então tem uma história aquele auditório. Em dia de festa, né? Final de ano tem uma festa. Que não é bem uma festa, as pessoas imaginam na sociedade uma festa dentro da cadeia, na verdade a festa de final de ano na cadeia, de Natal, ela é feita fora da data do Natal. Os funcionários têm que estar com seus familiares no Natal, naturalmente, só estando o pessoal do plantão. Essa festa consiste em ter um bolo para os familiares, ter refrigerante para os familiares, é um evento de música da própria unidade, de música gospel, música popular... Os presos mesmo que tocam. Então a festa consiste num volume maior de pessoas, numa data referência como se fosse o Natal. Essa é a função do auditório.



Auditório da Penitenciária Lemos Brito
Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 18/02/2005.

Paulo, preso-faxina responsável pelo cinema, ressalta a importância do auditório para o bem-estar e ressocialização dos apenados:

Sempre tem peça. Sempre tem os grupos de teatro que ensaia, tem os dias dele ensaiar. Você pode aprender música. Tem grupo de música. (...) E agora eu botei uma banda de pagode! (Você toca o quê?) Não, só... sou o empresário deles!

Segundo Paulo os filmes eram trazidos pelo Dr. Luciano e o auditório “*enche, enche. Lota! É todas quinta-feira. Quinta-feira que vem eu acho que vai ter, se quiser vim aí pra ver, você vem aí, tá convidada!*” De fato, numa de nossas visitas tivemos a oportunidade de ver o cinema⁹⁵ em funcionamento. A semelhança era muito grande com um cinema do lado de “fora”, o telão, que ficava estendido na frente do palco, era praticamente do mesmo tamanho de uma tela de cinema e o som, que era improvisado, utilizava grandes caixas e a mesa de som com amplificador utilizada para shows na unidade. A grande diferença que percebemos é que grande parte dos espectadores fumavam muito e também “falavam com o filme” durante a exibição, assemelhando-se neste ponto à exibição de filmes infantis onde as crianças “participam”.

É importante ressaltar que o preso que trabalhava não era prejudicado quando ia ao cinema: “*É que é liberado, seu Luciano libera da sessão. Vai passar um filme, então libera o pessoal de faxina pra assistir. E tem muita gente que fica no miolo que desce ali pra ver*”. A afirmativa de que o pessoal do miolo também freqüentava o cinema era vista de uma forma positiva pelo preso, pois demonstrava uma possível ressocialização daqueles que, segundo ele, são os verdadeiros bandidos: “*É cultura, né? Quer dizer, quando é que nego vai ao cinema lá fora, que ia? (...) você tá colocando um negócio que você tá tirando ali também o pessoal de ficar tanto ali no miolo falando besteira*.”

Mais à frente neste corredor, do lado esquerdo, havia a sala da Defensoria Pública. A Penitenciária dispunha de dois Defensores Públicos que prestavam assistência jurídica àqueles presos que não tinham advogado. Eles compareciam na unidade às terças e às quintas-feiras, no período da tarde.

Do lado direito do corredor havia as celas de seguro onde ficavam aqueles presos que, por algum motivo, corriam risco de vida se ficassem em contato com o restante do efetivo. Tratava-se de um espaço bastante reduzido, onde o preso nada fazia durante todo o dia, a não ser andar de um lado para o outro. Embora fosse um espaço de tensão, o setor do seguro da Penitenciária Lemos Brito parecia gozar de condições melhores do que aquelas por nós presenciadas durante nossa experiência anterior de assistência jurídica em outras unidades prisionais, onde chegamos a ver celas de seguro superlotadas, úmidas e escuras.

Em nossas entrevistas foi esclarecido que havia algumas celas de triagem, no interior de uma das galerias, onde ficavam os presos recém-chegados, durante um período de quatro dias, para que todo o corpo de segurança os conhecesse e para verificação de alguma inimizade no efetivo:

⁹⁵ O filme que estava sendo exibido era “Guerra dos Mundos”, trata-se de um filme de ficção científica em que um exército de extraterrestres invade o planeta Terra para dominá-lo.

A triagem é, por exemplo, a pessoa quando chega pra triagem vai lá pra cima. (...) vai lá pra trás, no último pavilhão. Vai lá pra trás. Ai fica lá na triagem. Ai muitos vai lá ver quem chegou, quem não chegou entendeu? Às vezes tem um cara que você não se dá. Já teve uma briga com ele no passado. (...) geralmente nego fala: "Ó, chegou o fulano aí! Chegou o fulano, chegou o fulano." Mas geralmente vai, vai muita gente olhar lá, entendeu? (...) De repente é um cara numa facção que já passou aqui, coisa e tal. Que tem problema de facção, coisa e tal. Esse cara não pode... igual aquele negociozinho, esse cara é verme. (...) Verme brabo. É um cara que chegou que ninguém aceita ele que sabe que ele foi matador, que ele matou gente na cadeia, entendeu? Ou é de outra facção então ninguém... Nego não deixa ele aí. Por que? Porque pode chegar, aí daqui a pouco vem ele, aí vêm outros, e vêm outros, vêm outros, aí daqui a pouco toma a cadeia. (Paulo)

Ela existia para a proteção do coletivo e do próprio preso recém-chegado, porém a primeira impressão podia ser ameaçadora, como foi para o travesti Cláudio:

Cheguei aqui... eu fiquei lá na espera que você é posto na espera, fica ali três quatro dias, pros outros presos ver você, ver se tem algum problema, se você tem algum inimigo que não queira que você entre na cadeia... aí fiquei ali de frente pra galeria, tinha uma galeria de irmão, que é uma galeria de irmão dentro da terceira galeria do terceiro pavilhão. Ai ali toda hora vinha bilhetezinho, vinha isso, vinha aquilo... "Ah, quando você sair eu queria conversar com você. Queria ficar com você, que não sei o quê..." Eu já me sentia um pouco acuada, entendeu? Muita pressão já, aí eu já tava achando que eu teria que ficar com alguém, entendeu? (...) Mas eu fiquei um pouco, com um pouco de medo no dia, quando me tiraram de lá pra me espalhar no coletivo, eu pedi que me pusessem ali naquela galeria de irmão, entendeu?

Seguindo em frente percebia-se que se tratava realmente de uma unidade diferenciada. Embora de segurança máxima, os presos permaneciam soltos o dia inteiro, o que não é comum, pois a praxe é o vulgarmente chamado regime de “tranca”, onde os presos permanecem nas celas, que normalmente são coletivas, durante todo o dia. Havia um grande portão que dava acesso à parte administrativa da unidade. Esse portão, embora permanecesse aberto, só era atravessado pelos presos-faxina, que usavam camiseta branca, tratava-se de uma fronteira onde somente alguns presos previamente selecionados através de uma marca, poderiam passar sob pena de sofrerem algum tipo sanção disciplinar. Os presos comuns, de camiseta verde, só o atravessam mediante autorização.

No momento em que o referido portão era cruzado podíamos afirmar que entrávamos, de fato, na “cadeia”. Continuando a caminhada, tínhamos do lado esquerdo a sala de informática equipada com dez computadores. Nela ocorriam diversos cursos ministrados em parceria com a ONG denominada CDI – Comitê para a Democratização da Informática⁹⁶ –

⁹⁶ O Comitê para Democratização da Informática é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que, desde 1995, desenvolve o trabalho pioneiro de promover a inclusão social utilizando a tecnologia da informação como um instrumento para a construção e o exercício da cidadania. A organização desenvolve projetos que atendem a comunidades de baixa renda, públicos com necessidades especiais, portadores de transtornos

onde presos eram capacitados para dar aula para outros presos. Ao lado da sala de informática, havia um pequeno atelier para a confecção de bijuterias.

Seguindo por esse grande corredor entrávamos na parte inferior ao primeiro pavilhão, que nada mais era do que o primeiro conjunto de galerias. Do lado direito do corredor havia a quadra de esportes que permanecia aberta de segunda a sexta para atividade desportiva e nos finais de semana também era usada como espaço de visitas. Nesta quadra eram realizados os torneios de futebol pelo preso Jefferson: *“pego o material que é bola, as súmulas, que é para poder continuar o campeonato, para poder anotar os jogos, ver no decorrer do jogo o que acontece, ver o nome dos jogadores”*. Segundo ele, a prática de esporte proporcionada pelo espaço desta unidade prisional ajudava os presos a extravasarem os aborrecimentos do dia-a-dia: *“queremos ver uma frente de trabalho, é estudar, um campeonato pra poder as pessoas ter um lazer, sair já na hora de, vai dormir, toma um banho e vai dormir, quer dizer todo aquele estresse já deixou ali pela quadra mesmo”*.



Quadra de esportes da Penitenciária Lemos Brito
Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 18/02/2005.

Ao fundo da quadra, do lado esquerdo, havia o parquinho e a piscina para as crianças que vinham nos dias de visita. Tais espaços confortáveis para a visita, segundo Jefferson, geravam reflexo inclusive no comportamento dos presos, pois:

A família é o pilar. A coisa mais importante é a família. A família é a base de tudo. Às vezes o cara releva muita coisa por causa da família, ele sabe que a cadeia além de ser uma cadeia diferenciada para o preso, também é para a família. Uma cadeia, uma unidade que fica no centro, quer dizer, é de fácil acesso pra família e os espaços que a família, as crianças vem, aí vai pra piscininha, vai pro parquinho, tem dois ranchos, tem o pátio grande, tem a quadra grande, também o pátio da quadra de esportes, então ela é totalmente diferente das outras unidades. Então aí o cara sabe, que além dele vai se prejudicar se fizer alguma coisa errada, que também vai prejudicar a família, então todo mundo perde... E como nós queremos o bem da nossa família às vezes a gente tem, passa por cima de muitas

psiquiátricos, jovens em situação de rua, presidiários, populações indígenas e comunidades carcerárias, entre outros. Informação retirada do sítio <www.cdi.org.br> Acesso em 28/11/2006.

coisas. Que por isso é que hoje reina essa paz pra poder continuar aqui e estar com a nossa família.

Sandro, evangélico e barbeiro do Diretor, também ressalta esses espaços, comparando-os com o de outro presídio em que esteve:

Nós temos aqui no pátio, temos o parquinho, tem várias diversões pra criança, entendeu? É, bem divertido o dia de visita pras criança... minha filha mesmo, puxa, eu posso dizer para você que aqui... ela brinca. Lá no Sá Carvalho ele não poderia fazer o que ela faz aqui. Porque lá é pequeno. Aqui brinca. Pode ficar a vontade sem perigo, lá já é bem diferente. Porque é pequeno, né? Muita gente embolada, num dá pra olhar.

Do lado esquerdo do corredor havia outro corredor mais estreito onde, também do lado esquerdo, ficava a Igreja Evangélica que será mais bem explorada mais adiante.



Igreja Evangélica da Penitenciária Lemos Brito
Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 18/02/2005

Ao fundo desse corredor havia o primeiro refeitório, chamado de rancho, onde durante a semana funcionava o projeto de reciclagem de papéis. Este projeto, chamado “Uma Chance”, foi criado pelos presos e contou com o apoio da Secretaria de Administração Penitenciária e da Fundação Santa Cabrini.



Rancho 1 da Penitenciária Lemos Brito onde era feito o trabalho de reciclagem de papéis.
Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 18/02/2005

Voltando ao corredor principal e seguindo em frente, passando pela escada do segundo pavilhão tínhamos à esquerda a Igreja Católica e, ao lado desta, o segundo rancho, onde fomos informados de que havia uma TV para os presos assistirem.



Arcebispo da Arquidiocese do Rio, Dom Eusébio Scheid, celebrando missa de Natal. Sem data.
Fotografia de Rafael Ruas - disponível em: <http://seap.ecosistemas.com.br/unicidades/lb/galeria/galeria_lb.htm>
Acesso em 14/12/2006.

Um pouco mais à esquerda havia o pátio onde se situava a cantina, pátio este que era utilizado como área de visitação nos finais de semana e que Cláudio, o travesti, narrou com nostalgia a percepção da passagem do tempo de sua prisão:

Aí nós dois ali parados... (referindo-se ao seu namorado) aí, tinha dois rapazes plantando uma árvore perto do banheiro, uma amendoeira pequenininha. Aí, depois de uns cinco anos, aquela árvore já tava enorme, aí escrevemos os nossos nomes na árvore... Aí nesses dias eu passeando com a minha amiga, a árvore tá enorme, e eu falei... Eu olhei, aí nisso que eu vi, que eu fui me ligar, veio na memória, eu falei "Menina, eu vi aquela árvore ali pequenininha, numa lata de

Vim, sendo plantada... A minha vida passou tão depressa nesse lugar, eu envelheci aqui, a minha juventude foi embora - que a árvore é gigantesca, olha". Conversando com ela... foi aí que eu fui cair na real, como o tempo passou... vendo uma árvore adulta, entendeu?

À direita do corredor principal víamos a inspetoria que era responsável pelo controle da vigilância. Ao lado da inspetoria, um pouco mais à frente, ficava a entrada da fábrica de móveis. Tratava-se de um grande espaço, embaixo de uma das galerias onde eram feitos móveis de banheiro. Ao fundo ficava a oficina de pintura desses móveis⁹⁷.



Fábrica de móveis – Léogras – que funcionava embaixo do segundo pavilhão da Penitenciária Lemos Brito. Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 18/02/2005

Retornando ao corredor principal e continuando a caminhar em direção ao final dele, observávamos à nossa direita a escada do último pavilhão. Este corredor do lado esquerdo tinha a parede tomada por mensagens deixadas pelos presos. Conforme nos explicou o diretor da unidade, a parede foi pintada de branco para servir como um painel para os presos escreverem.

Ao final do corredor víamos uma pequena sala que era a seção de educação. Esta seção era a responsável pela organização de todas as atividades de artesanato e atividades educacionais que não estavam ligadas ao Colégio, como por exemplo, a organização das turmas de informática. À direita, tínhamos a biblioteca⁹⁸, que segundo o Dr. Luciano, tinha mais de oito mil volumes organizados por assunto, pelos próprios presos. Ronaldo, egresso da Penitenciária Lemos Brito, nos conta:

⁹⁷ Conforme anunciado no sítio da Fundação Santa Cabrini: Fábrica de Móveis para banheiro e cozinha: Os detentos participam de toda a linha de montagem de móveis especiais para banheiros e cozinhas residenciais. Local: Lemos Brito (LB) – Complexo Frei Caneca. Informação retirada do sítio <www.santacabrini.rj.gov.br/Html/intramuros.htm>. Acesso em 28/11/06.

⁹⁸ Em julho de 1870, o então Diretor da Casa de Correção, Dr. Almeida Valle estabeleceu, como previa o regulamento, uma biblioteca para os presos. Dentre os exemplares que observamos na Penitenciária Lemos Brito há alguns do início do século XX, porém não sabemos se fizeram parte da biblioteca da Casa de Correção.

No Lemos Brito eu trabalhei na área de inclusão digital, na biblioteca, na educacional, estudei no colégio, no Mário Quintana, Escola Mário Quintana e depois de iniciarmos o movimento do projeto que nós hoje damos continuidade aqui e existem dentro das unidades, eu passei a trabalhar para o projeto. Trabalhei também na Fundação Santa Cabrini um período, na parte de manutenção de máquinas de costura. (...) nós fizemos uma catalogação dos livros, foi colocado por área, por tópicos. (...) Teve um período, antes de organizar aqueles livros que já tinha livros muito antigos, muita traça, muito cupim. E aquilo foi tudo tirado, selecionado alguns, e tudo foi, sei lá, jogado pra cima, jogado fora, queimado e tudo mais. Nós ganhamos um quantitativo muito grande de livro de uma biblioteca, não sei se foi Biblioteca Nacional, foi desativada, foi renovada, e nós ganhamos centenas, talvez, milhares de livros, aquilo tudo junto lá. Nós recebemos a tarefa de montar as estantes, as prateleiras, pintamos as prateleiras que tinham, reformou-se isso na oficina da Lemos Brito e catalogamos todos os livros (...) preparamos os cadastros no computador, porque nós dominávamos isso e cadastramos os presos que gostavam de ter acesso, foi construído a norma de acesso, de uso, o preso podia pegar tantos livros por um período máximo de tantos dias. Então, tinha cara na cadeia que fugia, sumia com os livros e a gente ia procurar. E ao entrar escolhia o livro, pegava o livro, levava para sua cela, fazia uso do livro, quando você empresta e ele não trouxesse por algum motivo, nós iríamos procurar o companheiro para fazer o recolhimento dos livros. O funcionamento era normal.



Biblioteca da Penitenciária Lemos Brito.
Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 18/02/2005

À esquerda havia o corredor do Colégio Estadual Mário Quintana⁹⁹, citado por Ronaldo, que era muito parecido com uma escola pública comum, talvez até mais bem conservada do que muitas existentes do lado de fora. Eram várias salas situadas do lado esquerdo desse corredor. Ao fundo do corredor havia ainda uma pequena sala utilizada para aulas de música.

⁹⁹ Em 02 de setembro de 1868, foi inaugurada uma escola para que os presos analfabetos recebessem instrução elementar, como previa o regulamento da Casa de Correção.

No final do corredor da escola, do lado direito, tínhamos uma pequena escada que nos levava ao local onde era instalada a fábrica de pães, chamada Pão Gelado, onde toda a produção era vendida extra-muros pelo industrial responsável pela fábrica.



Fábrica Pão gelado que funcionava no interior da Penitenciária Lemos Brito.
Acervo particular do Dr. Luciano de Oliveira e Silva – 18/02/2005

Retornando ao corredor principal, subindo para ver a primeira galeria do terceiro pavilhão, pudemos observar que a galeria em si era um pouco escura e o final de seu corredor aparentava ser muito próximo do final do corredor da galeria da unidade prisional vizinha (Penitenciária Milton Dias Moreira), também vimos que algumas celas eram muito arrumadas, enquanto outras eram bastante bagunçadas, refletindo o cuidado de seus donos. Este último pavilhão, conforme explicado anteriormente, não tinha galerias do lado direito. Porém, no primeiro pavimento havia neste lado uma estreita e comprida sala onde Felix confeccionava barquinhos de madeira. Segundo ele

A única sessão que trabalha até mais tarde é a minha. É, eu tenho um ateliêzinho lá, o homem aí me conseguiu aí e eu fico lá até seis horas, cinco e meia... Toda sessão fecha quatro horas, né? (...) Eu entalhava, fazia coruja, fazia tucano, garça, esses troço assim, né? Periquito, papagaio, fazia tudo. Fazia uns tucanos bonitos, mas aí me aperfeiçoei nos barquinhos e continuei nos barquinhos.

Noutra ocasião, em companhia do Dr. Luciano, tivemos a oportunidade de visitar uma antiga cozinha de porte industrial, onde era feita a comida dos presos quando ainda não se utilizava o serviço terceirizado de fornecimento de quentinhas. Segundo nos relatou, essa cozinha, ampla e equipada, foi reformada antes da retomada dos planos de desativação do Complexo, no entanto, ficou relegada ao abandono. Também visitamos a parte administrativa da unidade que funcionava no térreo, embaixo do gabinete da direção, tratava-se de um

pequeno corredor onde do lado esquerdo havia a sala da psicóloga e do lado direito havia uma sala com computador e impressora que servia ao projeto de reciclagem e, mais adiante, uma sala de concerto de aparelhos eletro-eletrônicos.

Esse era o espaço onde funcionou, durante 156 anos, a primeira prisão brasileira a instituir o trabalho como forma de correção. Com o custo de doze milhões de reais para os cofres do Estado do Rio de Janeiro, foi inaugurada em 28 de novembro de 2006, no Complexo de Gericinó, seguindo o padrão das outras unidades de segurança máxima Bangu 1, 2, 3, 4 e 5, a nova Penitenciária Lemos Brito, que não terá mais celas individuais e passará a ostentar em seu nome a sigla Bangu 6. No dia 1º de dezembro de 2006, foram transferidos para Bangu 6, os últimos presos que ocuparam o espaço onde outrora funcionou a Casa de Correção da Corte.

2.3 Modelo de disciplina

Todo mundo que está na Lemos Brito, desde o preso que chegou anteontem até a professora Stella que está lá há 36 anos, quer dizer, todo mundo quer estar na Lemos Brito. Trabalhar na Lemos Brito ou ser preso da Lemos Brito é prêmio para quem quer que seja. (Eduardo)

Ao ouvirmos essas palavras sendo pronunciadas por um dos Defensores da Penitenciária Lemos Brito, ficou evidente que a unidade prisional em estudo fazia parte de uma mecânica maior no grande processo de transformação dos indivíduos existente no sistema prisional do qual Foucault já falava.

Baseando-se na visibilidade do panóptico, na regulamentação do tempo e na localização dos corpos no espaço, foi possível se efetivar o controle, o registro, o poder de extrair dos indivíduos a formação de saber sobre eles. Para Foucault trata-se de um “poder epistemológico, poder de extrair dos indivíduos um saber sobre estes indivíduos submetidos ao olhar e já controlados por [...] diferentes poderes” (FOUCAULT, 1996, p. 121). E é justamente essa acumulação de saberes que permite a distribuição dos presos, sobretudo em função de seu comportamento:

A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço [...]. Na disciplina os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros (FOUCAULT, 1991, pp. 121 e 125).

Assim, o que importa é o lugar que o indivíduo ocupa numa classificação. Não é à toa que para que o preso ingressasse na Penitenciária Lemos Brito existia um determinado critério

de escolha, efetuado pela Secretaria de Administração Penitenciária, e havia, inclusive, fila de espera. Isso significa que, até que este preso conseguisse ir para essa unidade prisional ele obrigatoriamente passava por outras unidades onde os seus direitos não eram respeitados. É fato que o sistema penitenciário foi sendo ampliado e, neste sentido, as características do interno que ingressava na Lemos Brito foram se aperfeiçoando. Contudo, diante dos relatos ouvidos, podemos afirmar que ficar lá ainda era melhor que estar em qualquer outro lugar.

De nossos entrevistados, Walter foi o primeiro a chegar lá e expõe como foi a trajetória de sua prisão na época da repressão e como era o tratamento dispensado na penitenciária:

Mas aí eu entrei ali sem experiência nenhuma, fui muito humilhado por isso é, entendeu foi uma coisa horrível, eu acho que o mais triste da minha vida. Foi na época da repressão. Então me deram muito choque, sabe? Me colocaram inquéritos que não eram meus. (...) Tinha o tal: “Onze homens de ouro” criada pelo Estado, né?(...) Era época do MR-8, era tortura mesmo. A sociedade não queria saber não. Era, você ganhava choque nos testículos, coisa horrível mesmo. Ninguém agüentava não delatar, eu não acredito, não acredito... Se botar dois fios no testículo de uma pessoa e, e fazer o que eles faziam na máquina, que eles tinham uma maquinazinha que fazia “Zuzuuuuuu”, aquilo não é brincadeira não. O negócio é sério. Eles tiram de você que até a tua mãe roubou contigo, porque não agüenta, entendeu? Fiquei preso na Roubos e Furtos, é, até ser julgado pelo primeiro processo que fosse, para depois ser distribuído aqui para o presídio, que é aqui ao lado, que é o PP (...) depois que entrava no sistema não existia mais tortura. Não era o sistema que é hoje. Hoje não se pode mais bater no preso, o preso aqui não apanha mais. Na época apanhava e ninguém queria saber. Mas apanhava assim, coisas mais “amenas”, né? Não como a polícia que me prendeu que dava choque. Esses não. Davam um tapa, essas coisas normais, né? O guarda chega aborrecido de casa, o interno não está sabendo aí brinca com o outro. Ele chega - “pára com isso rapaz”. Essas neuroses do próprio cárcere colocam na cabeça. É que na realidade, nós sabemos, todo mundo sabe que, é... a polícia... o sistema carcerário já apodreceu há muito tempo (risos) eu acho que ele já está podre desde o tempo do Império (risos) quando se fazia aquilo com os escravos.

Conforme o relato de Walter, na época de sua prisão ainda não existia Água Santa – Presídio Ary Franco¹⁰⁰, unidade prisional utilizada hoje como triagem, mas já existia o Galpão da Quinta – Presídio Evaristo de Moraes, destinado, segundo ele, para “pessoas que não faziam nada, antigamente tinha vadiagem. Então eles pegavam a pessoa na esquina e botavam como vadio”. Nessa época era no Presídio Hélio Gomes onde se fazia a triagem, motivo pelo qual era por todos os presos chamado de PP, ou seja, segundo eles prisão provisória. Contudo, Augusto Thompson evidencia em sua obra que PP refere-se a Presídio Policial (1998, p. 77). Certo é que tal denominação permanece na memória dos presos, sendo por todos utilizada. Após a

¹⁰⁰ Criado em 28/09/1974, como carceragem da Secretaria de Segurança Pública. Em 28/08/75 passou para a Secretaria de Justiça, recebendo o nome Presídio Ary Franco.

criação do Presídio de Água Santa, este passou a ser um destino certo para que dali o preso fosse realocado em outra unidade.

E, lá sempre foi o caldeirão, né? Água Santa sempre foi dividido. Todas as facções tava ali dentro, naquela época ainda tinha Jacaré que era uma facção perigosa que assaltava os outros na cadeia e por isso que foi extinto e, não tinha Terceiro Comando, era “Comum” que depois veio a ser terceiro comando e o Comando Vermelho que era a facção do momento. Quem não queria ser nem uma nem outra era “Comum” aí cresceu muito as cadeias quase todas era “Comum” e de “Comum” passou a ser “Terceiro Comando” (Jefferson)

No ano da prisão de Jefferson, 1984, Água Santa já funcionava como triagem, mas também funcionava como castigo “o preso ia pagar castigo na Água Santa ia e voltava pra cá mesmo. Hoje não, hoje espalha, vai para outra cadeia. A cadeia era mais, quero dizer era mais perigosa. Não tinha essa quantidade de trabalho toda que hoje tem”. A passagem pelas carceragens de delegacias, bem como pela Polinter se mostra traumatizante para a maioria dos entrevistados:

10ª DP... isso 10ª DP. Sei dizer que era muito ruim, né, assim como era... muito difícil, muito ruim... Dez, quinze, vinte homens, concentrado num, num espaço de três metros e meio por dois e meio, mais ou menos, não me recordo direito... 1984 com... um buraco no chão, que chamavam de boi, aonde... era dividido para que você fizesse suas necessidades ali... (Rubens)

Eu acho que a pessoa pra condenar outra pessoa tem de ter uma polícia investigativa. Não é pegar, eu, eu não posso me deitar de bruços porque isso daqui meu é tudo quebrado por dentro de tanta pancada que eu apanhei na DAS, tem onze anos, tá fazendo hoje, e eu não posso deitar de bruços.(Felix)

No Espírito Santo, eu tentei uma fuga lá, na época muita cadeia. Hoje a minha cadeia caiu, né, bastante. Se eu fosse condenado com a cadeia toda que seria, hoje dava mais de cem ano. Entendeu? (...) E... eu quero dizer pra você que eu tentei uma fuga, apanhei muito... bateram na minha cabeça como se fosse assim numa cabeça dum porco, e... meu olho ficou todo vermelho, me deram choque de eletricidade, um repórter chegou até ir ali no castigo, eles não conseguiram ir. Porque o Espírito Santo é um lugar, que lá é mais espancamento mesmo. Lá eles mata...(Sandro)

Jefferson afirma que antes de ir para a Lemos Brito passou por Água Santa e pela Polinter, que desde aquela época já apresentava superlotação: “Ah, Polinter é horrível. Na Polinter eu passei lá em oitenta e quatro e já era assim. Um bocado dormia e o outro ficava em pé. Alguns dormia assim, virava um de costas pro outro e dormia em pé mesmo”. Na palestra conferida por José Carlos Brasileiro este também narra a sua chegada na Polinter antes de ir para a Lemos Brito, local onde fundou a primeira instituição de negros presidiários:

Aí tinha uma cela, o cara abriu e falou: “entra todo mundo.” Eu falei: “eu não vou entrar nessa cela não.” Aí deixei todo mundo entrar que tava apavorado e fiquei por último. Que por último eu tinha pelo menos a frestinha da porta. A

porta, chapa, devia ter uns trinta... setenta homens dentro da cela, um calor terrível, aquele vapor, era nego fumando, e só uma frestazinha na grade pra sair. Então você tinha que ficar ali que nem mergulhador. Respirando pelo bocal.

Cláudio se diz injustiçado e atribui a prática do delito a seu amigo também travesti que estava com ele no dia do crime. O amigo, assumindo a culpa, se dispôs a protegê-lo nas primeiras dificuldades enfrentadas no cárcere:

Foi o pior lugar, quase morri na DP. (...) Não tinham o preconceito de transar, queriam transar à força. Eu me senti horrível, eu falei não, não! Comecei a relutar, até brigar.(...) Ela... já... tava contaminada com a Aids desde rua, essa minha amiga, sabe? E eu falava pra ela: "Você ainda doente." Aí ela pegou e falou assim, não, por ela ter me trazido pra cadeia e ter feito aquilo tudo que ela fez comigo, ela mesmo falou: "Não, ninguém toca nela! Eu faço o que vocês quiserem." Aí ela foi, transou com todo mundo, já que eles tavam forçando barra. No caso ela ia contaminar todo mundo, como contaminou, né? Aí... e comigo, continuavam querendo tentar, eu já tô vendo que aquilo ali deve tá tudo doente, eu saudável, sabendo que ainda transou com ela, ela tá doente, jamais eu ia permitir que um daqueles transassem comigo. Tive que até arrumar pedaços de ferro, que dormir com pedaço de ferro, tentar me defender... Dormindo, um uma vez com a boca... que dorme com a cabeça pra baixo e o assim outro colado no chão, se chama valete o nome disso. Aí um pôs a boca na minha unha, conseguiu pegar de uma forma minha unha, a unha do pé, que ele arrancou ela toda com o dente. Ali eu já tava desesperada, com a cabeça desesperada, que eu nunca tinha parado num lugar daquele, vivendo com a minha família tendo uma boa condição, já levantei mesmo pra agressão, agredindo, entendeu e foi assim, três meses assim, agredindo pra sobreviver ali dentro.

O preso travesti padece de um problema a mais nas prisões que é o fato de não haver local para colocá-los. Não são mulheres, tampouco são homens. Após esse episódio, Cláudio e seu amigo foram transferidos para a carceragem de Ricardo de Albuquerque, onde havia uma pequena cela vazia, abandonada. Ao mesmo tempo, havia outros travestis misturados com os homens nas demais celas, o que motivou Cláudio a falar com o Diretor:

Aí eu expliquei a ele a situação dos homossexuais, o que se passava... Aí ele falou pra mim que se eu tomasse frente, resolvesse, ele ia abrir aquela cela, eu cataria todos os homossexuais das outras celas, abriria aquela cela só pra homossexual. E aí foi o que eu fiz. Pedi a minha mãe pra trazer carpete, carpetamos a cela, pedi aparelho de televisão, rádio micro-system, montamos a cela toda e eu sai recolhendo todas elas (riso de satisfação). Aí deu... elas deram graças a Deus, que tiveram isso tudo, aí ficamos juntas ali, amigas, ali sem problemas, sabe?

Aparentemente parecia que tudo estava resolvido, mas como lugar de preso condenado é em unidades do sistema penitenciário e não em carceragens, Cláudio e seu amigo foram transferidos para a triagem do sistema, Água Santa. Posteriormente o amigo foi para o hospital e Cláudio em apenas nove meses foi transferido para a Penitenciária Lemos Brito:

Eu dei muita sorte, porque nessa época pra chegar aqui nessa penitenciária era muito difícil. Tinha que ter muito bom comportamento, entendeu? Porque sempre foi uma penitenciária que deu muito espaço, até hoje dá muito espaço pro preso, entendeu? Cêla individual, tendo fábricas, tendo cursos, tendo escola... Tem tudo, todo mundo quer vim pra cá, e eu dei sorte que nove meses eu cheguei aqui.

Posteriormente, Cláudio foi transferido para a Penitenciária Milton Dias Moreira, vizinha da Lemos Brito, onde permaneceu um tempo e depois retornou. A sua entrada na Milton Dias, cuja facção dominante era a chamada ADA, Amigo dos Amigos, também foi permeada por uma história muito curiosa:

Quando eu cheguei na Milton, eles me separaram, me botaram sozinha numa galeria, falaram que nunca existiu homossexual na ADA. Que eu não ia entrar na cadeia. Aí fui, me botaram quatorze dias, a polícia me trancou num cubículo, e não morava ninguém naquela galeria. Eu fiquei ali quatorze dias! Chamei o diretor e falei: "Olha, o senhor me tira daqui, me devolve pra Água Santa ou faz alguma coisa comigo... que eu não vou ficar trancado aqui quatorze dias!". Mas por ter pessoas que tiveram aqui, porque eu tive aqui, pra depois ir pra Milton, as pessoas que tiveram aqui, que me conheceram, conversaram lá com eles: "Oh, não tem problema nenhum, ela é tranqüila." Aí os chefões, né, do crime, da ADA, resolveram ir lá, falaram assim: "Oh, já me falaram bem de você... nunca teve, mas você vai ser a primeira homossexual na facção. Seja bem vinda!" Aí abriram a porta e me aceitaram, entendeu? Aí também comecei com serviço de manicure, aí todos eles precisavam fazer a unha, entendeu, e assim foi... a coisa ficando melhor, entendeu, se acostumaram, não faziam mal nem nada, até me respeitavam muito bem ali. Agora é uma facção ruim. Já vi matarem na galeria, entendeu. Jogar no latão de lixo...

Não obstante a sorte de Cláudio, fazer parte desta unidade prisional não era tão simples assim. Além de requisitos como a condenação ser superior a oito anos e o tempo de espera em outras unidades, ao ingressar na Penitenciária Lemos Brito o preso também deveria se adequar:

O Luciano quando ele ingressou na cadeia ele estabeleceu uma regra com os presos e da qual eu participei da decisão e da implementação dela que era o seguinte: o preso que está na Lemos Brito ele tem a chance que os outros não têm, ele tem como principal prêmio estar na Lemos Brito, onde não se pratica violência contra o preso, onde não se deixa ninguém sem comer, onde não se deixa ninguém sem vestir, onde não se deixa ninguém sem instrumentos necessários à higiene pessoal de cada um, (...) onde não há um tratamento ruim à família do preso que vai visitar, é feita a revista com todo o rigor, mas sem determinadas condutas que marcam aí o que o preso chama de esculacho, que seria um excesso, ou uma ridicularização dos familiares no momento da visita. Agora, ao mesmo tempo o Luciano fez uma contrapartida de cobrança extrema¹⁰¹, isso gerou de imediato na cadeia, acho que um mês talvez depois do ingresso do Luciano, um único movimento organizado contra a autoridade constituída, que foi uma greve de fome que durou durante quatro dias, se eu não me engano, dentro da cadeia, e que terminou com a não aceitação das exigências e apenas com a implementação, com

¹⁰¹ Tivemos informações de que durante a atual gestão houve, em um período, maior apreensão de celulares nesta unidade prisional do que o dobro da apreensão de celulares em todo o resto do sistema penitenciário.

a manutenção da implementação dessa regra de justiça, quer dizer, vocês vão ser bem tratados, mas acabou uma ausência de rigor tanto na investigação quanto nas buscas feitas na unidade e etc. (grifo nosso) (Eduardo)

De fato, há relatos de que a administração anterior à do Dr. Luciano era menos rigorosa no que tange aos procedimentos disciplinares, porém os ideais ressocializadores eram semelhantes no que concerne às atividades laborativas, à educação e às artes.

Segundo Foucault, alguns dos instrumentos utilizados pela disciplina para acumular saber do indivíduo e promover, através da manipulação desse saber, o seu adestramento são: “horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos”. (1991, p. 114)

A disciplina possibilita a distribuição dos corpos nos lugares devidos, a organização das atividades e a administração do tempo, adequando o indivíduo àquilo que dele se espera.

O meu dia-a dia é, acordo venho para meu trabalho no projeto Uma Chance, sou o coordenador, aí vejo o trabalho que vai ser feito, (...) quando dá onze horas paro para almoço, que meio dia é o almoço e o dia-a dia é esse todos os dias. (Jefferson)

Ocorre que nesta prisão os processos disciplinares se encontravam da forma mais extremada, justamente porque seu modo de ação sobre a existência era integral, não deixando lacunas, nem no tempo e nem no espaço. E é assim, através de procedimentos disciplinares, que na Penitenciária Lemos Brito os indivíduos eram docilizados. Ao não se respeitarem as regras disciplinares poderiam ter como a maior punição o banimento desse espaço onde, embora vigiados, tinham seus direitos mais respeitados do que em outras unidades prisionais¹⁰².

Olha a Lemos de Brito: são seiscentos homens soltos, não temos rebelião, morte, fuga e os funcionários são respeitados. Qual é a diferença? Porque não são presos? Não são marginais? Somos. Agora também nós temos trabalho, estudo, lazer, o tratamento dos funcionários adequado, entendeu? Eles nos respeitam e nós respeitamos eles, entendeu? (...) É por isso que hoje, eu e a maioria dos internos da Lemos de Brito, sabemos que se não conseguir com disciplina não vamos conseguir com violência (...) a disciplina é o fator principal a se conseguir alguma coisa. (...) Então essa é a diferença que faz a Lemos de Brito que, e não é pessoa só com pena baixinha não, tem pessoas com duzentos anos de cadeia aqui que, né? Se matasse mais um ou dois não tá dizendo nada. (Jefferson)

Portanto, a ausência de tensão dessa unidade prisional dependia fundamentalmente da disposição dos presos em se submeter e cooperar espontaneamente com os regulamentos de

¹⁰²A Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) e o Regulamento do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro (RPERJ – Decreto nº 3.397/86) constituem os instrumentos normativos e reguladores da disciplina carcerária. Tanto o Diretor da Penitenciária, quanto os funcionários com os quais tivemos contato aparentaram acreditar na possibilidade da transformação dos indivíduos.

disciplina e segurança. Sandro explica que no final de 1996, estava na Lemos Brito, onde teve várias oportunidades para “mudar de vida”, porém ao invés de enveredar por este caminho preferiu tentar uma fuga, o que acabou gerando a sua transferência fomentada pelo Dr. Luciano, que ainda não era o diretor, para o Presídio Hélio Gomes, cujas celas são coletivas e há menos oferecimento de trabalho. Na ocasião da entrevista ele teceu inúmeros elogios ao Dr. Luciano em virtude deste ter percebido a sua mudança de comportamento, aceitando-o inclusive como seu barbeiro pessoal. Já Paulo nos explica que tais transferências ocorriam “quando você tem muita CTC, você tem briga, você tem aquilo, ou você... entraram com um mandado de segurança¹⁰³, pede um seguro contra você...”

Conforme podemos observar as regras de funcionamento desta unidade prisional eram impostas através de uma coerção: para permanecer nessa prisão, que era melhor do que as outras, o preso deveria se adequar à sua rotina. A adaptação à Penitenciária Lemos Brito era estimulada pela necessidade de ser aceito no grupo. Neste sentido:

Eu vejo a parte disciplinar daqui, ela é rígida, mas ela, ela é uma coisa assim que é, é direcionada. (falando baixo) Quem convive, quem conhece sabe que tem uma estrutura podre que não é mexida e essa estrutura detona as prováveis outras que venham a competir com eles, detona, o Diretor dá carrinho, dá tudo porque essa estrutura mesmo sendo podre dá o que pra ele? Cagueta caso haja alguma fuga, alguém querendo fugir (...) (falando muito baixo) Porque aqui tá envolvido o quê? Tráfico, jogo do bicho, entendeu? Principalmente esse aqui. E se quiser competir eles detonam, inventam uma história, diz que quer fugir, que quer matar fulano. (...) Tudo bem, eu acho até que é uma forma do diretor ter a cadeia sob controle, mas aí, essa estrutura aqui também é mantida a que? Tem corrupção, tem suborno pra manter, que essa turma tem celular, não é mexido, tem a droga e não é mexida, entendeu? É isso. Então, escuta uma coisa: Você acredita que possa ter alguém meio certo? Não tem, tem? Ou é certo ou é errado. (risos) Não tem meio certo. Eu acho até que talvez essa forma seja uma forma dele ter a cadeia sob controle, mas muitos aqui sofrem covardia porque se o outro lado tem alguém desse lado aqui que não gosta, porque de repente em outra cadeia teve algum problema aí também vai no lero, muitos sofrem covardia, são transferidos à toa, sem fazer nada. (...) Eu acho que a administração dele aí melhorou muita coisa entendeu? Eu até acho que essa estrutura podre que ele mantém aí deve ajudar ele, deve melhorar um pouquinho o salário do chefe de segurança (risos), de alguém aí... Alguma coisinha tem, sabe que tem, não adianta dizer que não tem porque tem entendeu? Mas ajuda a manter a cadeia, né? Sob controle, pra não ter fuga, pra não ter morte, entendeu? (Mário)

De uma forma ou de outra, como já dito anteriormente, o coletivo de uma prisão não é homogêneo, como muitas vezes aparenta ser. Dessa forma, em virtude de interesses distintos podemos observar um maior ou menor apoio à atual administração, contudo é fato que não tivemos a oportunidade de entrevistar algum preso que fosse manifestamente contrário à

¹⁰³ Não se trata aqui da ação constitucional denominada mandado de segurança, trata-se apenas da maneira de se referir a alguém que necessita estar no seguro.

administração atual, de nossos entrevistados o apoio ou era incondicional ou era com ressalvas, como o exposto acima. Segundo o Defensor Público que atuava prestando assistência jurídica aos presos dessa unidade prisional:

O que faz com que a Lemos Brito funcione é um bom diretor, uma boa equipe e bons presos (...) esse grupo forte e com uma orientação positiva gera a expulsão de elementos ruins. (...) Eu tinha um preso no Bangu II que usava entorpecente, que era bandido, que andava de faca na cintura, que criava uma série de problemas e na Lemos Brito, ele em um mês, dois meses de Lemos Brito acabou, não criava esses problemas mais. Quer dizer, ele se adequava. (Eduardo)

Aparentemente os presos, de um lado, respeitavam os regulamentos, os agentes, técnicos e outros funcionários, de outro, respeitavam os direitos, e mais do que isso, incentivavam as mudanças, produzindo e reafirmando as redes de poder lá existentes, pois segundo Felix “Aqui o homem puxa a rédea que tem que respeitar mesmo e tem que respeitar os outros, os companheiros. Mas aqui não tem problema de dar esculacho em parte nenhuma”. Assim também se posiciona Sandro:

Errou, botar de castigo. Errou, é canetar a pessoa. (Canetar? Como assim?) Canetar se fala... canetar, isso quer dizer o quê? Escrever a pessoa. Não é bater, espancar. E essa administração ela age dessa forma, é uma forma que corrige o preso. O preso, ele bate no castigo, ele aprende ali a refletir que ele errou, ele não devia ter feito aquilo. Mas quando ele apanha, ele é espancado, ele fica mais revoltado, porque ele foi agredido, mas quando ele é corrigido dessa forma assim... é de ir pro castigo, vim na CTC. Essa administração, ela tem agido dessa forma, eu... nesse tempo que eu estou, a administração me chamou muito atenção sobre isso aí.

Desse modo, o preso da “ideal” Lemos Brito, longe de estar sendo ressocializado para a vida livre, estava, na verdade, sendo adestrado para a vida nesta prisão, passando a ser mais uma engrenagem no sistema dessa instituição. Conforme Foucault:

Nas instâncias de controle que surgem a partir do século XIX, o corpo adquire uma significação totalmente diferente; ele não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar (1996, p. 119).

Uma forma de adaptar-se à vida nesta prisão, praticando infrações sem que sofresse punição disciplinar, era fazer mão do chamado bucha, ou seja, atribuindo a infração disciplinar a outra pessoa, que por sua vez ganharia favores para fazer aquilo. Questionamos Paulo se realmente havia uma quantidade elevada de procedimentos disciplinares e ele respondeu:

Tem, bastante. Aí... (apontando um balde enorme ao lado da entrevistadora) Isso aí é cachaça. (Ah, isso aqui do lado é cachaça?) É. Esse balde aí, isso é balde que

é preso... de cubículo. Que é o que eu tava falando pra você... o cara que tá ali, aí o cara tem uma situação, faz uma cachaça... "Ó, guarda isso aí pra mim, aí." Mas não é dele, pô. Ele é o bucha. Ele é o bucha. É o comédia, é o bucha, entendeu. Aquele que tem dinheiro, ele não vai responder por aquilo. Quem vai responder é o bucha lá, que tá lá, que segurou pra ele. (...) Eu tendo dinheiro, eu compro ali, mando o cara fazer. Eu vou guardar no meu cubículo? Se eu for guardar no meu cubículo, eu vou rodar. Eu vou rodar? Eu não vou rodar, eu vou arrumar um bucha ali, um comédia ali. "Ó, vem cá. Tu não tem visita, tu não faz nada mesmo. Toma, eu vou te dar cinco conto pra tu fumar, pra tu cheirar, pra tu fazer, pra tu tomar cachaça. Toma aí! Quando sair a cachaça tu pega um, dois litro pra tu. Fica, tu vende, faz o que tu quiser." (Essas coisas mesmo com o rigor sempre tem?) Sempre tem! Sempre tem! De vez em quando tá prendendo, de vez em quando roda um aí com cachaça. Eles fazem buraco no chão, enterra, entendeu. O bicho é danado, preso é um bicho danado! (o preso conta a história com muito humor) Esconde tudo! E tem sempre que tá procurando. Aí, encontrou esses dias aí, a cachaça aí. Essas de beterraba. Pode ver ali que tá vermelha. Tu não viu ali, não?

Augusto Thompson já evidenciava esse procedimento de exploração de um preso por outro em sua obra:

De várias maneiras, pode um preso querer explorar o companheiro (...) quer obrigando-o a fazer a distribuição da mercadoria proibida – cachaça, maconha – livrando-se do perigo de ser encontrado na posse do contrabando (os grandes traficantes jamais botam a mão no objeto do comércio, sendo literalmente impossível puni-los, disciplinarmente, por uma atividade que lhes rende grandes lucros), e assim por diante. (1998, p. 74)

Ou seja, o preso que deixou de sofrer a punição disciplinar aparentemente estaria dentro das regras. Entretanto estar adaptado à prisão em muitos casos significava uma real desadaptação à vida livre.

Mas esses muros são estranhos, no começo você detesta depois se acostuma. Quando passa muito tempo, você passa a depender deles. Isto é pertencer a isto aqui, te mandam aqui ficar a vida toda e é a vida que acabam te tirando, a parte mais importante dela. (Personagem Red comentando com Dufresne a saída de Brooks em “Um Sonho de Liberdade”)

Para alguns presos o afastamento do ambiente prisional em que passou um longo período de sua vida, não significa apenas a perda de espaços, mas também a perda de sua própria identidade já (re) significada por aquele ambiente. Quanto mais adaptado à prisão, mais desadaptado estará o preso à sociedade. Não são raros os relatos de casos onde o egresso não consegue se readaptar, eis que perfeitamente adaptados à prisão

São pessoas que já tiraram muita cadeia. Perderam tudo. Seus parentes, não sabe nem por onde andam. Sabe que não vai ter uma oportunidade da sociedade. Pelo menos aqui dentro ele tá comendo, ele tá bebendo, já tem alguns amigos. (...) Companheiros. Já viraram amigos e tem pessoas que não querem ir embora mais não. É, teve um que tirou trinta anos de cadeia, botaram ele no ônibus e mandaram pra Bahia, chegou lá não encontrou ninguém, nada, aí voltou e pediu

pra ficar na cadeia. Não deixaram aí ele arrumou um 155 no ônibus, assaltou o ônibus inteiro, sei lá, quase que ainda morre, e voltou pra cadeia e tá na cadeia, tá na cadeia, é o Fon-Fon.

Tá na cadeia, tava no Água Santa, ele. Quer dizer ele foi colocado e tal. A imprensa mostrou ele saindo, ele lavava carro do lado de fora ali e tal. Pediu pra voltar pra cadeia. Eu já vi uns quatro ou cinco caras não querer ir embora. Pediu, não tem como. Se for lá pra fora vira mendigo. Isso acontece, não é só nessa cadeia, mas em outras cadeias... (Jefferson)

Eu já vi uma história do cara que saiu, e agrediu o cara na saída, pra poder voltar. Porque já não tinha mais pra onde ir, o cara tava preso há vinte anos, já não tinha mais pra onde ir, não tinha mais... E o cara não sabe nem mais andar na rua porque já se esqueceu como é que anda. (Altamiro)

Utilizando os ensinamentos de Foucault é possível perceber que as prisões, no rigor de suas regras, mostram os limites do exercício do poder, que não é necessariamente uma propriedade do Estado, mas sim estratégia de ação que se dá através da relação de forças que passam tanto pelos dominados quanto pelos dominantes.

3 O COTIDIANO PRISIONAL E A IDENTIDADE SOCIAL

3.1 Criminalidade e Condição Social

Porque antigamente não tinha as organizações. Essas facções não existiam. O crime era um só, entende? Então a malandragem ela era diferente, ela respeitava mais... Tudo que se fazia se fazia assim num sentido de melhora pro grupo... Agora, hoje em dia eles, eles são empregados... O cara dá mil e quinhentos cruzeiros pro camarada e dá uma motocicleta para ele no morro para ele ficar para baixo e para cima com uma metralhadora nas costas cheia de balas e - “Quem se aproximar tu senta o dedo nele”. (...) Então nós éramos diferentes. Era diferente, porque também tinha o seguinte a malandragem, a malandragem era mais ligada a periferia, entendeu? Aqui embaixo, né? Os morros, por exemplo, você subia para buscar uma maconha, né? No morro, né? Era uma dólar naquela época eu me lembro, era meia meiotá, que o que chamavam de meia meiotá era meia dólar. (Walter)

Aqui nos importa destacar a percepção que os presos têm da criminalidade atual e de antigamente e como eles se colocam nesta questão, tendo em vista como a experiência de vida no cárcere os influenciou.

Para Walter, a falta de experiência da juventude atrelada à vontade de ganhar dinheiro acabou por levar ele e a sua quadrilha a prática de crimes. Embora admita ter sido um criminoso, ressalta que eles não eram como os jovens criminosos de agora.

Que nós éramos todos playboys de esquina, com aquelas “calça Lee” surrada, ninguém tinha dinheiro. Todo mundo era sonhador. Todo mundo tinha aquele sonho, né? As meninas passavam e a gente queria mostrar a elas que a gente tinha um carro, coisas de rapaz... E aí começou. Com o tempo começamos a roubar os carros e vender aos intrujões e foi aí que nossa vida começou a melhorar um pouco. Mas eu era, nós éramos é, rapazes, diferentes dos rapazes do morro. Nós não matávamos ninguém, não tínhamos a intenção de matar criança (inaudível). A gente chegava lá, assaltava e às vezes até saía correndo dos caras (risos), entendeu? Porque nós éramos playboys de esquina, nós não éramos do morro, nós não tínhamos organização de assalto, de armamentos. (...) Então foi isso, aí eu comecei a entrar por essa e comecei até que, rouba daqui, rouba dali, chegou em 1970. Eu consegui ficar dez anos na rua nessa, mas não fiquei rico porque era aquele tal negócio, eles iam muito presos, os meus companheiros, né? E eles quando iam presos me largavam como gerente geral porque eu era um cara que não traía eles, não gostava de estar traindo ninguém, tinha medo de morrer... Porque antigamente tinha uma coisa interessante: você estava “marcado para morrer” mas tinha uma reunião antes, ninguém matava ninguém assim não, o negócio era bastante democrático... (risos)

Com semelhante raciocínio, Altamiro destaca a imaturidade aliada à ilusão do poder como estímulos para que tenha dado início a uma vida de crimes:

É a facilidade que você tem de ter dinheiro, com o poder que você assume (...) O poder que você assume, quando você começa no crime... Vamos botar a situação de uma boca de fumo, que você não precisa ser inteligente pra você ficar numa boca de fumo. Você precisa ser inteligente quando você vai tramar um crime dizer

o lugar e o mês, mas boca de fumo não precisa. Você começa como olheiro, passa a ser vapor, que é o cara que vende, depois passa a ser gerente quando você sabe fazer uma continha, quem vai receber o que, quem vai ter que dar quanto, aí a hierarquia começa quando você começa subir quando os de cima começam a morrer. Quando morrer o chefe fulano alguém assume até você chegar onde chegou. Que morreu o primeiro, agora acabou de morrer. Entendeu?

Ronaldo acrescenta que a falta de preparo aliada a uma vida desregrada acabam por conduzir à criminalidade:

O abismo leva ao outro abismo, esse é um termo bíblico. (...) Como outras afirmações que fala assim ‘pode o cego conduzir um outro cego, não cairiam ambos numa cova?’. Então eu vejo que a vida é um pouquinho assim. Eu hoje bebo socialmente, amanhã eu perco controle se a minha índole é assim. E, assim aconteceu comigo, comecei com jogos de azar, aí comecei com uma vida totalmente irregular, de noite, ia a áreas de prostituição, contravenção e foi acontecendo, foi acontecendo, até cometer aqueles crimes que culminou na extorsão mediante seqüestro. Essa foi a minha trajetória pra dentro do cárcere.

Mesmo com esta percepção, é interessante notar que Ronaldo não enxerga todos aqueles que cumprem pena como verdadeiros criminosos.

Quem não é um criminoso? É aquele que é condenado injustamente que nós encontramos inúmeros companheiros que nós chamamos ‘esse cara é bucha’, pegaram ele no lugar errado, na hora errada e mantiveram ele ali porque tinha que resolver aquele problema. (...) Nós conhecemos um companheiro que trabalhava nessa Companhia Área de Aviação, um cara conceituado, máfia lá de nigeriano, o cara tentava se matar toda semana no presídio, chorando ‘eu não fiz, eu não fiz’, os outros todos foram soltos e ele continuou preso, ficou lá, perdeu família, perdeu emprego, perdeu tudo e nós sabemos que um cara que tinha participação não estaria naquela choradeira toda, não estaria tentando se matar o tempo todo e o que é pior, teria minimamente um relacionamento com os outros que eram da quadrilha que todos se davam bem e todos tiveram um advogado muito bom que pôs todos em liberdade (...) então ele é um bucha. Esse não era um criminoso.

Neste sentido, o depoimento de Felix explicita a sua condição de injustiçado, assemelhando-se ao que seria, segundo Ronaldo, um “bucha”:

Eu vim preso por causa que morei com uma criatura que é mãe de cinco filhos meus e nós estávamos separados há oito anos e ela cedia, cedeu a casa dela para o pessoal fazer lá de cativo e nisso aí sobrou quarenta e cinco anos de cadeia pra mim (chora muito). Aí... A pior coisa que tem é a pessoa é, não ter feito nada de errado e estar pagando pelos outros, essa é a minha revolta. (...) Não tenho advogado (chora), não tenho dinheiro pra pagar advogado (chora muito), tá onze anos, por incrível que pareça hoje está fazendo onze anos de cadeia que eu fui preso (chora muito). Fui preso dia oito de novembro de noventa e cinco. É a vida. (chora). É muito triste, é muito ruim a pessoa pagar por um troço que não fez, é essa a minha revolta da justiça. Se eu tivesse que comparar a nossa justiça com alguma coisa eu comparava com as piores imundícies do país, do universo.

Walter, em sua entrevista, disse ter também “embuchado” uma série de crimes que não fez em virtude das torturas que sofreu e destaca a diferença entre a criminalidade atual e a de antigamente, vendo o preso de hoje como um sujeito muito “neurótico, doente e perverso”, ressaltando que a perversidade hoje é diferente porque antes não existiam as organizações criminosas, explicando então quem seriam os verdadeiros bandidos:

Às vezes eu fico até com pena dessa moça, desse rapaz: “O bandido!” O bandido não é ele. Ele é o gerente. O outro está vendendo. O bandido é alto escala, três toneladas, cinco toneladas, esse é o bandido. É quem organiza, sabe o que vai acontecer, sabe onde vai cair essa maconha, sabe onde vai cair esse pó, para que cabeça que vai, para os meninos... Então, esses é que são os verdadeiros bandidos. Entendeu? Agora às vezes eles pegam aí um cara vendendo um pó no morro ou soltando um foguete que é um soldadinho deles, do pessoal do morro, que não conhecem nem o cara, conhece ali o gerente deles que é o mais inteligente, né? É o que se destaca mais, começa a dar ordenança, a dar ordens, aí torna-se ali o dono da quadrilha, né? Ou dessa tal de CV, essas organizações que tem agora, Comando Vermelho... Aí eles chamam de bandido, o menino que está soltando foguete. Ele não é bandido. Às vezes é até um rapaz bom, coitado. Menino de quinze anos, dezesseis, dezessete é chamado de bandido.

Diz também que na sua época até o morro era diferente, atribuindo às drogas o agravamento da criminalidade de hoje.

Porque o crime, essa vida em que se vive ela teve duas fases, teve a fase dos assaltantes porque naquela época não tinha, você não conseguia vender droga, ninguém conhecia. A cocaína não tinha. Você para arrumar trezentas gramas você tinha que ir no navio ali na Praça XV, para esperar um marinheiro daqueles para ver o que você arrumava e às vezes você ficava até três meses sem conseguir isso e hoje em dia você consegue isso na esquina, né? Mas hoje tem quem compre, mas tem quem compre. Naquela época não tinha. Então a vida, essa vida criminosa nossa aí, esse crime de terceira categoria, ele atingia ao assalto. Eram, os grandes na época, os assaltantes. O que ganhasse mais era o mais poderoso, mas depois ela se degenerou totalmente quando passou para a mão dos traficantes. Porque os traficantes eles não quer saber de nada. Eles só querem saber do seu poder, entendeu?

Da mesma forma, Cláudio vê a questão das drogas diretamente relacionada ao aumento da criminalidade nos dias atuais: “tem vício também, o cara que quer cheirar, começa a cheirar, depois não tem como bancar o vício, aí vai trabalhar na boca de fumo pra sustentar o vício dele”. Mário, compartilhando deste entendimento, acrescenta que

O maior problema tanto nas ruas em termos da violência quanto nas cadeias é a droga. Isso tanto na cadeia quanto na rua. Você fica desesperado de ver que, às vezes, a cadeia quando não tem droga, tá em falta, que às vezes a maconha chega, chega normalmente na visita ou um funcionário que trouxe, ou foi a vagina da mulher que trouxe, você tem que ver a correria que é, eles correndo atrás como se fosse assim criança apanhando doce de São Cosme e Damião. Você fica horrorizado de ver aquilo. (...) “Ah, mas isso aí na rua também tem”. É PODRE também na rua isso. Ué? Eu não quero saber se o cara na rua ele tem o emprego dele, ele tem a família dele, entendeu? Mas o desgraçado usa droga é podre

também, não é? É ou não é? Eu não posso acreditar que seja bom... (...) E aqui é igual (referindo-se à Penitenciária Lemos Brito). É um pouco melhor? O preso tem mais privacidade, tem mais liberdade, mas é PODRE também, entendeu?

Felix aponta a desigualdade social como um dos focos da criminalidade, vendo também diferença entre a criminalidade hoje e antigamente:

Na minha opinião os verdadeiros criminosos são os seus “gravatas”. Por que? Porque eles fazem, roubam milhões e quando é condenado, é condenado a quatro anos, cinco anos com direito a responder em liberdade porque tem endereço fixo. Um troço muito errado. Tem dois, três, cinco advogados... Dez. Quer dizer que acontece isso. E o pobre vai pagando a cadeia pra eles, é o que está acontecendo comigo. Isso é a minha revolta. Tá tudo bem, eu já tô também quase que no final da vida. (...) Existe muita diferença. Antigamente existia mais um respeito. Hoje em dia há muita bagunça, uma molecada nova.

No entender de Jefferson, a questão da criminalidade está diretamente ligada à condição social do sujeito:

Todos são iguais perante a lei, o que não existe, não somos iguais. Tá provado aí que não somos. (...) A mulher rouba meio quilo de manteiga e vai pra cadeia. É o nosso país. Fazer o quê? Quem mandou nascer pobre? Nasceu pobre, meio quilo de manteiga vai pra cadeia. No entanto um milhão não vai e pode dar um tiro pelas costas numa mulher que ele não vai preso também¹⁰⁴, recorre, recorre daqui, recorre dali, ele vai fazer setenta anos e aí não vai preso, acabou. (...) Nós quando somos presos, perdemos a nossa cidadania, mas não perdemos a nossa memória. O que a gente não consegue entender, eu, por exemplo, é por que a sociedade não grita em cima disso, a sociedade não exige que sejam condenados. (...) Porque eu vivi, convivi e estou convivendo dentro do cárcere, sei porque que as pessoas vieram presas, o motivo, por que levaram... Qual a maioria das pessoas que vem presas, qual é o, a causa daquela prisão, falta de amor, falta de carinho, falta de oportunidade, entendeu? Sem educação e sem trabalho pra essas pessoas, sem desde pequeno poder estudar, aprender uma profissão e não tendo trabalho depois de adulto nem pra servente, servente de pedreiro, essas pessoas vão fazer o quê? Vão roubar, pô. (...) “Ahhh, mas o filho lá do bacana, ele roubou também” - Ele roubou porque ele achou bonito, mas dez por cento é filho de bacana, tá com condição. Noventa por cento é negro, é pobre, é analfabeto e não teve oportunidade. Se for fazer um levantamento genético dessas pessoas, a avó era pobrezinha, era miserável, a mãe era, os pais todos... Até chegar nele que não tem uma estrutura. Qual é a estrutura que ele tem? E o filho dele vai ser também. Com certeza que é.

O entrevistado, ao afirmar que o preso perde a cidadania, mas não perde a memória evidencia que, embora não possam exercer o direito de voto, ou seja, o direito de escolher quem governa e principalmente de escolher quem faz as leis, continuam como espectadores da sociedade que exerce este poder e, mais ainda, não deixam cair no esquecimento a nítida justiça de classes existente em nosso país.

¹⁰⁴ Os exemplos se referem a dois casos famosos de São Paulo: um Juiz que desviou milhões de reais e um jornalista que assassinou a namorada.

Por que essa mulher¹⁰⁵ aí que mataram a filha dela não gritou em cima do cara que matou essa menina lá do cavalo (...) Mas quando dá uma lei pra nós ela vai lá e quer arrumar um milhão de assinaturas pra poder que a pena seja pena de morte, pena disso, pena daquilo e em cima do Pimenta Neves lá ela não fala nada, por quê?

A justiça criminal acaba exercendo forte papel na manutenção e na reprodução das relações de dominação existentes na sociedade. A pena privativa de liberdade é aplicada pelos juízes sem hesitações aos membros das camadas mais baixas e marginalizadas enquanto nas outras camadas há uma maior preocupação e até mesmo um “sentimento de incômodo” na aplicação de uma pena, mesmo que não seja de prisão. (KARAM, 1993, p.108)

Paulo também vê na desigualdade social o funcionamento da justiça penal, privilegiando os mais ricos: “*Então quem paga sempre é o pobre. Rico não paga, pô. Rico, tu entra aí, qualquer coisa que tu faz aí, faz um habeas corpus, aí tu tá na rua, o pobre não, o pobre que paga cadeia pra eles aí*”. Complementa com sua visão acerca da criminalidade atual:

A gente vê sempre televisão, tô sempre vendo. Você tá com uma mulher num carro, o cara vai roubar, pô, se assusta e atira. Isso aí pra mim é covardia, você, porra, atirar?!? Isso aí pra mim não entra na cabeça, entendeu? Antigamente, eu já prendi bandido, a gente sabe, antigamente o ladrão, qualquer coisa, ele te respeitava. Assaltava você, mas não te esculachava. Hoje em dia, não. Essa garotada nova não tem, qualquer coisa tá atirando, até matando, tá tirando a vida dos outro. (...) Eu tando na rua, pegando, como policial, pegando, não trago nem preso, eu mesmo mato. Pra mim, esse aí não vai ter mais conserto, entendeu? Agora o cara que roubou, mas, pô, vê, às vezes se arrepende, coisa e tal, tudo bem. Mas esses de hoje, esses novinhos, esses carinhas novinhos, funkeiro, coisa e tal...

3.2 Imagens e valores da experiência prisional

3.2.1 A repressão: polícia e extermínio

Porque, é aquele tal negócio, né? Eu vou falar aqui porque não tem nada de mais, o policial é policial e o preso é preso, o Flávio sempre falava isso. Preso é preso. Polícia é polícia. Bandido é bandido. (Walter)

A diversidade de grupos existente nesta unidade prisional propiciava situações estranhas como a de uma prisão na própria prisão. Os estigmatizados também participam ativamente de um processo de estigmatização ao suspeitarem daqueles que são ex-policiais. Paulo passava por essa situação de maneira potencializada, pois além de ser ex-policia ele

¹⁰⁵ Cleyde Prado Maia, mãe da Gabriela Prado, menina assassinada numa estação de metrô da Tijuca, que através de um movimento chamado “Gabriela sou da paz”, recolhe assinaturas para um projeto de lei que visa endurecer a legislação penal. Maiores informações em <<http://www.gabrielasoudapaz.org>>.

ainda era preso-faxina da direção da unidade prisional, sofrendo verdadeiramente um duplo aprisionamento:

Bom, aí no meu caso, sempre eles acha que eu fui polícia, que eu sou polícia, então, mas a verdade é essa mesma. Você é polícia, é sempre polícia. Você nunca deixa de ser polícia. Nem você expulso. Pode expulsar você, você tá fora, você vai continuar sempre, sempre... pra eles você é polícia. É polícia, eles são bandido. Então nunca vai ter aquela diferença. "Não, mas o cara aí voltou pra esse lado de cá!" Não, o cara é polícia, é polícia! Entendeu? E sempre pra eles vai ser. Às vezes roda uma coisa, por exemplo, na galeria que você mora, ou numa cela que você mora, você tá trabalhando, mas, mas rodou. Mas vão ficar pensando: "Será que não foi o cara que viu e deu?" Às vezes tem uns que sabe que não foi, entendeu? Tem uns caras que às vezes sabe que não foi você, mas outros, na cabeça vai: "Pô cumpadre, a polícia tá morando aqui, mora aqui na galeria, rodou essa situação agora!"

O trabalho de preso-faxina da direção, no espaço da administração, ao mesmo tempo que acentuava o problema, também era visto como uma solução, pois oferecia a ele uma segurança que ele não teria se estivesse junto com o restante do coletivo, no chamado lado de “dentro” da unidade prisional:

Faxina, que faxina é sempre aquele, faxina não presta. Trabalha com o diretor é safado, é tudo, não presta. (...) A única preocupação deles é com faxina que trabalha em sessões. Você entendeu? Principalmente com faxina que trabalha com diretor. Pronto. São as duas sessões mais visadas, faxina de diretor e faxina de segurança. Por que? São as duas coisa que eles vê com maus olhos. (...) Eu dentro eu tô mais correndo risco do que fora trabalhando. Que eu dentro, qualquer coisa, por exemplo, vamos supor que tenha uma, uma rebelião. Eu sou o primeiro, que eles vão me pegar, entendeu? (...) Então prefiro o quê? Trabalhar. Eu saio de manhã às nove horas, quando abre a cadeia, saio, venho pra cá pra trabalhar, só volto quando a cadeia tá fechada. Almoço e janto aqui.(...) Tem policial também junto aqui comigo. A gente trabalha... a gente temos um grupo, que a gente conversa, entendeu? Quer dizer, então a cadeia aqui, ela é dividida. (...) Porque aqui tem de tudo. Você sabe que aqui tem estuprador, aqui tem... é assaltante, aqui tem doze, aqui tem extermínio e aqui tem polícia.

Ramalho, em sua pesquisa realizada na Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru, no período de maio de 1975 a setembro de 1976, também aponta semelhante situação

A oportunidade de exercer alguma atividade na cadeia adquire em determinados contextos o caráter de uma regalia, além de significar uma forma de diferenciação entre os presos. (...) Trabalhar na cadeia é encarado por alguns presos como a oportunidade de “se isolar da massa”. Nesse caso o que está em jogo é a oposição trabalho/mundo do crime, em que o fato de exercer uma atividade na cadeia e quanto mais próxima dos funcionários “graduados” melhor, confere ao preso a chance de se considerar em processo de “recuperação”. (1979, p.108)

O grupo de ex-policiais presos era pequeno e segundo Paulo viviam sempre juntos: “*tá sempre um olhando o outro, né? Sempre, qualquer coisa, por exemplo, uma confusão, ou qualquer*

coisa que négo fizer, aí já chega junto!” Contudo esses ex-policiais não ficavam sozinhos, pois segundo o entrevistado: *“A gente se dá mais com o extermínio, o extermínio se dá mais com a gente, a gente conversa, a gente conversa Então entre nós, a gente procura conversar outra coisas”*.

Paulo afirmou que não se via como preso, bandido, mas sim como ex-policiaI e que bandidos eram aqueles que ficam de “caô” no “miolo” da unidade, ou seja, aqueles que não queriam trabalhar, que não queriam se ressocializar. Paulo entende que esses presos deveriam ser separados dos outros e colocados em outra unidade: *“Aquele pra lá, tranca, fecha e joga a chave fora. (risos) É a realidade, a gente sabe que, a gente sabe que aqueles, que não quer nada realmente ali, pode até tá pensando até de me matar. Você entendeu?”*

Mário, preso por homicídio praticado em grupo de extermínio e também faxina da direção, deixa claro em seu relato também não se identificar com os chamados bandidos:

O gozado é que, por exemplo, eu nunca roubei, entendeu? Eu nunca me meti em nada de drogas, nada disso, então a gente, eu tinha até a visão que eu fazia até um bem... (sorri) É ou não é? Mas, porque também teve uma época em que a polícia, o próprio Ministério Público e tudo, não tinha muito interesse, né? Vamos dizer de dez anos pra cá... Talvez menos, né? Não sei uns quinze anos pra cá, dez doze anos pra cá o Ministério Público começou, né? Você vê que antigamente você tinha as delegacias, os delegados eles pediam até pra matar, naquela área deles ali, muito roubo, muito isso, muito aquilo, eles pediam até pra matar. É verdade, então a gente, entendeu? Era assim uma coisa que era assim mais ou menos consentida.

Na realidade, mesmo que exista um distanciamento entre os funcionários e os internos, o simples fato de estarem compartilhando o mesmo espaço da prisão, faz com que se estabeleça uma interação entre eles. E, na medida em que se diminui na hierarquia funcional e se aumenta na ordem de importância dos internos, verifica-se um aumento acentuado dessa interação, que atinge o ápice no relacionamento do guarda da turma com o faxina da direção (THOMPSON, A. 1998, p.26). Tal assertiva é visível nas permissões de saída de Mário tanto quando era preso de delegacia quanto quando ficou no Presídio Ary Franco.

Eu, por exemplo, eu quando vim preso na delegacia eu sempre fui faxina na delegacia e ia em casa. Sempre tive a maior mordomia, ia em casa, se eu quisesse fugir tinha fugido, mas não é o meu dom, JAMAIS! Não estava condenado nem nada, entendeu? E, ajudava a carceragem, trancando, fechando, batendo grade, dando geral... Tudo isso. (Mário)

No entanto, o entrevistado evidencia o porquê das vantagens em virtude de nunca ter se envolvido com os verdadeiros bandidos: *“Eu nunca me envolvi com eles, digamos assim, eu nunca botei droga pra dentro, nunca tive transação com eles, entendeu?”* E vai mais longe, demonstrando no próprio discurso o abismo existente entre ele e os outros presos:

Eu também nunca morei no coletivo, eu não vou me meter dentro do coletivo. Em Água Santa tem a galeria de faxina, né? A galeria C. Entendeu? Lá na Água Santa assim, sempre tive a maior liberdade, ia na rua, na padaria, comprava minha comida, trabalhava lá em cima na cadeia, meia noite, uma hora da manhã eu tava lá em cima da cadeia, o alarme disparava lá e eu ia lá consertar. Instalei aquelas câmeras todas, entendeu? (...) Os presos me viam, mas sempre me respeitaram, agora eu não vou morar com eles lá dentro, né?!? Também não vou aqui porque a cadeia é aberta, entendeu? Mas eu não me envolvo com eles, eu também não, não vou afrontar eles, entendeu? Mas eles sabem qual é a minha, entendeu? Eles me respeitam, eles sabem (...) Não é com a intenção de querer ser melhor do que o outro preso, mas é claro que eu me sinto melhor do que eles. Também é lógico que eu não me igualo a eles, não me igualo mesmo! Se eu me igualar a eles, é porque eu sou preso que eu sou igual a eles? Eu posso ser igual por “ser preso”, por “estar preso”, mas não me igualo a eles, não vou me igualar mesmo, não tem a menor condição! Não é querer ser melhor do que eles, mas... (...) Eles? Ah, eu vejo, eu vejo na verdade uma coisa horrível. Que às vezes você vê assim um preso assim, aí você tem uma idéia dele de que ele é assim bonzinho, que ele é isso, que ele é aquilo e, quem tem o conhecimento, né? Vê que não é. Que cometeu assim, às vezes coisa bárbara, com criança, com isso, aquilo...

Esse comportamento expressado por Paulo e por Mário, colocando-se como melhores, diferentes dos demais presos, foi também percebido por Augusto Thompson, quando afirma:

Todos crêem que os outros são piores que eles próprios. Os homicidas olham com desprezo para os ladrões, considerando-os indivíduos desavergonhados, cínicos e covardes. Em contrapartida, os infratores dos crimes contra o patrimônio vêem nos assassinos pessoas cruéis, sanguinárias e repugnantes. (...) Estabelecem-se as mais estranhas racionalizações, para autorizar que cada qual se julgue, de alguma forma, menos inferior que o vizinho – ou, mais precisamente, julgue o vizinho pior que ele. (1998, p.67)

Mário foi o único preso que entrevistamos que manifestou apoio à desativação da Penitenciária Lemos Brito, sendo importante ressaltar que ele estava prestes a ser transferido para uma unidade de regime semi-aberto, portanto a perda de seu espaço pouco significava.

A cadeia aqui ela é melhor pro preso porque ela é cela individual, né? Porque ela é aberta, tem bastante espaço, tudo bem. Mas por outro lado se você observar bem aqui, isso aqui é um absurdo essa cadeia num lugar desses, os tiroteios nesse morro aí, nos finais de semana, principalmente, que é uma coisa de louco, pô! Deus me livre! Nossa senhora! Tem fim de semana aí que a visita tá no pátio ali e tá tremendo, é tiroteio: “bá! bá! bá! bá! bá! bá! bá! bá!”. Coisa de louco! Você fica horrorizado de ver. E você vê o Estado ficar a mercê de uma cadeia ao lado ali que muda o morro e tem que mudar a cadeia, um absurdo! (...) E eu acho que as autoridades aí também estão vendo por esse lado também. E essa política de tirar as cadeias dos centros urbanos não é só do Rio de Janeiro, o Brasil todo fez isso, vários Estados aí fizeram isso. Eu acho que é uma política acertada, entendeu?

Ao contrário de Mário, Paulo via com apreensão a mudança, manifestando especial preocupação com a sua visita. Embora não tivesse autonomia alguma para definir o seu destino, afirmava que não pretendia ir para a nova Penitenciária:

Eu acho uma pena tirar a unidade daqui, certo. Um lugar que fica mais próximo pros familiares, e botar em Bangu. (...). Isso aí é troço que eu acho que não devia mexer porque o que tá ganhando tem que ficar quieto onde tá, né?(...) Eu nunca fui a Bangu, entendeu? Lá preso, lá na unidade de Bangu eu nunca tive. Mas muita gente que já passou por lá sabe que lá é o mundo se acabando. (...) Muita gente ficou lá muito tempo e quando chega aqui, poxa, aqui é outra coisa. Aqui é um lugar tranqüilo, né? Bangu ninguém sabe, que é tudo, o mundo se acabando mesmo. Eu nunca tive lá, e nem pretendo ir.

Para Mário, o grande problema da criminalidade está atrelado às drogas, que acaba por impedir uma adequada ressocialização. Explica que muitos presos até têm a oportunidade de ter um trabalho remunerado dentro das cadeias, mas que colocam tudo a perder optando pela droga. Mostra-se ainda mais revoltado com aqueles que fingem estar recuperados:

E dentro da cadeia trafica, usa droga, entendeu? (...) Como é que você pode acreditar que uma pessoa está assim recuperada se ela usa droga na cadeia? Pode acreditar? Tu acha que ele vai sair ele vai parar? Não vai parar, não vai parar, não adianta que não vai parar, na rua é pior, é pra pior. Eu vejo assim, entendeu? Vejo muitos se escondendo atrás da religião.

3.2.2 A salvação: a presença da Igreja no cotidiano da prisão

É interessante porque, em um minuto pra cá, eu era criminoso, né? Num minuto pra frente eu era uma pessoa completamente modificada. (...) Então eu não tinha fé nenhuma, ao contrário, minha fé era apoiada em espíritos, que são chamados de espíritos malignos do demônio. Umbanda, Candomblé, eu fiz pacto de sangue com o diabo. Participei de, de coisas muito esquisitas, que também não me agrada muito falar sobre isso. (Rubens)

Desde o início da Casa de Correção, o cumprimento da pena de prisão foi atrelado ao trabalho e à reforma moral do criminoso. Neste ponto a reflexão acerca dos delitos cometidos e o arrependimento aproximavam a prisão à religião, que serviria como um auxílio para a consecução desses objetivos. Após a separação da Igreja (Católica) e do Estado, as outras religiões se aproximaram das prisões brasileiras a fim de realizarem seus trabalhos.

A percepção do aumento de evangélicos não ocorreu apenas no interior das prisões. Conforme o Censo Demográfico do IBGE, no ano 2000 houve o registro de um aumento percentual de evangélicos de 9,05% em 1992 para 15,45% no ano 2000. Da mesma forma, foi percebida uma diminuição percentual de católicos de 83,76% em 1991 para 73,77% em 2000.

Segundo a antropóloga Regina Novaes, enquanto as Pastorais Católicas gozam de uma tradição dentro do Sistema Penitenciário, as Igrejas Evangélicas são vistas com um “olhar ambivalente” que “ora produzem grande desconfiança, ora provocam sentimentos de alívio” (2005, p. 9), vez que de um lado, muitos desses novos “fiéis” poderão estar se aproximando da Igreja

apenas para gozar dos benefícios por ela proporcionados e, de outro lado, não há dúvidas de que a sua atuação coopera para a tranquilidade neste ambiente.

Além do possível conforto espiritual transmitido pelas diferentes religiões dentro do universo carcerário, não há dúvida de que elas representam uma razão legítima de aglutinação interna, de proteção para os indivíduos, além de representar uma “terceira via” em face à dinâmica das facções. (QUIROGA, 2005, p. 20)

Diversos trabalhos¹⁰⁶ relacionam o apoio da administração de unidades prisionais à atuação das Igrejas Evangélicas, que aparentemente hoje são mais valorizadas do que a Igreja Católica. Soubemos que, na própria Penitenciária Lemos Brito, não foram realizadas missas na Igreja Católica desde o início do ano de 2006 pela ausência de Padre. Esse espaço somente permanecia aberto para que os seguidores desta religião pudessem, por conta própria, fazer suas orações.

Acreditamos que onde o Estado se faz ausente ou onde este atua de forma deficitária, sempre há quem venha a ocupar os espaços vazios, seja com boas intenções ou más intenções, e não almejamos neste trabalho fazer a análise dessas intenções. Apenas constatamos que não há lacunas. As Igrejas Evangélicas acabam viabilizando dentro, e também fora das unidades prisionais, formas de suprir as carências materiais e afetivas dos presos e de suas famílias. (LOBO, 2005, p. 24)

A Igreja também oferece isso aí. Antes deu ir lá pro Sá Carvalho, nós colocamos aqui um mutirão, pela Igreja. A Igreja comprou gilete, trouxe. Nós arrumamos, colocamos dez barbeiro na unidade. Foi cortado ali mais de duzentos cabelo, não contei. Até aí eu contei, depois eu perdi a contagem. E foi feito para ajudar a unidade, foi patrocinado esse trabalho pela Igreja. Para um trabalho tipo, evangelização, para convidar as pessoa, para que ela venha se chegar mais à Igreja. (Sandro)

Trata-se de uma forma de captação de fiéis, que além do conforto do perdão proporcionado pela conversão, poderão vir a ter chances que os outros – não crentes – não terão, por não fazerem parte desse nicho.

Eu vou dar continuidade àquilo que eu já faço dentro da prisão. Ou seja, viver do evangelho, pregar do evangelho, até mesmo porque eu já vivo do evangelho. É o evangelho que me sustenta, é o evangelho que veste, que me alimenta, mesmo dentro do cárcere. (...) Sustenta mesmo. Roupas, tudo, alimentação. Minha família. (...) Minha esposa recebe duas, três cesta básica todo mês. Eu por exemplo, eu, esses dias o meu Pastor teve aqui, ele falou pra mim, ele falou: "Rubens, se você saísse hoje daqui, hoje mesmo eu te mandava pra Argentina, você e tua esposa, pra você dirigir uma Igreja lá, com salário, com tudo, casa". Entendeu? Então eu não tenho preocupação. (Rubens)

¹⁰⁶ Ver ISER. Religiões e prisões. Comunicações do ISER, nº 61, ano 24, 2005.

Esse mesmo entrevistado iniciou a narrativa de sua conversão, relatando a visão que teve – um círculo de sangue com uma Bíblia Sagrada no meio – e o som de uma voz muito forte lhe avisando que o diabo tentaria matá-lo. Afirmou também que, volta e meia, a cela onde se encontrava exalava cheiro de enxofre e de vela queimada e que ele era jogado por várias vezes no chão por alguém que ele não sabia quem era, mas que hoje, convertido, pode afirmar que eram espíritos malignos.

Eu comecei a viver um aperto muito grande na minha vida, acho que foi como um filme de terror pra mim, e eu não tinha, não tinha saída, já não dormia mais, olho fundo, os próprios companheiros olhavam pra mim, falavam que eu estava morrendo. E dessa forma, no dia 31 de dezembro de 1997, meia-noite, antes de meia-noite, eu tava, eu tava ouvindo um rádio, nesse mesmo local que eu tava, onde um bispo, de uma Igreja - ele falava sobre Jesus Cristo num culto que tava sendo realizado sobre Jesus, o poder de Jesus de libertar as pessoas das trevas e muitas outras coisas assim - e eu tava uma pessoa desesperada, e naquele momento que ele perguntou pela rádio quem queria entregar a vida a Jesus Cristo, largar todo o passado, levantasse sua mão - isso dentro da Igreja, né? - e confessasse o nome do Senhor Jesus como senhor e salvador da sua vida. Então naquele momento começou a estourar os fogos porque tava chegando perto de meia-noite, né? Era entrada de 97 pra 98. Eu num levantei uma mão, mas eu levantei duas mãos pro alto e, comecei a chorar muito, chorar muito. Uma pessoa completamente quebrantada, coração quebrado, arrependido. Interessante que antes deu levantar a mão, nesse processo que eu era assediado pelos demônios, eu senti um arrependimento muito grande dentro do meu coração de tudo aquilo que eu havia cometido. E eu parava pra pensar, vinha as cenas de crimes, de coisas que eu cometi, eu botava minhas mãos na cabeça e falava pra mim mesmo: "Mas como eu fui fazer isso, não fui eu que fiz isso!". É como se eu tivesse cometido isso cego e, de repente, aquela cegueira saísse dos meus olhos, e eu não encarasse, não aceitasse que eu havia cometido aquelas coisas. E eu comecei a passar por isso.

Ana Quiroga afirma que as religiões evangélicas utilizam uma liturgia que se aproxima da realidade de classes populares, adequando-se, portanto, à realidade prisional, valorizando o testemunho da conversão e dando legitimidade a um passado de pecado, onde “demônios” são responsabilizados pela prática dos crimes, por estarem apossados de seus corpos, libertados “pela fé” a partir da conversão. (2005, p. 20)

Até que esse dia, 31 de dezembro de 97, meia-noite, eu levantei minhas mãos e chorando muito, muito mesmo naquele tempo, eu falei dessa forma com Deus, que não o conhecia, mas que estava cansado de sofrer, e que eu o aceitava como senhor e salvador da minha vida, só que eu não queria mais viver, que ele me perdoasse os meus pecados e, se possível, como os crentes diziam, se existia um céu, um lugar de descanso, que ele me tirasse desse mundo e me levasse para lá. E ali foi que eu chorei mais ainda, chorei muito, mas naquele momento que eu fiz aquela confissão, aquela oração, é eu sentia como que uma força espiritual muito grande, muito grande entrando dentro de mim, dentro do meu ser, na minha alma e, como se eu tivesse dopado, eu não sentia mais o chão, como eu tivesse pisando em algodão, uma alegria muito grande invadiu a minha alma que eu parei de repente de chorar e comecei a rir muito, com uma alegria que eu jamais julguei, ou imaginei que ela pudesse existir. Uma alegria que eu nunca conheci. E daquele

dia em diante, minha vida mudou, foi transformada, eu comecei a pregar o evangelho (...) Então é isso, o evangelho é o, é o poder de Deus! Eu sei que a senhora não está entrevistando pra falar do evangelho, né? (risos) É, mas é verdade, o evangelho faz parte da minha vida! (Rubens)

Sandro, nosso outro entrevistado evangélico, relata que também chegou à Penitenciária Lemos Brito convertido, da mesma forma que Rubens, que passou pela experiência da conversão numa penitenciária de São Paulo. Porém, Sandro já havia sido preso da Penitenciária Lemos Brito e, por ser considerado indisciplinado, fora transferido para o Presídio Hélio Gomes, vizinho a esta unidade. Diz que o atual Diretor, Dr. Luciano, exercia naquela época outro cargo e que “através da canetada” o puniu com essa transferência. Conseguiu só após quase quatro anos retornar para a Penitenciária Lemos Brito, aonde já chegou evangélico: “*Vim já com a mente mudada, e comecei a fazer cabelo, já era barbeiro (...) quando eu tô fazendo o cabelo dum funcionário chamado Seu Lima, ele, o Diretor da unidade, ele viu e falou assim: ‘Quem é esse barbeiro que fez a sua barba?’ (...) Foi aonde que ele falou comigo que era pra mim ser o barbeiro dele*”.

Conta com orgulho a aceitação do Diretor¹⁰⁷, que anteriormente o havia punido, e ressalta a estrutura da Penitenciária no processo de ressocialização, valorizando os espaços relacionados aos evangélicos e já demonstrando a ansiedade da iminente desativação:

Por que que ela fez a diferença? Porque ela é uma unidade que tem oferecido, em primeiramente, trabalho. (...) Deus tem usado aqui, poderosamente, o Diretor, aqui, na administração dele, como para colocar serviço, colégio. (...) Está esse comentário que vai sair a cadeia daqui. Eu oro a Deus, nesse propósito, que Deus venha a usar as autoridade, que venha a ter uma unidade como essa aqui, que venha demonstrar um exemplo para todas as unidade. (...) Porque, primeiramente, a unidade Lemos de Brito, ela tem oferecido aqui, ela tem uma Igreja super abençoada, eu posso dizer pra você que em todo o sistema penitenciário que eu passei - passei várias cadeia - eu não conheci uma Igreja como essa que a pessoa tem toda a liberdade de servir a Deus. Um seminário super abençoado, eu posso dizer porque eu participei desse seminário¹⁰⁸. Tem um colégio, super abençoado. Temos aula, informática, vários tipo de serviço. A Igreja é fundamental. Sabe por causa de quê? Primeiramente eu posso falar com você que eu já fui católico, já frequentei macumba, mas eu vim conhecer a verdade, através dos evangelhos. (...) Ali eu pude meditar, principalmente demonstrando, mais uma vez a unidade Lemos Brito, frisando novamente, uma unidade que ofereceu, um cubículo individual pra mim poder, ali deitar. É a única cadeia que tem aqui. Entendeu? Então, pode me oferecer, assim, um cubículo individual pra mim poder entrar pra dentro do meu quarto. A Bíblia diz que você entra pra dentro do seu quarto, fecha a porta e fala - você e Deus. Olha, eu tô te mostrando através do que a Bíblia

¹⁰⁷ O Dr. Luciano, por sua vez, também ressalta as qualidades do preso, inclusive mostrando foto onde aquele está com uma navalha fazendo a sua barba argumentando que, se não confiasse na ressocialização de Sandro, não o deixaria colocar a navalha em seu pescoço.

¹⁰⁸ Sandro e Rubens se formaram na primeira turma do Curso em Teologia oferecido na Penitenciária Lemos Brito. Conforme Edileuza Lobo: “após um período de aprendizado da fé, através dos estudos bíblicos e frequência assídua às atividades religiosas, tornam-se detentores do ‘capital religioso’ e passam a atuar como multiplicadores da fé”. (2005, p. 22)

oferece, através do estatuto que é a palavra Deus, aquilo que Deus tem a me dar. Então eu pude refletir através da unidade Lemos Brito, do meu cubículo, ali onde a Justiça me deu, refletir ali toda a minha vida e poder ali meditar. (Sandro)

Rubens considera a Igreja, a “maior do sistema penitenciário”, como a principal lembrança que levará deste espaço:

Deixa eu explicar uma coisa pra senhora. Como eu falei pra senhora, quando eu me converti em São Paulo, eu comecei a pregar o evangelho pros companheiros do PCC, só que ali nós não víamos, um o rosto do outro, porque era como fosse um campo de concentração. Um regime bem rígido. Então, eu me deitava debaixo da porta, que tinha um espaço de dois ou três centímetros, eu virava o pescoço, ali por debaixo da porta, eu me comunicava com outros cubículos. Sabe o que que é você ensinar o, no meu caso, pregar o evangelho debaixo da porta? Eu ficava uma hora e meia, deitado naquele chão, botava o colchão, né? Deitava com a Bíblia aberta, e ali eu pregava o evangelho, o amor de Jesus, o que Jesus havia feito na minha vida. (...) Quando eu cheguei nessa Igreja, eu vi uma Igreja que eu nunca havia visto, porque eu nunca conheci o evangelho, na rua (...) Então eu que pregava o evangelho por debaixo de uma porta, quando eu entrei nessa Igreja, um altar, uma piscina de batismo – que embaixo do nosso púlpito, não sei se amostraram à senhora, tem um batistério, né? Uma piscina pra batizar as pessoas que aceitam Jesus Cristo. Então, aquela aparelhagem toda, aquela coisa toda...

No entanto, ele vai mais além, demonstrando preocupação com a desativação e, principalmente, com aqueles que, ao contrário dele, não estão juntos de Jesus.

O pior, eu creio que não é pra Igreja em si, mas mais pro coletivo, aqueles que não tem Jesus, aqueles que tem uma mente fraca, porque a mudança desta penitenciária, principalmente pro regime de Bangu, que é muito diferente desse regime aqui da Frei Caneca, pode trazer sérias complicações dentro do cárcere, ou dentro desse coletivo da Penitenciária Lemos de Brito. (...) Uma coisa é você estar numa cadeia aberta, que te oferece espaço, oferece trabalho, oferece... É um meio de vida menos dificultoso, e outra coisa é você conviver num lugar fechado, regime coletivo, vivendo quatro em cada cubículo, numa galeria fechada. É completamente diferente. E as pessoas que geralmente estão aqui, elas evitam muitas vezes de fazer algumas coisas ruins porque elas estão perto da família, no centro da cidade. Tá entendendo?

Para ele, não há como uma pessoa ser plenamente ressocializada, sem que haja uma transformação, acreditando que esta só é possível através do Evangelho, pois a “ressocialização pelo sistema penitenciário, pelo trabalho, pela cultura - tá entendendo? - é uma coisa que pode acontecer até um certo prazo, mas essas pessoas, de um momento para outro, elas não tem poder, não tem força de si mesmo, para amanhã ou depois dizer não ao pecado”. Reconhece a existência de oportunistas, mas traz a sua experiência de dezenove anos cumprindo pena para dizer que “o maior meio de ressocialização, no cárcere, é o evangelho” e, talvez imaginando não nos ter convencido, continua: “tem mais, isso não é eu que digo não - o interno. Se a senhora

perguntar isso aos diretores, fazer um levantamento, aos diretores da Lemos Brito, diretor de outros lugares, eu tenho certeza que eles vão falar pra senhora a mesma coisa que eu tô falando”.

Rubens foi um dos presos que mais acompanhou nosso trabalho e parecia nos ver como uma “ovelha” a ser por ele evangelizada. Com a sua experiência de cárcere, não havia dúvidas de que nós, ao escutarmos tantos presos diferentes poderíamos, na visão dele, acolher uma versão distinta da sua em nosso trabalho de “memória”.

Sua fala vem ao encontro da assertiva de Pierre Nora, no sentido de que a “memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem” (1993, p. 9) Assim, a iminente desarticulação dos grupos existentes com o seu espaço – Penitenciária Lemos Brito – potencializaria a disputa da memória que será selecionada para ser perpetuada em um suporte de preservação, seja ela qual for.

A memória, por ser carregada por grupos vivos e estar em permanente evolução, vive aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, sendo, portanto, seletiva. Assim era pertinente a preocupação de Rubens de que alguém pudesse vir a nos convencer de que a ressocialização pudesse obter sucesso sem o auxílio do evangelho.

De repente vem uma pessoa que não seja evangélica, mentirosa, mas com muito mais cultura que eu e conversar de uma forma com a senhora que ele venha até sobrepujar tudo aquilo que eu falei, mas por dentro, não passa de uma pessoa enganosa. Isso pode acontecer, mas uma coisa eu falo para senhora, com a autoridade que Deus me concede. Não existe não. (Rubens)

Por algumas vezes, durante a elaboração deste trabalho tínhamos a impressão de estarmos numa curiosa e até porque não se dizer, irônica “versão prisional” do filme “Narradores de Javé¹⁰⁹”, onde diversos “homens-memória”, cada qual com sua versão, disputam entre si suas memórias com o intuito de formar a “história oficial da prisão”. Questão que ainda não temos resposta é: será que, assim como no filme, essa não seria uma forma de resistir e de impedir o fim desse espaço?

Pierre Nora também afirma que os lugares de memória dependem da necessidade da vontade de memória e que só é lugar de memória aquele em que a imaginação o investe de aura simbólica (1993). Neste sentido não temos dúvida em afirmar que aquela unidade prisional, no momento em que se encontrava, era um lugar de memórias, múltiplas memórias em disputa que ecoavam dentro de seus muros. Como exemplo disso o relato de Walter, um dos presos mais antigos do sistema:

¹⁰⁹ Conforme o estudo elaborado por Rita de Cássia M. Diogo, Evanete Lima e Josilene Batista da Silva esse filme, dirigido por Eliane Caffê, marca a luta do povo do Vale de Javé, lugarejo ameaçado de desaparecimento em virtude da construção de uma represa, que tenta através dos relatos de seus moradores reconstruir sua história buscando garantir sua existência. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno06-04.html>>. Acesso em 15/01/2007.

Eu estou estudando oito livros sobre o espiritismo científico. (...) Nós somos só dois (presos) porque é uma filosofia. Ela é uma filosofia nova, tem duzentos anos, né? Então é muito difícil porque ela diz que a religião marcha junto da ciência, então o que tá na Bíblia é só a parte moral. A parte científica... A própria Bíblia diz, eles não entendem (parecendo estar se referindo aos evangélicos). Quando Jesus morreu na cruz o que que ele falou? “Olha eu me vou para desta do Pai, ou seja, vou para o lado direito do Pai, mas eu vos deixarei consolador” É capítulo 16 de João - A Missão do Consolador. Então o espiritismo diz que, esse consolador é o espiritismo na sua terceira revelação: Moisés, Cristo e o Espírito Santo. Então é uma nova era. Nós não estamos mais naquilo. Aquilo são fenômenos históricos, é bom estudar, mas como fenômenos históricos. Agora, agora é diferente por que? Porque ele falou: “olha, tenho muitas coisas para vos dizer agora, mas como vós não vai entender, no futuro o Espírito Santo os dirá”. (...) Então tudo tem a sua época predeterminada. A própria Bíblia fala disso. Então, nós acreditamos assim. Mas eles ainda tão naquele negócio de Bíblia debaixo do braço, coitadinhos, sabe?

Como a memória é seletiva e quem exerce essa seletividade somos nós, entendemos que se há de existir alguma memória coletiva acerca da religião fazendo parte da ressocialização, que esta seja a continuação do relato de Walter:

E o Espírito Santo trabalha com isso porque o objetivo do Espírito Santo, pelo que eu tô entendendo, é clarear a nossa mente, é nos ensinar, nos aperfeiçoar na santidade para que o mundo possa ficar melhor, né? A senhora podendo fazer o bem não vai fazer o mal. É isso.

Curioso é que, enquanto para Walter, que é espírita, os evangélicos eram vistos como “coitadinhos”, Rubens, que é evangélico, na ocasião em que entrevistamos Cláudio, o travesti, veio nos passar sermão, pois para ele a opção sexual “errada” daquele preso significava o afastamento de Deus.

3.2.3 Amores e preconceitos: memórias do cubículo

Naquela noite mesmo que me puseram ali, um rapaz evangélico se interessou por mim, mas ele se interessou por mim de uma forma tão simpática, que por ser evangélico, sabe, ele não veio me cantando, querendo sexo, nada disso, que até me cativou, entendeu? (...) Ele falou: "Poxa, eu queria tanto, tudo que eu queria era poder ficar com você." Aí eu peguei e falei assim: "Mas você é evangélico e amanhã, quando a cadeia abrir vai vim mil e umas propostas, eu vou ter que tomar a decisão mesmo que eu não queira ficar com alguém, por um tempo até eu conhecer a cadeia, né? não." Aí ele pensou, pensou a noite inteira que fazia, que era a religião dele e tal. Aí quando amanheceu ele pegou, chamou os irmãos, disse que ia sair porque tava gostando de mim, aí saiu! Na cadeia quando se “para junto”, se fala “casou”, entendeu? (Cláudio)

Cláudio chegou na Penitenciária Lemos Brito apreensivo, não sabia o que esperar da sua nova morada e por cautela pediu para ser colocado na galeria dos evangélicos, pois lá ele

ficaria livre de sofrer qualquer tipo de coação para a prática sexual, contudo, ele não imaginava que dali sairia uma de suas maiores lembranças: um longo relacionamento amoroso que durou sete anos. Explicou-nos que a homossexualidade é motivo de preconceito na maioria dos espaços prisionais, e que alguns presos até se tornam homossexuais após o aprisionamento.

É, tem alguns. É tem. (sério) Não é o meu caso. Eu já me tornei... ih esquece, desde que eu me dou por gente eu sou homossexual (risos). Com cinco, seis anos, na família, todo mundo já falava: "Ih! Isso é bichinha! Ih! É bichinha!" (risos) Eu gritava, fazia denço: "Ahhhh!", queria a Mônica, camiseta da Mônica, entendeu? Então a família, já era natural pra família. (...) Em relação aos presos aqui com o marido da travesti e do homossexual... eles não aceitam muito bem não, entendeu? (...) Alguns até se separam, amigos fogem. (...) Eu tive bastante relacionamento do lado de fora e não é tão pesado como aqui dentro, entendeu? (...) Aqui já é mais preconceito, porque existe aquilo de tudo, sabe? Porque na raça deles, bandido pra ser bandido tem que ser assim, tem que ser assado, entendeu? Tem que ser no final, na realidade, tudo que não presta.

Contudo, mesmo existindo preconceito, Cláudio demonstra boas lembranças acerca deste espaço prisional.

Não existe no momento, no Rio de Janeiro, outra cadeia igual a essa. Se essa aqui acabar nunca mais vai ter igual a essa, vai ficar na lembrança. Uma direção boa, o diretor como a senhora vê, (fala mais baixo) permite a gente ter o cabelo grande! Não restringe a gente de nada, entendeu? Dá um bom tratamento, ele é severo a hora que tem que ser, porque sabe como é, cadeia tem que ser severo. (...) É uma cadeia que, é uma cadeia de regalias, né? Você tem sua televisão de quatorze polegadas, você tem ventilador, você tem rádio, você tem escola, você tem curso de teatro, você tem o tempo todo pra andar na quadra, pegar sol... Você tem tudo, ameniza muito mais o sofrimento, entendeu? Então não pode vacilar, né? (...) Ah, eu não queria que acabasse não. Como ninguém quer (risos). Ninguém. O comentário todo é isso. Inclusive até os funcionários comentam... É uma preocupação geral, de acabar, o medo de acabar, todo mundo mostra na fisionomia o medo de ir prum lugar onde vão ser trancados, viver trancados numa galeria, ali dia e noite, entendeu? Aí uma semana se torna um dia, entendeu? Aqui o dia voa, normalmente como lá fora. Noutro lugar que você fique na tranca, só em saber que você tá trancado, cada minuto é horrível pra passar, entendeu? Aqui não, aqui você mesmo você tem o seu cadeado, a sua chave, você fecha sua porta vai pra onde quer, entendeu, volta a hora que quer, contanto que esteja ali oito horas em sua porta, na hora em que confere à noite.

Ele nos contou que esse seu relacionamento com o preso ex-evangélico foi com o tempo se desgastando e pelo namorado estar “aprontando muito”, ele resolveu “dar um basta final e sai da galeria, mas ainda gostando muito, entendeu?” Quando Cláudio afirma ter saído da galeria, significa que ele literalmente abandonou aquele espaço “se mudando” para um novo cubículo.

O cubículo individual era sem dúvida uma das coisas mais importantes que havia na estrutura desta Penitenciária, pois propiciava uma privacidade não existente em nenhuma outra prisão. Essa relação do preso com o seu cubículo também foi destaque na entrevista de Sandro, o barbeiro evangélico, que além de tê-lo como um lugar para suas reflexões sobre Deus, também era o local onde recebia sua esposa para as visitas íntimas.

Aqui tem um espaço que me traz uma lembrança boa, sabia? O parlatório. E quero dizer para você que ali, tivemos, né? Momentos, tivemos nossa filha. Hoje muitas pessoa olha assim, fala assim, mas como é que faz pra ter uma filha linda assim, que se eu mostrar pra você olhar assim, linda mesmo, foi Deus que deu. E muitos até perguntam como é que faz pra ter uma filha linda assim. Eu falo pra eles, primeiramente você tem que amar sua mulher realmente diante de Deus, ela te amar, com sinceridade, ter olho um para com outro, não pensar nem de trair em pensamento. Deus dá essa sementinha, essa frutinha, que sai perfeita, sem um defeito.

Ele teve o cuidado de decorar o cubículo para receber sua esposa e quando foi transferido para outra unidade fez questão de “dá-lo” para um amigo. Quando nos concedeu a entrevista havia recém retornado da outra unidade e estava aguardando a “devolução” de seu cubículo, pois seu amigo havia sido transferido para uma unidade do regime semi-aberto.

Felix, o construtor de barcos de madeira, também guarda na memória a que segundo ele é a única lembrança que levará desta prisão: “só o parlatório no tempo que eu passei com minha dona, os dez anos. Morei dez anos no mesmo cubículo, num cubículo só. Tem gente que muda”.

Como dizíamos anteriormente, o travesti Cláudio mudou-se. Ao abandonar seu namorado saiu da galeria, deixando para trás o cubículo que dividiam: “Morávamos num cubículo só e o outro a gente fazia de depósito, entendeu? Vassoura, balde, coisas que eram demais que não davam no nosso cubículo (...) Na hora de contar, todo, cada um tem que tá na porta do seu cubículo. O importante é isso”.

Narrou com detalhes como foi difícil o fim de seu relacionamento, pois segundo Cláudio, seu namorado acreditava que nunca iria perdê-lo e estava fazendo coisas que o magoavam, por isso ele quis dar um basta.

Ele achou que já me tinha na mão. Ele via que eu gostava muito, que ele podia fazer o que quisesse que eu sempre voltaria entendeu? E ele não aceita isso, ele tem aquilo na cabeça, "Ela sempre vai ser minha". Ele falava pra todo mundo: "O que eu fizer ela é minha". E eu saí daquilo, daquelas correntes que me prendiam a ele e fui, consegui viver um outro relacionamento.

Sentindo-se livre, após um período de tempo, Cláudio acabou conhecendo seu novo amor com quem novamente pôde dividir um cubículo:

Ele é assim, super carinhoso, não sai do cubículo, fica comigo o tempo todo. Geralmente, na rua a mulher que faz tudo pro homem, né? Os serviços domésticos,

ainda mais na cadeia, na cadeia geralmente é a bicha que tem que fazer. Eu não faço nada! Nada! Ele faz almoço, ele faz janta, ele lava roupa, ele arruma o cubículo. Faz tudo. Cuida de mim que é uma maravilha, sabe, como se eu fosse uma criança.

Ressalta ainda que seus relacionamentos serão suas principais memórias da prisão:

Porque quando o amor existe tudo tem felicidade, entendeu? Você sente a tristeza é claro, você tá ali feliz deitada, dormindo com ele, você acorda, vai preparar um café pra vocês dois, você lembra da sua mãe, dos seus irmãos, da sua casa que você poderia tá lá tomando café, inclusive até com ele, ou com outro namorado, aí bate sempre uma depressãozinha, aquela deprê, mas é natural.

Dentre os heterossexuais merece destaque o fato da maioria de nossos entrevistados terem conhecido suas respectivas esposas no ambiente prisional. Sandro e Rubens foram apresentados às suas companheiras na visita. Paulo ouviu um anúncio numa rádio e por carta iniciou seu relacionamento, que para ele é uma boa lembrança que levará deste espaço. Alan conheceu sua companheira através de jornal feito pelas internas do Presídio Talavera Bruce, situado em Gericinó. Em virtude dela ser também uma presidiária, havia a necessidade de ser trazida para que as visitas íntimas, o chamado parlatório, no cubículo pudesse ocorrer. Contudo, mesmo sendo um relacionamento complicado há casos em que o casal permanece junto após a saída da prisão. Assim, ocorreu com Altamiro, que como Alan, conheceu sua esposa através de carta e está com ela já há oito anos.

4 TRABALHO, REINCIDÊNCIA E RESSOCIALIZAÇÃO

Eu acho que, em si, a Lemos de Brito, ela hoje em dia se torna uma cadeia, é, não é nem uma cadeia, mas como uma cadeia modelo, uma cadeia modelo do sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Não é? (...) Às vezes chega gente de fora, e: "Pô, mas tudo aberto? Os presos andando solto assim?" Ai sabe que nas outras cadeia, em todo lugar é tranca, é preso igual bicho, jaula, não é isso? A gente sabe que lá pra fora é tudo tranca, ninguém sai. Ai chega aqui a gente se depara com um bocado de preso andando, pra cima e pra baixo. Mas vê preso é trabalhando, é na reciclagem, é no manual, é, até dentro do cubículo, você encontra nego que não tem espaço, não quer trabalhar, mas trabalha por sua contra própria, fazer pulseira, cordão. (...) Fica só no cubículo, manda vim o material dele, que pode, que tem como entrar que é liberado, quer dizer, então o material dele vem, ele ali tá tirando o sustento dele, o da família dele ali, e dá pra viver. Quer dizer, então ali ele aprendeu alguma coisa. Foi útil ele aprender. Não foi útil ele aprender? Claro que foi! (...) Mas dentro do sistema penitenciário tem uma escola, que te dá pra tu fazer ali, se tu quiser mesmo ali. Tem muita gente aqui que já fez prova, que tá indo. Já tá saindo daqui, quando for pra semi-aberta, já tá fazendo a faculdade, tá estudando. Outros aprendem a fazer o manual, já tem uma professora aí que tá ensinando a fazer jarro. Jarro, um negócio, quer dizer, muita gente tá fazendo jarro, tá vendendo. Quer dizer, então não aprende? Não ressocializa? É claro que ressocializa. (Paulo)

A pena de prisão nos moldes atuais almeja a obtenção de três objetivos: a punição do mal causado, a prevenção da prática de novos crimes e a ressocialização dos criminosos, tornando-os aptos à vida em sociedade. Esta função “punitiva-ressocializadora” da prisão traz um ideal aparentemente contraditório, uma vez que para punir você tem que maltratar e para recuperar você tem que tratar bem e não há ninguém que possa ser recuperado através de maus tratos (THOMPSON, A. 1998), e vem sendo utilizada para a construção de mais e mais prisões.

A própria idéia do trabalho do presidiário, por sua vez, surge como o principal meio de se obter o sucesso nessa ressocialização. Ocorre que, de outro lado, além da opressão própria da instituição-prisão, a imagem dos presos que é difundida na sociedade sugere que são perigosos e irrecuperáveis, produzindo estigmas, expectativas de condutas correspondentes ao seu significado, deteriorando suas identidades originais. (GOFFMAN, 1998)

É importante ressaltarmos que essa idéia de prisão como forma de regeneração é relativamente nova. Seu embrião, no entanto, originou-se durante o período da Idade Média¹¹⁰, nas prisões eclesiásticas, destinadas aos clérigos rebeldes, onde a correção era obtida por meio da penitência e da oração, e o arrependimento era fundamental para a redenção.

Nos séculos XVI e XVII, com o aumento da miséria e da criminalidade, gerada por diversos fatores como, por exemplo, a crise das formas feudais de vida e da economia agrícola,

¹¹⁰ Na Idade Média predominava a privação da liberdade com a finalidade de custódia em poços, masmorras, etc.

houve a necessidade de “se enfrentar verdadeiros exércitos de vagabundos e mendigos” (BITENCOURT, 2001, p. 15). Assim, enquanto na primeira metade do século XVI os açoites, o desterro e a execução foram os principais instrumentos de controle desse “exército de miseráveis”, na segunda metade começaram as construções das prisões para resolver o problema. Como afirma Nilo Batista: “a pena de prisão foi inventada para o controle dos pobres¹¹¹”.

Posteriormente se percebeu que seria interessante a exploração da mão-de-obra desses miseráveis, de forma que foram surgindo instituições que utilizavam o trabalho do preso. (BITENCOURT, 2001). A partir daí o trabalho e a disciplina passaram a ser os meios para a reforma do criminoso. É por essa causa que:

O cárcere tivera como antepassado a ‘casa de trabalho’, espécie de manufatura reservada às massas que, expulsas dos campos, afluíram para as cidades, dando lugar a fenômenos que preocupavam as elites mercantis (e proto-capitalistas) da época: banditismo, mendicância, pequenos furtos e, *last but not least*, recusa a trabalhar nas condições impostas por essas elites. A casa de trabalho – um ‘proto cárcere’ que seria depois tomado como modelo da forma moderna do cárcere no período iluminista, isto é, quando ocorreu a verdadeira ‘invenção penitenciária’ - não parecia ser outra coisa senão uma instituição de adestramento forçado das massas ao modo de produção capitalista. (MELOSSI, 2006, p. 13)

Podemos observar que o discurso legitimador desta instituição – correção do criminoso através do trabalho – ainda permanece nos dias de hoje sem que haja, contudo, maiores questionamentos quanto à sua origem. Considerando que “nenhum saber se constitui sem que antes circule na sociedade enquanto produto do pensamento político e social” (THIESEN, 2006, p. 17) e que “a informação é um elemento do poder instituído” (THIESEN, 2006, p. 18) não nos causa surpresa o discurso da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional a respeito da construção da Casa de Correção da Corte:

Não demoraremos em descrever os bens que resultam de uma casa de correção, pois que são assaz óbvios; somente notaremos que por meio dela se fará uma reforma na moral e costumes de uma classe de homens infelizmente assaz numerosos entre nós, entregue ao ócio, submergida no vício e na miséria (...). É um projeto eminentemente moral o converter homens perdidos na ociosidade e no deboche em cidadãos industriais, de bons costumes, e por consequência úteis à pátria (...) ela traz ainda resultados que tocam a todos os membros da sociedade; nos porá ao abrigo desses homens que tendo tudo a ganhar nas desordens e motins são uns cegos instrumentos das facções, e dirigentes soldados das rusgas. (Jornal *O Homem e a América*. Rio de Janeiro, 14 de Janeiro de 1832 *apud* ROIG, 2005, p.38)

¹¹¹ In NUNES, Ana Lúcia. Penitenciárias e estado criminoso, **A Nova Democracia**, Ano 4, Número 27, Novembro de 2005, disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/27/18-19.htm>>. Acesso em 01/12/2006.

O uso desse discurso do “passado” em nosso “presente” traz a mesma idéia da prisão que se justifica por corrigir os indivíduos, quando aparentemente seu verdadeiro objetivo é o de “nos por ao abrigo desses homens que são cegos instrumentos das facções”. Hoje, no entanto, a ressocialização vem sendo re-significada como uma “suposta” socialização “substitutiva” àqueles que não tiveram acesso ao estudo e à profissionalização.

Entre as linhas destas ‘novas’ enunciações de princípio, transparecem, contudo, dois elementos de preocupação que limitam o otimismo do legislador. O primeiro poderia ser chamado o *elemento cético*. O legislador sabe que as inovações introduzidas no sistema carcerário não podem fazer desaparecer de um golpe os efeitos negativos do cárcere sobre a vida futura do condenado, e que são opostos à sua reinserção.

(...)

O *elemento realista* é dado pela consciência de que, na maior parte dos casos, o problema que se coloca em relação ao detido não é, propriamente o de uma ressocialização ou de uma reeducação. Na base do atual movimento de reforma penitenciária se encontra, antes, a representação realista de que a população carcerária provém, na maior parte, de zonas de marginalização social. (...) O cárcere vem a fazer parte de um *continuum* que compreende família, escola, assistência social, organização cultural do tempo livre, preparação profissional, universidade e instrução dos adultos. (BARATTA, 2002, pp. 168-169)

Essa nova leitura da ressocialização, que enxerga a prisão como uma forma adequada de se recuperar os atrasos de socialização dessa população que, desde antes do encarceramento já era considerada marginal, faz com que nos questionemos: Não seria isso uma maneira “confortável” de se re-legitimar a pena de prisão? Ou será que isso não é mais necessário para a ocultação de sua principal função: o controle dos miseráveis?

4.1 Prisão com trabalho

Walter lembra que quando foi transferido para a Penitenciária Lemos Brito, em 1974, esta oferecia trabalho para todos e que o preso não tinha opção, era obrigado a trabalhar:

Nós tínhamos aqui uns quatro galpões, nós fazíamos sapatos, fazíamos roupas.(...) Assim que cheguei, tinha que trabalhar. Tinha que trabalhar senão ia para Ilha Grande. (...) Era obrigado. Ia todo mundo, você entrava pro pátio assim e não tinha ninguém, ficava você e mais cinco aí o chefe de segurança chegava olhava assim: - “Vem cá, vocês não estão trabalhando porque? - “Não nós chegamos agora” – “Qual é o seu nome?” Aí ele ia lá: “É , bota para trabalhar, e você?” – “Bota aquele ali naquele local, e você, e você”. Ficava todo mundo colocado, né? Era assim. Era... Tinha trabalho. E outra coisa, eles davam tudo ao interno. Quando estava na mão da Federal porque depois, houve uma época que a Federal passou isso para o Estado, aí quando passou para o Estado, aí é que ficou essa bagunça, degenerou tudo. (...) Tinha, tinha uniforme calça e camisa. Hoje só tem isso aqui. A comida era feita na unidade, não existia a quentinha. Tinha escola e uma beleza, eu fiz, eu fiz o segundo grau. Era a fábrica de sapato, tinha a

linotipagem, né? Como é que se dá o nome? Faziam livros... Uma gráfica. Tinha uma gráfica. Uma gráfica muito grande. Gráfica grande. Eram aquelas máquinas todo dia trabalhando.

Contudo, o relato de Jefferson, que chegou à unidade prisional na década de 90, contrasta com esta afirmação, pois diz que antigamente “só tinha a oficina e a escola. Hoje não, hoje tem uma frente de trabalho ampla, tem, pode fazer informática, pode fazer, estudar. Já tinha escola na época, a escola sempre teve. Tem oficina, Pão Gelado, fábrica de móveis. Hoje não, hoje a cadeia é cadeia modelo, é considerada cadeia modelo, a Lemos de Brito.”

Tanto Walter como Jefferson relataram episódios de violência, ocorridos nesta Penitenciária. O primeiro teve seu colega de quadrilha assassinado na terceira galeria e presenciou também a morte de um dos ex-seguranças de Getúlio Vargas, esfaqueado na quadra da unidade em um dia de visita. Já o segundo presenciou uma grande rebelião em 1992, ocasionada pela retirada dos telefones da cadeia e pelo fim da dormideira, que era uma visita íntima em que as esposas chegavam no sábado e pernoitavam até o domingo. Em decorrência desta rebelião, mais de cinquenta presos foram “pagar castigo” em Água Santa e lá morreram trinta e dois, em virtude de uma bomba jogada em uma cela.

Jefferson imputa a ocorrência desta rebelião à ausência de outras unidades prisionais, ou seja, diferentemente do que era até o fim de 2006, os presos que ingressavam na Lemos Brito não eram disciplinados, não havia uma prévia seleção de quem poderia chegar a esta Penitenciária. Além disso, não havia tantas frentes de trabalho.

Muito diferente, muito diferente a Lemos de Brito, ela é... Isso que aconteceu era em noventa e dois então não tinha outras cadeias, era todo mundo aqui e não era o clima que é hoje com esse trabalho, essas frentes todas de trabalho, informática, segundo grau, fazer vestibular, hoje nós temos tudo isso, é, onde o preso sai da ociosidade e passa a ter é alguma coisa para ocupar a mente, passar o dia ocupado, e, acho que isso é muito legal

Esse clima vigente até a desativação do Complexo da Frei Caneca se dava em virtude, principalmente, da disciplina feita através da “canetada”, ou seja, através de procedimentos disciplinares, não admitindo nenhum tipo de castigo corporal, conjugada ao fato da cadeia ser aberta, seus cubículos serem individuais, sua localização ser no centro da cidade, facilitando as visitas, e o oferecimento de trabalho e estudo. Por causa disso tudo, o lema da Penitenciária passou a ser “viver e deixar viver”, e ela passou a ser a penitenciária com a maior quantidade de requerimento para ingresso.

Ela é uma cadeia que aonde que tem mais pedido pra poder, é vir. Que eles fazem o maior número de requerimento pra unidade é essa que tá aqui. Porque aqui nós não temos esse negócio – “ah... porque não pode vir fulano, não pode vir esse... não pode vir...” - às vezes vem um cara lá de Bangu IV, que não pode tirar cadeia

nenhuma, às vezes o cara tá no seguro, cadeia lá de...no, no Galpão é o pessoal considerado 001 do seguro, então não pode ir pra cadeia nenhuma, mas aí eles chegam aqui, é claro que eles vão chegar aí é o comportamento é que vai contar, chegar aqui, ficar, cumprir as norma direitinho da segurança da casa, respeitar os companheiros e os funcionários, ele vai viver e vai viver diferente que aí ele não vai viver num ambiente fechado, vai viver num ambiente totalmente diferente do que ele estava vivendo lá no seguro. Então essa é a diferença que faz é a Lemos de Brito, que... E não é pessoa só com pena baixinha não, tem pessoas com duzentos anos de cadeia aqui que, né? Se matasse mais um ou dois não tá dizendo nada, mas o primeiro lema aqui é “viver, deixar viver, é o respeito à vida”, mesmo que o cara tiver muita coisa, não puder conviver com os companheiros, ele não vai morrer, ele vai ser convidado a retirar e procurar uma outra unidade, o diretor toma as providências, mas não vai perder a vida dele de maneira nenhuma aqui.

Foi através de um desses requerimentos que Felix chegou nesta unidade. Segundo ele, sua vinda para a Lemos Brito deu-se em virtude da vontade de trabalhar.

Quando eu tava na Água Santa eu perguntei. Pergunta lá aos companheiros lá, onde que tinha uma cadeia que tivesse carpintaria, que tivesse espaço de trabalho aí eles me falaram: “A Lemos de Brito - ahh, lá é uma cadeia que tem muito tarado (ênfase), tem isso, aquilo, aquilo outro. É a cadeia que tem mais tarado e tal” – Eu não quero saber da vida dos outros, eu quero é tirar minha cadeia e minha cadeia é alta. (...) panharam o pessoal, deixaram nos outros presídios por aí e eu sei que me desovaram aqui e eu tô aqui até hoje.

Da mesma maneira foi a vinda de Alan para a Lemos Brito. Segundo ele, quando estava no PP (Presídio Hélio Gomes), ouviu comentários de que a Lemos Brito era uma unidade melhor, por ter como “*correr pra fazer um trabalho ou manual, arrumar um serviço remunerado*¹¹²”.

Felix confirma que a cadeia recebe qualquer preso, de qualquer facção, contanto que se adeque às suas regras: “*Aqui, graças a Deus é igual a coração de mãe, aceita tudo (risos)*”. E repete o lema dito por Jefferson: “*A ordem aqui é ‘viver e deixar viver’, cada um tira a sua cadeia. Eu mesmo, eu sou assim, eu tiro a minha cadeia, eu não quero saber da de ninguém, tá entendendo? Pra isso eu tenho a minha ocupação. Não tenho com o que me preocupar*”.

Paulo também destaca a importância do trabalho no funcionamento da Lemos Brito. Embora estivesse há pouco tempo na unidade, cerca de cinco anos, repete as memórias vividas por tabela e diz que:

Antigamente não tinha trabalho. Veio a ter trabalho há umas décadas aí. Mas aqui não tinha trabalho. Aqui o pessoal ficava... aqui teve até morte nessa cadeia. Se alguém falou, se já ouviu falar muito tempo... essa cadeia aqui era igual às outras cadeia também. Tinha morte, tinha tudo. Depois veio melhorando. Hoje não, hoje tem trabalho. Tem a padaria, congelado, tem a fábrica de móvel... você vê, é muita gente que tá aqui hoje em dia, tem uma profissão, pô. Eu mesmo pelo menos, eu

¹¹² Manual é a forma que todo artesanato feito na unidade é chamado, não sendo usado o plural. Já “remunerado” foi um termo utilizado com frequência por alguns presos, que significa na verdade remunerado.

tenho duas profissão com o que eu fiz aqui. Eu fiz de eletricista de automóvel, né. E fiz curso de computador...

Dentre nossos entrevistados, apenas dois não trabalhavam, Walter por já estar muito cansado e Cláudio, embora pense que o trabalho é importante para a ressocialização, achava “estranho” ele trabalhar, devido à sua timidez e a sua homossexualidade. Porém, chegou a trabalhar na Lemos Brito, como faxina da enfermaria, e parou em decorrência de um derrame que teve.

Rubens, Mário e Paulo eram faxinas da direção, e este último explica qual o critério para exercer esta atividade laborativa, que embora não remunerada, oferecia a vantagem de estar mais próximo e ter a confiança do diretor.

É o seguinte: você tem que ter bom comportamento, e a pessoa confiar em você. Como funcionário, como também você, ele quer uma confiança. Uma confiança que você vai trabalhar, não vai levar. Nem traz de lá de dentro pra cá e nem você leva daqui pra lá. Você entendeu? Se você quiser ficar neutro de problema nenhum, você trabalha nesse espaço. Se você trabalhar "Oh, meu chefe, vou trabalhar com o senhor. Não quero saber o que acontece lá dentro, nem quero saber o que acontece aqui." (Paulo)

Ficar de leva e traz significa fazer fofoca das questões administrativas para os outros presos e cagüetar para a chefia fatos que poderiam ocasionar punições disciplinares.

Vale destacar que o trabalho de faxina pode significar um verdadeiro status de diferenciação entre os presos, o que pode gerar, muitas vezes, a desconfiança da massa carcerária, já que a escolha do faxina e o tipo de trabalho a ser realizado ficam a cargo da administração (PESSIONE, 2007, p.128)

Paulo esclarece que trabalhos remunerados são apenas aqueles das “firmas” e do “Projeto”, ou seja, Pão Gelado, Fábrica de Móveis e a reciclagem, que é atrelada ao projeto CISC “Uma Chance”, que será explicado mais adiante.

Alan e Felix exerciam trabalhos manuais. Alan narra assim a sua rotina de trabalho:

Costumo andar um pouquinho de manhã pra perder um pouco a barriga (risos). Dar uma voltinha. Uma hora, uma hora e meia andando. Trabalho na capela católica há cinco anos e meio. Minha classificação é como faxina da Igreja Católica. Há cinco anos e meio que eu tô ali. E sempre fui ocupado com meus manual. Faço bastante tipo de manual diferente. (Manual que você fala é o que?) É cordão, pulseira, brinco, anéis, colares, várias coisas...

Ele explica que a venda desses objetos era feita nos finais de semana no pátio de visita onde ele e Felix montavam suas barracas e fala que com o seu trabalho podia ajudar sua companheira, que também estava presa:

Ele bota a barraquinha dele com os barquinhos dele e eu boto minha mesinha do lado e aí vendo os colares, vendo anéis, minhas peçazinhas. E a minha irmã também, quando ela vem ela leva, ela trabalha num colégio, vende no colégio. A minha companheira quando vem eu dou pra ela levar também pro presídio feminino, quando tem condições de levar, né? Ela leva. (...) Às vezes tem plantão que não gosta que leve nada, né? É o serviço deles então... Mas quando deixa levar ela leva, leva uns cordãozinhos pra lá pra vender que ela não tem visita então ajuda ela, o sustento dela, as necessidades básicas, né?

Nos diz ainda que a Fundação Santa Cabrini levava algumas peças em consignação e participava de exposições para a venda do trabalho artesanal feito por presidiários. Alan era uma exceção no sistema prisional, eis que exercia duas atividades laborativas, a confecção de artesanato e a faxina da capela: *“Acordo fico dentro do meu cubículo fazendo (referindo-se às bijuterias), pra arejar um pouquinho eu ando um pouco, aí nas terças feiras tem a reunião na capela então eu tenho que limpar a capela de manhã e assistir a reunião à tarde”*. Ele fala da importância do seu trabalho:

Pra mim é muito bom, manual, por exemplo, é a mesma coisa que uma terapia, né? E também é uma profissão que eu aprendi, né? (O senhor aprendeu isso aqui?) Não, aquelas pulserinhas assim de palha, de linha eu faço há bastantes anos desde pequeno daquela época de acampamento, praia, eu sempre gostei dessas coisas. Aí na cadeia, vim preso, não tinha nada, não tenho renda nenhuma, não consegui receber meu auxílio-reclusão. Eu tenho direito, mas não tinha quem pudesse procurar pra mim. O tempo foi passando e eu não tinha dinheiro aí minha irmã: “por que você não faz aquelas pulserinhas?” Aí trouxe as palha, aí eu fiz as pulserinhas de palha. Aí dali eu fui desenvolvendo, comecei a comprar as revistas... Montar brinco é fácil também, aí comecei a montar brinco, ela comprou material de brinco, aí faz anéis, faz braceletes, aí foi vários tipos de trabalho.

Ele retirava todo o seu sustento de seu artesanato, pois a faxina da igreja apenas dava a remição, não era remunerada. Com a renda de suas bijuterias podia ajudar a namorada e ainda o seu filho que mora em Itaperuna, interior do Estado do Rio de Janeiro: *“Eu não tenho renda de lugar nenhum e ainda ajudo na criação do meu filho, né? Às vezes eu mando uns trocadinhos pra ele, que ele está na fase escolar, tem doze anos de idade então eu sempre mando um trocado pra ele por mês e tudo é com o meu trabalho”*. Segundo ele o tempo nesta prisão passava rápido:

Depois que a gente já tá há um certo tempo fica uma coisa muito angustiante mesmo, né? Entende? Tem dia que não dá vontade nem de levantar da cama. (...) Aí cada um tem que, né? Vamos procurar uma atividade, alguma coisa pra fazer, né? Tem gente que joga bola o dia todo na quadra. Eu não gosto de jogar bola então eu fico andando, fico no manual.

Enquanto Alan ocupava seu tempo fazendo bijuterias, Felix fazia seus barquinhos de madeira. Ele narra o seu dia-a-dia e explica como o preso deveria fazer para conseguir trabalho:

O horário que eu acordo eu levanto, tomo meu café. A cadeia quando abre eu panho o pão, guardo lá e já vou já pro trabalho. Às vezes eu esqueço, que o trabalho é tão bom pra mim, passa-tempo, que eu esqueço até de panhar a comida. Às vezes quando: “Puxa!” – eu vou olhar o relógio “ihhhh!”, aí eu vou lá e já acabou a comida. Aí eu sou obrigado a almoçar na cantina. Que é um bom passa-tempo também, né? A gente se esquece até de panhar a comida. (...) Primeiro tem de procurar o chefe da seção, vai a ele, explica o problema que quer trabalhar, ele vem, fala com o Diretor e o Diretor põe numa lista, né? Aí dali vai ser no rodízio. (Não tem trabalho pra todo mundo?) Não dá pra trabalhar todo mundo. Tem pouco trabalho, né? Tem bastante trabalho, mas tem muita gente pra essa quantidade. Tem pouco trabalho pra quantidade de gente.

Como já dissemos, seu atelier era a única sessão de trabalho que funcionava até às seis horas, enquanto todas as outras fechavam às quatro, para que o jantar fosse distribuído e a contagem dos presos fosse feita às sete horas. Ele não freqüentava a igreja nem os eventos realizados na cadeia, dizendo que não dispunha de tempo para isso, pois trabalhava o dia inteiro. Pretendia ao ganhar sua liberdade continuar a fazer o trabalho dos barcos e fala sobre a vantagem de se trabalhar do lado de fora.

Aqui tudo a gente depende dos outros e lá fora é mais fácil, aí não depende de ninguém. (...) Eu tô pedindo há dois meses pra trazer adesivos, esses adesivos de escudo do Flamengo, do Vasco, aqueles escudozinhos. Eu já pedi a três pessoas e até agora só trouxeram quatro adesivos, até agora. Já tá por vinte e vinco reais os quatro adesivos, acredita? (rindo).

Alan também vê vantagens no trabalho exercido do lado de fora: “*Tem a vantagem do pagamento, da renumeração, né? Aqui é meio difícil de arrumar um serviço renumerado, tem poucas. (...) No meu caso se eu não tivesse os meus manuais estaria só comendo o que a unidade me desse*”.

Jefferson é outro entrevistado nosso que ocupava seu tempo com trabalho na Lemos Brito. Por ser o presidente da Liga de Esportes, era o responsável por organizar três campeonatos anuais. Também era o coordenador do Projeto “Uma Chance”, que dentro da unidade fazia o trabalho da reciclagem de papel, empregando trinta e cinco internos, que eram remunerados pela Fundação Santa Cabrini:

“Eu tenho uma opinião formada comigo como preso há muitos anos aqui na Lemos de Brito e como, apesar de ter perdido a minha cidadania, não posso nem dizer que eu sou cidadão, não posso votar, não posso ir e vir, mas como um ser humano, eu acho que, tirar essa estrutura que tem aqui, essas cadeias daqui, procurando um outro lugar pra colocar esses presos, eu acho que vai tirar a oportunidade de ter uma referência da nossa massa carcerária”.

Embora Jefferson fosse um defensor desta unidade e discordasse da possível desativação do Complexo da Frei Caneca, admitia que a unidade não oferecia trabalho para todos os internos, atribuindo isto à falta de investimento dos “empresários” nas unidades e

que se estes se interessassem “*todo mundo estaria trabalhando com o maior prazer*” e argumenta que aqueles que não têm trabalho poderiam fazer artesanato, estudar ou fazer curso de informática. Conforme o Perfil dos Presos da Penitenciária Lemos Brito elaborado em 2006 pelo NUESC/UFF, 81,7% dos presos desta unidade exerciam alguma tipo de atividade, sendo que apenas 5,5% recebiam alguma remuneração. Destes, 60% ganhavam até R\$ 100,00.

De outro lado, Mário discorda que a Penitenciária Lemos Brito fosse modelo de trabalho, afirmando que a Penitenciária Esmeraldino Bandeira oferecia mais vagas, esclarecendo que de mão-de-obra remunerada a Lemos Brito tinha uma quantidade ínfima de vagas em relação ao seu número total de presos.

O que você tem aqui de mão de obra remunerada aqui? Tem a padaria que parece que trabalham onze ou doze. Acho que é doze. Fábrica de móveis tem uns dez ou doze também. Tem vinte e cinco, né? Por aí. (...) A padaria é um empresário que é até lá de Nilópolis e a fábrica de móveis também. Os artesanatos as outras cadeias também tem, né? (...) Eu acho Santa Cabrini uma idéia falida, um troço falido, é falido isso, isso é coisa antiga falida arcaica, entendeu? Porque eles não têm, eles não têm muito interesse. Tinha que criar uma idéia nova, por exemplo, de atrair o empresário pra dentro do cárcere, mas fazer a cadeia já voltada praquilo, construir já o trabalho ali, vai ter uma, uma panificadora, vai fazer na cadeia, quando construir a cadeia já faz, entendeu? Não é adaptar um espaço aos trancos e barrancos, entendeu? (...) É porque você vê: o cara fabrica um móvel, o cara, o caminhãozinho descarrega aqui o compensado, carrega até lá embaixo, faz o móvel, carrega do carrinho pra rua, toda essa dificuldade, entendeu? Não é complicado? O cara não paga água, não paga a luz, a mão-de-obra é mais barata, mas se você pesar, entendeu? Achava que tinha que ser uma coisa assim mais organizada, mais estruturada entendeu? Uma cadeia voltada praquilo e não uma cadeia adaptada. É o que eles chamam mesmo cadeia industrial, quer dizer, uma cadeia que é uma indústria de trabalho, quer dizer tem trabalho ali, pode ter diversos tipos de trabalho.

Mário desconhece que a Penitenciária Lemos Brito foi criada para o oferecimento de trabalho, como uma instituição panóptica, voltada, portanto, para a vigilância e o controle do seu interno, visando à sua correção. Conforme Bauman:

O propósito ostensivo da correção era tirar os internos do caminho da perdição moral em que embarcaram por vontade própria ou para o qual foram empurrados sem culpa direta, desenvolver hábitos que por fim lhes permitiriam retornar ao convívio da “sociedade normal”, interromper “a decadência moral”, combater e extirpar a preguiça, a inépcia e o desrespeito ou indiferença pelas normas sociais, todas essas aflições que se combinavam para tornar os internos incapazes de uma vida normal. Era a época da ética do trabalho – quando o trabalho, o trabalho duro e constante, era considerado ao mesmo tempo a receita de uma vida meritória, piedosa, e a regra básica da ordem social (1999, pp.116 e 117)

Por essa razão, Walter havia dito que na década de 70, o preso que lá estivesse não poderia ficar sem trabalho. Se até o final de 2006 ela funcionou de uma maneira “adaptada”

quanto ao oferecimento de atividades laborativas, isso nada tinha a ver com a sua estrutura. Na verdade, a insuficiência de vagas para se trabalhar na Penitenciária Lemos Brito até a sua desativação se deu em virtude de fenômeno muito mais complexo e existente na sociedade extra-muros: o desemprego. “Como os demais direitos sociais o trabalho se constitui mais como um princípio programático do que como um direito efetivamente exequível. Nas cidades, os índices significativos de desemprego somados à fragilidade do sistema de proteção social e aos baixos salários, dão a dimensão da problemática existente” (WOLFF, 2005, p. 67).

4.2 Estigmas e reincidência

Não seria difícil de se afirmar a falência absoluta da ressocialização¹¹³ através do trabalho numa unidade prisional onde os direitos dos presidiários fossem cotidianamente violados. No entanto, fazer esta afirmação numa unidade prisional como era a Penitenciária Lemos Brito exige de nós muito mais cautela, eis que embora não houvesse trabalho para todos, é bem verdade que muitos lá trabalhavam, as demais condições de cumprimento de pena eram bem favoráveis.

Antes mesmo de iniciarmos nossas entrevistas, já nos parecia evidente que um grande problema enfrentado por egressos é o preconceito. O estigma de ex-presidiário amplia a marginalização social, de maneira que o preso ao conseguir sua liberdade encontra dificuldades na obtenção de um trabalho honesto. Nas palavras de Loïc Wacquant¹¹⁴:

As prisões são principalmente instituições para pobres. A maioria dos prisioneiros vem da classe trabalhadora e ao passar pela prisão eles empobrecem mais ainda. A porcentagem dos que entram sem trabalho é menor que a dos que saem sem trabalho. Quando saem, eles estão numa posição econômica mais marginal do que quando entraram. Também sabemos que o impacto negativo da prisão não se limita aos prisioneiros, mas atinge sua família e seus vizinhos. Então, esse argumento de que o sistema penal ajuda a resolver problemas de instabilidade social não é correto, ao contrário, cria mais instabilidade social nas classes mais pobres.

Como dito anteriormente, 65% dos internos do sistema penitenciário fluminense informaram que estavam trabalhando no momento da prisão, sendo que na Lemos Brito esse percentual ficava acima dos 90%. Resta-nos saber se, ao saírem da prisão estarão aptos à competir no mercado de trabalho em igualdade com aqueles que nunca tenham sido presos, até porque mesmo estes vêm encontrando dificuldades em se colocar no mercado de trabalho.

¹¹³ Entendemos que há a falência da ressocialização quando há a reincidência. Considerando reincidência como a ocorrência de uma nova condenação nos termos do artigo 63 do CP.

¹¹⁴ In NUNES, Ana Lúcia. Penitenciárias e estado criminoso, **A Nova Democracia**, Ano 4, Número 27, Novembro de 2005, disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/27/18-19.htm>>. Acesso em 01/12/2006.

Merece destacar que os autores do artigo intitulado “Sistema Penal e mercado de trabalho nos Estados Unidos” (BECKETT, HARDING E WESTERN, 2002) observaram que até mesmo os egressos que possuíam boa apresentação e nível universitário sofreram discriminação. Citam ainda estudos comprovando que os empregadores são menos inclinados em contratar pessoas com antecedentes criminais do que as que têm fichas limpas, com todas as outras condições em igualdade de circunstâncias. Os autores questionaram ex-presidiários acerca do porquê deles se saírem tão mal no mercado de trabalho e numa das respostas surgiu o seguinte relato: “Eu tinha essa marca colada na cara, que tinha esse crime, esse crime. (...) Você pode ter qualquer coisa no seu currículo, até exatamente o perfil que eles estão procurando, se você tiver passado pela cadeia eles vão sempre arranjar uma desculpa para não te empregar”. (BECKETT, HARDING E WESTERN, 2002, p. 49)

Uma das maiores dificuldades encontradas por quem deixa o cárcere é encontrar trabalho, pois a maioria requer atestado de bons antecedentes, destarte “a marca da passagem pela cadeia vai significar um indesejável pertencimento ao mundo do crime, argumento suficiente para que o empregador escolha outra pessoa” (RAMALHO, 1979, p.117).

Neste sentido, Ronaldo narra, em artigo de sua autoria, situações onde outros companheiros seus enfrentaram dificuldades na obtenção de emprego, demonstrando que a passagem pela prisão constitui um verdadeiro estigma:

Temos a tristeza de um outro companheiro, um dos homens mais organizados que conheci no sistema. (...) Ele saiu da prisão e, com dois meses na rua, conseguiu um emprego numa empresa. Em menos de dois meses, estava para ser promovido até que descobriram que ele era egresso e foi mandado embora. Teve um segundo emprego que, quando descobriram, também, mandaram embora. Já está no terceiro emprego e tomara que não tenha sido dispensado. No primeiro mês de trabalho em uma rede de móveis em Caxias foi o primeiro vendedor da loja. Todo mês de trabalho, era o primeiro vendedor. Ele estava com medo de ser demitido porque já tinha três meses, e chegou o momento de saberem das informações cadastrais dele. Um outro saiu, passou em todos os exames para o Metrô para ser condutor, mas na hora não foi admitido por ser ex-presidiário com pena acabada. Essa é a realidade que nós temos. (MONTEIRO, 2005, p. 87)

Os presos que entrevistamos também salientam a questão do estigma de ex-presidiário. Nas palavras de Jefferson:

Eles querem afastar e deixar essas pessoas eternamente afastadas do convívio social. É, depois que nós somos condenados uma vez somos condenados para sempre (...) tudo o que acontece é o ex-presidiário que vai pagar, com certeza absoluta a sociedade não quer por perto. E às vezes até muitos parentes também, e amigos, não é só aqueles que não conhecem não. Então eles não dão oportunidade pras pessoas mostrar que mudaram, não dão mesmo. (...) Não arruma emprego, perde os amigos. Se não tiver um equilíbrio muito grande volta a delinquir com certeza. Mas tem que dar a volta por cima e saber que, procurar fazer essas

peessoas entender que todos nós erramos, e nós erramos, já pagamos e tamos de volta à sociedade (...) Não é que nós não queremos trabalhar, é a sociedade que não dá oportunidade pra trabalhar, (...) falou que é ex-presidiário parece que tem um carimbo.(...)

Felix entende que o egresso não vai ter nenhuma “regalia lá fora com a sociedade” e diz que a pessoa fica discriminada. Paulo, por sua vez, diz que “lá fora, nego vê o preso como bicho. Então você tá preso tem que ficar preso, não pode sair que é perigoso”.

Curioso é que muitos também não tiram a razão da sociedade, em virtude da criminalidade atual ser mais irresponsável do que a de outrora.

Eu acho que a sociedade vê os presos... Eu não tiro, eu não tiro, é, é, a razão também não. Porque o que aconteceu em São Paulo agora¹¹⁵ a sociedade vê o preso como um animal, como uma pessoa que é da pior espécie. Porque olha o que aconteceu: de dentro da cadeia mandando matar, mandando fazer, matando polícia, matando todo mundo. (...) Então eles olham assim: “Th é ex-presidiário, se lá dentro eles mandaram matar imagina aqui fora”. Não pode ver, não pode ver por esse lado não. Tem que ver que essas pessoas que saíram pela porta da frente, passou por uma peneira. Vão passar pela psicóloga, passou pela social, passou pela psiquiatra, passou pelo Conselho Penitenciário, Promotor, Juiz e inda tão numa, numa liberdade vigiada, que é a condicional. Ele não vai querer fazer nada pra ele voltar. Então, queria que desse oportunidade, e se conscientizar disso, mas não, julga todos pelo mesmo, por aquilo que aconteceu. Acha que nós também não ficamos revoltados? Nós somos pais, somos humanos. Nós também ficamos revoltados com aquilo que aconteceu.(Jefferson)

Da mesma forma, Cláudio fala da condição daqueles que cumprem pena de prisão e retornam ao convívio social, criticando, no entanto, a criminalidade atual:

Olha, o crime, ele tá barbarizando tanto com a sociedade lá fora, de uns tempos pra cá, que a sociedade, com certeza, cheia de razão, ela toma ódio de qualquer preso hoje em dia, porque... pavor... porque o crime tá barbarizando, você vê aí, por assim, incendiando um ônibus, matando criança de um ano, entendeu? Ateando fogo em tudo que é lugar (...) Qualquer preso, falou que é preso, nego tá correndo. Tá assim a coisa hoje. Não adianta se você cometeu um erro, pagou pelo seu erro, tem outra mente, outra cabeça, quando sair, que todo mundo já se assusta com ex-presidiário.

Mário também enxerga o estigma do ex-presidiário, mas vai além, ele tem um olhar estigmatizante sobre a questão, mesmo porque, como vimos no capítulo anterior, ele não se vê como um preso como os demais:

Ninguém quer saber de preso, quer mais que o preso fique, morra ali dentro, entendeu? A verdade é essa, ninguém tá preocupado com isso, entendeu? Quer mais que o preso fique trancado, acha que a cadeia resolve o problema. Também

¹¹⁵ Neste ponto o entrevistado se refere à onda de ataques do PCC (facção criminosa de São Paulo) ocorrida em maio de 2006, que ocasionou a morte de pelo menos 14 pessoas, entre eles policiais militares, civis, agentes penitenciários e bombeiros.

Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121412.shtml>>. Acesso em 08/01/2008.

não resolve, mas eles não têm essa noção disso né? Então pra eles tanto faz, eles querem que o cara fique preso, não quer saber como, de que forma, entendeu? (...) Eu acho que o cara que saiu da cadeia e realmente se ele mudou o caráter dele, a personalidade dele, é difícil arrumar trabalho? Pode ser até difícil, mas, se ele quiser, ele consegue. Consegue sim, consegue sim, consegue, consegue. Porque quantas pessoas aí que já foi ex-presidiária e tem um trabalho? Tem vários! Não é assim também, discriminaado (fala com ênfase), não, não é bem assim, entendeu? (...) Mas se o cara também realmente não quer, que eu acho meio difícil a pessoa, por exemplo, tá dentro de uma cadeia usando droga vai sair pra rua continua usando droga, você pode acreditar que essa pessoa, esse camarada, vai querer seguir um caminho bom? Seja sincera, eu não vejo.

Questionado sobre a alteração da personalidade do indivíduo pela influência do ambiente carcerário, Mário responde que na maioria das vezes os presos já chegam com as mentes “*completamente distorcidas*”. Mas também há casos em que a personalidade é alterada em virtude da prisão: “*É, alguns mudam, né? Outros não. (...) Aqui aprimora, aprende mais coisas que não prestam, né?*”

Os nossos entrevistados também se posicionam quanto à questão da reincidência. Alguns deles acreditam na existência de um criminoso nato: “*Aí eu, isso é de cada um mesmo, né? Tem pessoas que tá mesmo no sangue, não tem jeito mesmo (risos) coitados*” (Alan). Cláudio acrescenta que a pobreza do meio onde eles vivem contribui ainda mais, pela falta de opções:

A reincidência é o cara que já faz parte do crime organizado, ele já nasceu pra aquilo, ele já tá aqui mesmo já pensando em voltar para a boca de fumo... aí é morte ou é volta, entendeu? Morre ou volta pra cadeia. Muita gente, hoje você vê... da minha janela lá dá pro morro, né, do São Carlos. Dá pra ver bem a rua, o morro todo. E ficam passando aqueles meninos, sete anos, cinco anos, você vê pela estrutura do corpo dele, de pistola, entendeu? Já tudo, criança, criança ainda com sangue ruim, marginal, já com a arma na mão (...) É por isso nasce muito criminoso, entendeu? Nasce ali naquele meio, naquela favela, naquela pobreza, aí tudo vai pro crime, não tem opção, é tudo pobre mesmo, já vê o pai, o tio roubando, e ganhando fácil, comprando um tênis, como aquele que ele quer e nunca teve dinheiro pra comprar, aí vai também, pega uma arma (...) Por isso que sempre tem muito residente.

Ramalho, em sua pesquisa realizada no Carandiru, também se deparou com essa categoria de criminoso “nato” e explicou que na maioria das vezes essa “naturalização” decorria de condições sociais que afastavam do preso a percepção da impossibilidade de agir sobre seu “destino” individual. Sendo assim, “se o nato não tem ‘recuperação’ porque ‘nasceu na marginalidade’, os que não são natos podem ‘recuperar-se’, pois uma eventualidade os colocou no mundo do crime ao qual, na verdade, não pertencem”. (1979, p.93) A ressocialização se daria através de atos de vontade individuais, única forma que os presos teriam de mudar o curso de suas histórias.

Paulo aponta o desemprego e o descaso das autoridades como razões para o elevado índice de reincidência:

Acho que a geração da reincidência é a falta de emprego. Emprego... não tanto falta, né, mas tem uns que a gente sabe que não dá pra ressocializar, mas outros eu acho que dá que tem jeito sim. E a falta de emprego, acho que tinha que ser mais, botar mais emprego, cuidar mais da saúde, da educação. Acho que eles tinha que trabalhar mais nisso tudo. Porque hoje em dia o que a gente vê aí, tudo que vem é tudo garotada nova, não concluiu nem o primeiro grau completo. Falta uma educação, falta escola, entendeu. Acho que nós temos que, os governantes hoje em dia têm que trabalhar mais em que? Em saúde e educação! Eles têm que realmente é trabalhar em cima disso aí.

Ronaldo atrela a questão da reincidência à falta de oportunidades quando o preso retorna ao convívio da sociedade, motivo pelo qual ele é um entusiasta do projeto CISC “Uma Chance”:

Quantos querem uma oportunidade, não encontram e vão fazer o quê? Voltam a ser chefes de família, voltam a ser pais, voltam a ser os responsáveis pela sua própria alimentação, vestimenta, moradia aquele que tem compromisso de família. Se ele não encontra onde encontrar isso, ele tem dois caminhos, ou mendigar, morar na rua. Uns montes já tiveram a oportunidade, ou de se submeter a essa “subvida”, eles encontram um caminho, o retorno, a reincidência ao crime e posteriormente, se não mortos, ao cárcere. Esta é uma regra: delito, cárcere, liberdade, reincidência, retorno ao cárcere. Isso aí é o que a gente entende, mas pode se quebrar.

Da mesma forma, Ramalho observa: “O preso se vê como alguém que precisa provar à sociedade que ‘se recuperou’ e ao mesmo tempo esbarra com a evidência de que essa mesma sociedade oferece pouca ou quase nenhuma chance para que ele volte a situação anterior à sua vinda para a cadeia”. (1979, p.113)

Jefferson enxerga a reincidência como consequência do tratamento inadequado recebido no cárcere: “Se a pessoa é muito maltratada no sistema ela cria por dentro tipo um ódio (...) quando sair, aquela pessoa chegar lá fora, quem paga por isso? A sociedade, porque ele não vai ficar toda a vida preso”. Mas ele acredita que se o preso for ajudado ele pode se recuperar e não mais voltar a vida de crimes:

O que estamos querendo alcançar é diminuir esse índice de reincidir. O cara sair e voltar, sair e voltar. Diminuindo isso vamos diminuir o número de construção de cadeias e sobra mais dinheiro pra fazer escolas. E cuidar dessas crianças, porque essas crianças estão debaixo de viaduto, embaixo aí, cheirando cola, e essas crianças têm que ter um trabalho. Não é um trabalho de pegar, parar o ônibus, encher e levar pra dormir e no outro dia voltar lá. É um trabalho, primeiramente é um trabalho social com elas e depois pegar elas e trazer elas pra um lugar onde vai receber carinho, vai receber... É, é comida que vai fazer essas crianças sair da rua? Não é carinho! Porque eles perderam carinho de mãe e de pai, então alguém tem que dar carinho pra elas. Então só assim vai conseguir diminuir, senão não vai conseguir diminuir.

Outros acreditam que a opção por uma nova vida fora da criminalidade depende muito mais de um esforço pessoal do que de fatores externos. Por exemplo, Alan diz: “*tem muita gente também que não quer nada, né? A verdade é essa tem gente que não quer nada*”. Felix acrescenta:

Eu não digo que é falta de trabalho, eu não digo que é falta de sorte... Eu acredito que a pessoa saindo lá fora ele mesmo catando papel, lata velha, dá pra sobreviver, mas, isso também tem que ter o interesse, né? Fazer alguma coisa. Tem muita gente que não tem interesse em fazer nada. É o verdadeiro vagabundo. O vagabundo acorda meio dia, olha pro alto assim, vê se o céu já... se o sol já saiu. Pois, é, bate no bolso não tem nada, aí sai pra fazer troço errado, eu acho que é isso. Cadeia não ressocializa ninguém. A pessoa tem que correr atrás mesmo pela sua sobrevivência. Tudo por tudo.

4.3 Ressocialização possível

Quem que vai dar emprego pra você? Ex-presidiário. Nego já fica: “Pô, o cara foi ex-presidiário. É ladrão, vai me roubar.” É difícil, mas nós consegue. (Paulo)

Para nossa surpresa, os dois entrevistados que mais trabalhavam na unidade prisional entendem que a prisão não tem condições de ressocializar ninguém. Alan afirma: “*Não tem como, não tem como ressocializar não. (...) Se a pessoa não quiser não adianta e se a pessoa quiser ela vai tentar. O Estado não oferece nada pra ressocializar*”. Felix também compartilha da mesma opinião:

Prisão não ressocializa ninguém! Ninguém! A pessoa sai daqui mais revoltado com essas pouca vergonha que existe aí.(...) Esse companheiro que foi agora, na semana passada, desde janeiro que ele venceu os dois terços. Mandaram agora! Quer dizer, é um troço que... Troço errado. Que quando a pessoa entra, vem preso, o juiz diz: “Ó o senhor está condenado a dez anos e oito meses com direito a puxar dois terços”. Pôxa, se pagou a cadeia, manda a pessoa embora! Vai ficar aí pagando cadeia de graça? Isso revolta mais a pessoa. A pessoa... Isso não é ressocializar! Isso é instigar o preso.

Paulo cobra a ajuda do Estado e da sociedade no processo de ressocialização, pois não cabe ao preso sozinho se ressocializar, ele precisa de apoio, concordando com Felix no que tange às injustiças, mas ao contrário deste, acredita que uma pessoa possa ser ressocializada na prisão e tinha a Penitenciária Lemos Brito como modelo disso.

Então a nossa justiça hoje em dia tem muitas falha. É por isso que ia dizer, às vezes o cara também que é bandido, que errou, às vezes o cara também não errou, a justiça faz ele errar. Por que só o pobre, não é, não é verdade? Por que só o pobre? Porque não tem o dinheiro pra gastar ali com o crime, se tivesse já tava na rua. Se eu tivesse dinheiro, já tava lá há muito tempo. (...) Aí só quer que a gente ressocialize, eles também tem que fazer a parte deles. Por que não faz a parte

deles eles também? Não quer ressocializar o preso também. Então, tem que dar a parte deles também, pô! (...) Se os nossos governantes, em prática, botar tudo e fazer, tem. Claro que tem. Tem condições mesmo. Mas tem que ter pessoas, caber pessoas que façam o trabalho. A solução, a solução é fazer o trabalho igual aqui.

Sugere uma separação entre aqueles criminosos natos e irrecuperáveis e os que são trabalhadores, pois assim as prisões que oferecessem trabalho fariam com que a sociedade os visse como pessoas recuperáveis. Neste sentido, Ramalho ressalta que as categorias “mundo do trabalho” e “mundo do crime” são essenciais na representação e, nós aduzimos, na memória dos presos sobre a cadeia. Quem faz parte do “mundo do crime” é ilegitimado para retornar a vida em sociedade. Ao contrário, quem faz parte do “mundo do trabalho” é legitimado socialmente a ressocializar-se. (1979, p. 101)

Ela ia passar a ver o preso com outros olhos. (...) Aqueles caras que realmente não quer, pode fazer o seguinte: “ Ah, tu não quer fazer nada?” Pega ele então bota pra lá. Bota pra outra cadeia lá. Aquela cadeia do cara ser brabo (...) Esse cara não quer ir embora, esse cara não quer, ele quer ficar de caô (...) A maioria aqui trabalha e a minoria, vamos botar dez por cento, é os caras dos caô, que não trabalha.(Paulo)

Para esse entrevistado, o preso que aprendeu um ofício na prisão, quando sair, poderá continuar trabalhando por conta própria.

Continua lá na rua trabalhando. Tem uns que aprendeu a fazer pão, aqui trabalhando aprendeu, pô. Tá com uma padariazinha, faz um comérciuzinho, bota uma padariazinha. Sabe mexer na massa, sabe fazer, arruma um emprego, porque aprendeu (...) Uma prisão pra ressocializar, hoje em dia, tem que dar muito trabalho, botar trabalho, o pessoal ir trabalhar (...) Eu acho que dá pra aproveitar muita coisa dentro do sistema penitenciário, fazendo um trabalho social, educativo, um trabalho muito, entendeu? Eu acho que dá pra recuperar, que tem como recuperar.

Maria Palma Wolff também salienta a importância do trabalho no processo de ressocialização:

A capacidade de profissionalização, o tipo de vinculação que o preso estabeleceu ou estabelece com as atividades produtivas e a forma como projeta a sua vida profissional são pontos sempre observados na avaliação de suas possibilidades de “retorno ao convívio social.” Expressa, assim, um parâmetro importante de readaptação social, constituindo-se num indicativo importante de que este poderá finalmente adaptar-se às normas sociais” (2005, pp.71 e 72).

Cláudio, que não trabalhava na unidade, entende que só não saía ressocializado da Penitenciária Lemos Brito quem não quisesse: “*Só quem não quer, quem já gosta daquela vida fácil, daquela vida bandida mesmo*”. Afirma que lá era o melhor lugar para ressocializar o preso:

“É aqui já saiu pessoas formadas com segundo grau, entendeu? (...) Dá muito mais oportunidades”. Ressalta ainda que outras unidades do sistema penitenciário são inadequadas: “A maioria das outras unidades é tudo panelão, entendeu? Panelão é o panelão da comida e porrada. Que é assim que eles vivem”.

Já Mário acredita que o trabalho é bom apenas pela possibilidade do preso estar sendo útil, mas ele não vê como o trabalho possa recuperar alguém, até porque vê os presidiários como pessoas sem caráter e manipuláveis. Concorde com Paulo na idéia de separar os presos trabalhadores, mas como é radicalmente contra as drogas, ele sugere uma cadeia apenas para os traficantes, não admitindo que o preso trabalhador seja um viciado: “Eu faria a cadeia, botaria todos os traficantes numa cadeia só. Separava. Botar a cadeia pra trabalho é pra trabalho. Mas esse cara é o seguinte olha, se ele tiver consumido droga nos últimos três meses, nos últimos seis meses ele não podia trabalhar”.

Ao contrário dos demais presos, ele não vê o trabalho, da maneira em que era feito na Penitenciária Lemos Brito, como uma forma de o preso ajudar no sustento de suas famílias, em virtude da maioria deles estarem corrompidos pela droga.

Se você pegar dez presos e tiver um ou dois que pegou o dinheiro e dá ajuda à família é muito (risos). (fala baixo) A maioria aqui tudo usa droga, tudo é pra droga, pra sacanagem, pra celular, pra extorsão... A verdade é essa! A família traz as coisas e eles vendem tudo na cadeia, pô. Você vê dia de sábado, acabou as visitas eles venderam tudo! É biscoito, é sabão em pó, tudo, tudo! Pra que que eles vendem aquilo? Pra quê? Pra sustentar a família? Então o que que o preso fala? (...) É pra que que vende? É pra pegar aquele dinheiro pra que? É podre entendeu? Olha não tem, não existe essa idéia de ressocialização. Não existe! Vai por mim que não existe. Não existe porque a cadeia ela não, ela não, ela tinha que, pra mim, pra mim tinha que separar, separar, separar fazer uma seleção, criar trabalho, mas realmente pra quem seja digno de trabalhar, ganhar aquele seu dinheiro, ainda chamar a família e entregar o dinheiro na mão da família: “tá aqui ó! O salário do mês dele, ó! Tá aqui, a senhora pode levar”. Eu achava que seria, deveria ser melhor assim.

Para Mário uma possível solução seria a privatização dos presídios, pois para ele “o Estado não tem trabalho lá fora pra pessoas normais, vai ter dentro da cadeia? Então é chamar mesmo a iniciativa privada pra montar um trabalho dentro, né?” Ele acredita que apenas com a ajuda da iniciativa privada o quadro do sistema penitenciário brasileiro poderia ser modificado, pois com cadeias adequadamente preparadas para oferecer trabalho, “talvez até estimulasse alguns a largar a criminalidade”.

Conforme Ramalho: “os presos percebem a situação sem saída em que estão, mas a ideologia que incorporam (como única saída possível) os coloca na posição de manter as esperanças e de ver uma saída na recuperação que estão adquirindo na cadeia” (1979, p. 112).

Para Jefferson, não obstante a questão do preconceito com o ex-presidiário, a ressocialização é possível, evidenciando que esta se dá na medida em que supre as carências da socialização primária, adequando-se, portanto, àquilo que Baratta trata como socialização “substitutiva”.

Vê, por exemplo, a Lemos de Brito tem um bocado de pessoa, tudo novinho, pra poder essas pessoas ir trabalhando, aprendendo uma profissão. Ele vai pra oficina entra como servente e daqui a pouquinho ele já é um profissional. Muitos aqui entraram ali como servente, como ajudante e hoje eles são profissionais, no móvel também, no pão... o cara nunca fez um pão e sai padeiro, você vê, é uma profissão. Eu acho que devia haver isso em outras cadeias também, a pessoa ter essa oportunidade de trabalhar. É importante, é muito importante, as pessoas se sentirem útil. Que quem não trabalha se sente inútil, só esperar a mulher vim trazer um dinheiro, um parente mandar uma coisa pra comer, não poder chegar e falar - “ó compra isso aqui, traz pra mim” – com o próprio dinheiro que ele tá ganhando, vai se sentir forte, vai se sentir útil e isso é muito bom quando a pessoa se sente assim.

Destaca ainda a preocupação com o retorno dos presos à vida em sociedade, com a criação do projeto CISC “Uma Chance”, por iniciativa dos próprios presidiários:

Olha, por isso que criamos um projeto aqui dentro chamado projeto “Uma Chance” e que temos uma ONG lá fora que é o CISC, Centro de Integração Social e Cultural, exatamente pensando nessas pessoas, e já tá saindo alguns companheiros que tão tendo oportunidade de trabalhar e, o Ronaldo que tá lá fora ele tá vendo sobre essas pessoas, junto aos empresários, junto aos órgãos públicos pra ver, pra dar uma oportunidade a essas pessoas, para poder quando sair ter alguma opção. Aqueles que querem ficar no crime porque realmente são marginais, são pessoas que nasceram para ser criminosos, ficam no crime, mas nunca podem dizer que tá no crime porque não teve oportunidade de sair. Então isso que é a nossa luta. (...) Sou um dos fundadores desse projeto. Já tem cinco anos esse projeto. Ainda foi na gestão do Garotinho. Foi para ele analisar qual era a proposta e os ideais do projeto e ele apoiou. Pediu que a Santa Cabrini desse um apoio e a Santa Cabrini me deu um apoio, e desse, e desse apoio que eles deram criou-se uma ONG lá fora que hoje está reconhecida até pela, pela Secretaria de Administração Penitenciária. Colocou trinta e cinco internos trabalhando no projeto, fazendo papel (...) Esses trinta e cinco internos tirava uma quantia e a outra era para fazer lá fora, essa ONG lá fora.

Por sua vez, a Incubadora de Empreendimentos para egressos (IEE), patrocinada pela Petrobras, surgiu da parceria entre o Centro de Integração Social e Cultural CISC “Uma Chance”, Ministério de Prisões e entidades comprometidas com a reinserção social e tem como objetivo consolidar plena cidadania e incluir no mundo dos negócios profissionais empreendedores egressos do Sistema Prisional, gerando oportunidades de emprego e renda¹¹⁶.

Ronaldo, idealizador do projeto CISC “Uma Chance”, conta que este teve seu embrião no Presídio Hélio Gomes, vizinho da Penitenciária Lemos Brito: “Aquilo que contribuiu para o

¹¹⁶ Disponível em <<http://www.iee-umachance.org.br/cisc.htm>>. Acesso em 30/12/2007.

início dessa minha trajetória foi a ausência dos meus filhos. Eu comecei, posso dizer assim, a ver a importância de preencher aquele espaço vazio estando perto de outras crianças e comecei a desenvolver um trabalho com as crianças que nós chamamos de ‘Projeto Criança’. A partir daí eram feitas peças infantis, festas de aniversário e oficinas de canto para os presos e suas famílias. Altamiro, que participou do início de tudo, nos dá a sua versão da história:

Desde lá de dentro eu e Ronaldo a gente tinha muita visão sobre o que, que, a gente vai pensar em alguma coisa. Até porque a gente vai ter um estigma de ex-presidiário. Você for arrumar um emprego, quando puxarem sua ficha, vão te dar uma desculpa: “olha, desculpa, agora não dá, agora eu...” A gente tem que fazer alguma coisa, então eu... quando eu saí, o Ronaldo já tinha perdido um projeto. Ele fez um projeto, apresentou pra Secretaria, não sei se foi de educação, e eles roubaram o projeto do Ronaldo.

Ronaldo não comenta sobre o “roubo” de sua idéia, apenas narra que com a sua transferência para a Penitenciária Lemos Brito o projeto tomou “outro rumo” e cresceu:

Na Lemos Brito nós mudamos o curso, o projeto tomou um outro curso, um outro nome, até porque devido aos acontecidos e ele se chamou ‘Ressocialização, Conscientização e Cidadania – Projeto Uma Chance’ e ele que culminou na incubadora, culminou na oficina de papel reciclado artesanal, a parceria com o CDI (Comitê para Democratização da Informática) hoje há as oficinas de informática no sistema.

Contudo, o projeto CISC “Uma Chance” não foi a primeira iniciativa criada por presos para auxílio de egressos, pois em 1989, José Carlos Brasileiro, enquanto preso da Penitenciária Lemos Brito, teve a idéia do que posteriormente veio a ser o Instituto de Cultura e Consciência Negra Néelson Mandela – ICCNNM, uma “sociedade civil, sem fins lucrativos, nascida do comprometimento com a defesa dos interesses dos presidiários, atuando na articulação, viabilização e administração de recursos provenientes de doações e convênios para desenvolvimento de projetos de assistência social e técnica aos presidiários e seus familiares”¹¹⁷. Seu fundador narra em palestra realizada na Faculdade Candido Mendes, como foi o surgimento dessa idéia dentro do espaço da Penitenciária:

Naquela época a televisão, uma semana a televisão corria pela galeria, aí nesse dia, a televisão veio parar na minha galeria. Morava na terceira galeria, do terceiro pavimento. O preso vê filme até televisão dizer boa noite. (...) Eu levantei de manhã, liguei a televisão, era Bom Dia Rio. (...) Aí eu vi um negro, um negro e um branco, né? Falei: “pô, esse negão tá entrevistando quem?” Aí comecei a prestar atenção na entrevista, o entrevistado era o negro! Estava falando da questão do racismo, era o doutor Carlos Alves Moura. (...) E aquilo foi me tocando, e ele falou uma coisa que mexeu muito comigo. Os negros precisam parar de superlotar o sistema penitenciário, as cadeias. Falei: “olha o que o cara tá falando!”. Aí ele começou a dizer umas coisas que... aquilo mexeu comigo. Meus olhos se encheram de lágrimas, porque eu queria estar no lugar dele. Eu queria estar fazendo o que ele estava fazendo, falando. Eu queria participar como

¹¹⁷ Folheto em anexo.

negro consciente, ajudar minha comunidade, e não tá ali fichado como bandido, e sendo no IBGE do crime mais um negro do sistema penitenciário.

Assim, por iniciativa própria, Brasileiro escreveu uma carta, “parabenizando o Doutor Moura, por ser a pessoa que ele era, que eu tinha visto a entrevista dele e que eu gostaria muito de poder botar em prática a conscientização da comunidade negra carcerária”. Contudo, ele não esperava que sua carta fosse respondida, que o Governo Federal estava naquele momento apoiando a iniciativa da criação do Primeiro Movimento Negro do Presidiário.

Aí eu fiquei tonto, né? Falei: “pô, que que eu vou fazer com isso?” (...) Aí.. aquela confusão, qual o nome que nós vamos colocar, nome de qual? Ah, Mestre Pastin, Zumbi dos Palmares, falava pra ele: “Gente, vamos colocar o nome de uma pessoa que tá em evidência, e que está preso, e que não cometeu crime algum.” “Quem é esse cara, meu irmão que tá preso e não cometeu crime algum? Não existe isso.” Eu falei: “Existe: Nelson Mandela!”

Curiosamente, o primeiro movimento negro feito por presidiários no Brasil e segundo no Mundo¹¹⁸, surgiu no espaço da Penitenciária Lemos Brito onde Brasileiro pôde dar início ao trabalho que exerce até hoje: “*eu descia todo dia de manhã arrumado como se estivesse na rua, tinha uma escadinha (...) eu me arrumava de manha cedo, eu tinha equipe!*” Com trabalho árduo, Brasileiro afirma ter conseguido, ainda como presidiário, colocar em liberdade mais de quinhentos presos.

Com muito orgulho, consegui fazer amigos, ser respeitado, voltei à sociedade já com espírito com que tudo aquilo que tinha passado não afetou minha mente, eu não convivi ferro, nem cimento e nem areia. Eu convivi experiência, esperança e firmeza que eu tenho condições de colaborar e participar.

¹¹⁸ O primeiro do mundo foi o de Malcolm X (19/05/1925-21/02/1965), ativista norte-americano. Foi um dos maiores [defensores dos direitos dos negros](#) nos [Estados Unidos](#). Fundou a Organização para a Unidade Afro-Americana, de inspiração [socialista](#). Viveu a [adolescência](#) nas ruas e enquanto esteve preso descobriu o [islã](#). Malcolm foi assassinado em [21 de fevereiro](#) de [1965](#) durante seu discurso no [Harlem](#).



Folhetos de divulgação das entidades de apoio aos presos e egressos

Ronaldo diz que o projeto CISC “Uma Chance” visa a atenuar o problema da falta de emprego gerado pelo estigma de ex-presidiário e explicita o funcionamento do IEE. Também ressalta que o estigma está presente na própria lei, que é discriminatória.

Só tenho meus direitos de cidadania 5 anos após cumprimento da pena. Então a própria Lei é um instrumento, como nós falamos, discriminador, não é isso? (...) se a própria lei me discrimina, como vou cobrar de um empresário a não discriminação, não estou dizendo que todos discriminem, mas o Instituto Ethos tem uma pesquisa que diz que entre as quinhentas maiores empresas do país, somente 2% empregam ex-presidiários, então se o Instituto Ethos tem essa pesquisa, se isso a nível industrial, empresarial, as quinhentas maiores empresas do país, imagina as pequenas que são, normalmente, dirigidas por vítimas da violência. (...) Então é isso sim, é difícil a empregabilidade, por isso que a nossa instituição procura trabalhar a outra saída, não a saída do sistema que a saída se dá pela porta, se abre ele tem direito, por lei, de ter de volta o seu direito de ir e vir, essa é a saída. (...) Nós não obrigamos a pessoa a se ressocializar, mas nós encontramos na Incubadora de empreendimentos para egressos que a nossa instituição CISC, Centro de Integração Social Uma Chance desenvolve, uma possibilidade, um remédio para essa não empregabilidade, para essa não absorção do mercado, por esse não encontrar portas de emprego. (...) o processo seletivo é para incubação de empreendimento, o que nós selecionamos é o empreendimento, não o empreendedor. (...) Então, no nosso caso, temos um processo seletivo para identificar empreendimentos que cumpram a finalidade do nosso planejamento, não ter aqui a melhor invenção do mundo, não interessa. Pra mim interessa, para nós interessa, uma invenção que possa empregar muitas pessoas, não a melhor invenção.

UMA CHANCE
São Gonçalo, 29 de novembro de 2006

A nobreza da patrocinadora e a determinação do gerente do projeto foram os principais enfoques dos oradores

Discursos emocionados, de incentivos, elogios, agradecimentos, relatos de experiências pessoais como o do representante da Secretaria de Direitos Humanos, José Carlos Brasileiro, fundador presidente do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela; e do próprio Ronaldo Monteiro, gerente do Projeto. Essa foi a tônica da cerimônia de lançamento da Incubadora de Empreendimentos para Egressos (IEE).

Gerente setorial dos Projetos Sociais da Petróbras, Janice Dias mostrou-se honrada em representar a empresa que, segundo ela, tem 1751 projetos espalhados por todo o Brasil. "Queremos que todos da Incubadora libertem-se, progriam. Este é o nosso propósito".

"A Petróbras tem cada vez mais se sensibilizado em atender aqueles que não tiveram a oportunidade de ser e estar, completo a ovidora Geral da Petros, Vanda Ferreira, louvando a todos os presos, egressos e funcionários que "tomaram e levaram suas vidas para um outro lado em busca de uma sociedade mais igualitária".

O patrocínio da Petróbras também foi referenciado pelo defensor público Eduardo Quintanilha. Para ele, a Incubadora representa o rompimento com o paradigma de reincidência pela falta da presença do Estado. "Rompeu-se com o paradigma da violência, da ausência de preocupação com a socialização do apenado. Falava um trabalho real com o egresso, falava dizer para esse homem que sai da unidade penal: olha o seu caminho é esse aqui, a sociedade vai fazer isso por você", declarou ele, parabenizando os incentivadores do projeto e, "principalmente a Petróbras".

Parabéns aos empreendedores
Felicidades também foram os empreendedores que, na visão do diretor do SEST SENAT Jorge Murilo, "acreditaram nessa história, acreditaram num sonho que se tornou realidade".

"A Incubadora é um marco, pois está dando oportunidade a esses 25 que, certamente, vão se multiplicar. Por outro lado, vai coar, tocar a sociedade. Espero que o Terceiro Setor, instituições como a Petróbras e o setor público se alinhem para fazer parcerias interstoriais que possam massificar esse processo de gerar oportunidades para os egressos", vislumbrou Celso Fernandes, coordenador geral do Comitê para Democratização da Informática (CDI).

"Na realidade", ilustrou Odimar Azevedo, da Adhomp, "se houvesse no nosso país mais homens com a mentalidade, com o coração do Ronaldo Monteiro e dessa equipe maravilhosa seria muito bom. A Incubadora veio para engrandecer não só a cidade de São Gonçalo, mas o País, fazendo com que famílias de ex-detentos e pessoas do município sejam abençoadas através desse trabalho que é lindo e dignifica o homem".

Representante do juiz-titular da Vara de Execuções Penais (VEP) Carlos Augusto Borges, a diretora Keyla Jagey afirma acreditar em iniciativas como a Incubadora, pois "so assim, o nosso trabalho realmente vai valer a pena, da mesma forma como o de vocês, finalizou ela.

"Não haveria nenhuma perspectiva de crescimento sustentável sem uma política de inclusão social"

Giovanni Harvey
Diretor-executivo da Incubadora Afro Brasileira e da Incubadora de Empreendimentos Populares

Na Incubadora estão presentes todos os preconceitos sociais, agravados pela discriminação das pessoas que passaram pelo Sistema Penitenciário. São os preconceitos de ordem sexual, de origem étnica, pobreza e falta de ensino, a responsabilidade que o CISC, seus parceiros e os 25 empreendedores têm diante desses desafios é muito grande.

É importante ver a dimensão da responsabilidade que temos enquanto instituição e, os empreendedores, enquanto beneficiados.

Entendemos, e achamos importante colocar isso aqui para todos, que hoje vocês, empreendedores, estão tendo a chave de uma porta de oportunidade. Essa oportunidade, no entanto, não se materializa condições objetivas para que tais oportunidades possam se realizar. É preciso o entendimento de que a política pública que está sendo feita através deste projeto e que envolve egressos precisa ser discutida no conjunto da sociedade. A sociedade como um todo precisa ter políticas que possam, ao mesmo tempo, conciliar inclusão social com desenvolvimento.

Não haveria nenhuma perspectiva de crescimento sustentável nesse país, se nós não tivéssemos adotado uma política econômica, uma política de inclusão social. Neste sentido, o CISC traz uma grande contribuição.

Composição da Mesa

No pódio, Janice Dias, gerente setorial dos Projetos Sociais da Petróbras. Da esquerda para a direita: Vanda Ferreira, ovidora geral da PETROS; José Carlos Brasileiro, representante da Secretaria de Estado de Direitos Humanos; Keyla Jagey, diretora da Vara de Execuções Penais (VEP); Eduardo Quintanilha, defensor público; Dora Cordeiro, subsecretária de Cultura da Prefeitura de São Gonçalo; Ronaldo Monteiro, gerente da Incubadora de Empreendimentos para Egressos (IEE); Jaime Mello, presidente da Fundação Santa Cabrini; Jorge Murilo, diretor do SEST/SENAT de São Gonçalo; Giovanni Harvey, diretor-executivo da Incubadora Afro Brasileira e da Incubadora de Empreendimentos Populares; Gilberto Fugimoto, assessor de Projetos Comunitários do SESC; Marcos Pinheiro, diretor da Penitenciária Talavera Bruce e Celso Fernandes, Comitê para Democratização da Informática (CDI).

Fazemos a diferença

Lemos Britto, 670 internos. Estado do Rio de Janeiro, 22 mil. Brasil, 380 mil. Estados Unidos, dois milhões. China, um milhão e meio. União Soviética, em torno de 1 milhão. São mais de seis milhões de presidiários em todo o mundo. Por isso, não hesito em afirmar: a Incubadora de Empreendimentos para Egressos faz a diferença.

Ronaldo Monteiro, gerente IEE.

Fazemos a diferença

Lemos Britto, 670 internos. Estado do Rio de Janeiro, 22 mil. Brasil, 380 mil. Estados Unidos, dois milhões. China, um milhão e meio. União Soviética, em torno de 1 milhão. São mais de seis milhões de presidiários em todo o mundo. Por isso, não hesito em afirmar: a Incubadora de Empreendimentos para Egressos faz a diferença.

Ronaldo Monteiro, gerente IEE.

Detalhe em destaque do jornal do projeto CISC "Uma Chance" (nov/2006)

Interessante notar neste último relato o uso do termo "empregabilidade" por nosso entrevistado, ao ressaltar a dificuldade que o egresso enfrenta ao procurar um emprego no seu retorno à sociedade, trazendo a incubadora como um auxílio que permitiria a este egresso, por sua própria conta, se inserir no mercado de trabalho e, mais que isso, tenha condições de empregar outros egressos, que como ele, são estigmatizados.

A questão da "empregabilidade" é um problema atual, não só dos ex-presidiários, mas também da classe trabalhadora como um todo. Conforme Santana e Ramalho:

O pressuposto do aumento progressivo dos requisitos de qualificação no novo paradigma produtivo, associado ao aumento do desemprego, levou alguns analistas à criação do conceito de *empregabilidade*. Em torno de tal noção, que toca também ao universo do mercado de trabalho, tem transcorrido parte do debate mais recente sobre a questão da qualificação *versus* desqualificação. Empregabilidade poderia ser definida como a capacidade da mão-de-obra de se manter empregada ou encontrar novo emprego quando demitida, em suma, de se tornar empregável. (...) O desemprego seria, para essa nova visão, o resultado das inadequações dessa população às exigências de qualificação do novo paradigma produtivo. (2004, pp. 25 e 26)

As expectativas sobre os trabalhadores hoje estão cada vez maiores, os empresários desejam empregados proativos, com criatividade e que estejam preparados para novos

desafios, mesmo aqueles de nível inferior de complexidade, “em nome da tecnologia, da qualidade total, da produtividade, da lucratividade, está se produzindo um excedente populacional que se define como pobreza, mas que é, na verdade, uma parte da população que está virando sucata” (IANNI, 1996, p.19). Destaque-se que a situação de um egresso fica ainda pior pelo estigma que ele carrega.

Ao serem encarcerados, os indivíduos passam pela chamada “prisonização”, conceito criado por Donald Clemmer, que significa um processo de absorção mais ou menos inconsciente dos hábitos e da cultura carcerária, de maneira que o indivíduo pode até sair da prisão, mas a prisão dele não sai. Esta metamorfose causada pelo ambiente prisional contrasta com as regras de comportamento social extra-muros, dificultando a ressocialização. (THOMPSON, A. 1998, p.23)

Nessas condições, o confinamento não é nem escola para emprego nem um método alternativo compulsório de aumentar as fileiras da mão-de-obra produtiva quando falham os métodos voluntários comuns e preferidos para levar à órbita industrial aquelas categorias particularmente rebeldes e relutantes de “homens livres”. Nas atuais circunstâncias, o confinamento é antes uma alternativa ao emprego, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária à produção e para a qual não há trabalho “ao qual se reintegrar”. (...) A pressão, hoje, é para romper os hábitos do trabalho regular, permanente, cronometrado, fixo – o que mais significaria o lema do “trabalho flexível”? A estratégia recomendada é fazer os trabalhadores esquecerem, não aprenderem, o que quer que pretendia ensinar-lhes a ética do trabalho nos dias dourados da indústria moderna. (BAUMAN, 1999, pp. 119 e 120)

Bauman cita como exemplo do encarceramento moderno a penitenciária de Pelican Bay¹¹⁹ que segundo ele “não é escola de coisa alguma”. O panoptismo, como dissemos, tinha o objetivo da vigilância constante, de forma a assegurar que o preso realizasse uma rotina. Contudo, o que os presos da prisão moderna fazem não importa, contanto que fiquem ali, afastados do convívio social. Não se trata mais de adestrá-los ao trabalho, eis que ela foi criada para ser uma “fábrica de exclusão e de pessoas habituadas à sua condição de excluídas”. (1999, p. 121)

A desativação da penitenciária que mais se aproximava de um “modelo” de trabalho, com a transferência de seus internos para uma penitenciária “sem trabalho”, não nos parece ter sido uma mera coincidência.

¹¹⁹ Pelican Bay é uma penitenciária existente na Califórnia, planejada para que cada interno praticamente não tenha qualquer contato direto com os guardas ou outros internos. Ficam a maior parte do tempo em celas sem janelas, feitas de concreto e aço. Eles não trabalham, não tem acesso à recreação e não se misturam com os outros. Segundo Bauman “se não fosse pelo fato de que os prisioneiros ainda comem e defecam, as celas poderiam ser tidas como caixões”. (1999, p. 116)

Questionamos no início deste capítulo se a nova leitura da ressocialização, atribuindo à prisão o dever de suprir atrasos de socialização da população marginal seria uma maneira “confortável” de re-legitimar o encarceramento, levantando a dúvida se essa forma velada seria realmente necessária nos dias atuais para ocultar o fim principal: a exclusão dos excluídos. Pelo que pudemos verificar em nossas breves visitas à nova Lemos Brito, esta está mais para o exemplo citado por Bauman do que para os antigos ideais de recuperação dos criminosos através das casas de correção.

5. APÓS A DESATIVACÃO: UM NOVO ESPAÇO, OUTRAS MEMÓRIAS

A justiça tapa os olhos para não ver de onde vem o que delinqüiu nem porque delinqüiu, o que seria o primeiro passo para sua reabilitação. O presídio-modelo do fim do século não tem o menor propósito de regeneração e nem sequer de castigo. A sociedade enjaula o perigo público e joga fora a chave (GALEANO, 1998, p. 113)

Após a desativação da Penitenciária Lemos Brito seus presos foram transferidos para uma unidade recém-construída no Complexo de Gericinó, que permaneceu com o nome de Penitenciária Lemos Brito. Entretanto, a nova unidade difere e muito da anterior por diversos fatores, dentre eles a redução do espaço, o funcionamento em regime de tranca e a ausência de trabalho, pois as firmas até o momento em que lá estivemos ainda não haviam sido instaladas e não havia certeza quanto à instalação destas. Walter, nosso entrevistado considerado um dos mais antigos do sistema, pareceu ter tido uma de suas premonições ao dizer que os novos presídios são apenas para trancafiar o preso:

É um presídio desses que eles fazem aí, eles não querem nem saber. - “Quantos presos vai botar?” – “Seiscentos” – “Ah!”. Na realidade eles não querem saber do preso, né? Eles querem é trancafiar o preso. Então o que eles fazem? Eles fazem uma (risos), uma caixa de cimento, né? Vinte celas em cada enfiam dezoito em cada e tranca na frente e “defenda-se amigo”. (Walter)

Estivemos na nova unidade por um curto período de tempo, pois conseguimos ir em companhia do teatro da UNIRIO, que continuou o trabalho com os presos, embora sem mais contar com o espaço do auditório, fazendo seus ensaios numa sala pequena e barulhenta. Para chegarmos lá no horário, 09:00h, tínhamos que sair da UNIRIO, na Urca, às 07:30h da manhã. Até que a entrada fosse liberada se passava mais meia hora e até o início do trabalho já eram 10:00h, sendo que o encerramento deveria ser sempre às 12:00h, o que gerou um grande desânimo nos professores e voluntários da UNIRIO, bem como nos presos que tiveram o seu momento de lazer, e porque não, de verdadeiro trabalho, cerceado.

Para nós a situação ficou inviável, pois até que as senhas fossem enviadas para o coletivo, até que o gravador pudesse entrar, já estaria na hora de irmos embora, portanto nas três vezes em que lá estivemos tentamos buscar as informações com aqueles entrevistados que lá encontramos, fazendo breves anotações.

Encontramos Paulo, o ex-policial, que embora tivesse dito que não iria de jeito nenhum para Bangu porque “*Bangu era o mundo se acabando*”, acabou não tendo escolha e para lá foi. Ficou feliz em nos ver e queria conversar bobagens, saber como estávamos e disse que para ele a mudança não alterou muita coisa, pois continuava seu trabalho de faxina da direção, passando todo o seu tempo “*preso*” no setor administrativo da unidade. Achou chato

ter que dividir a cela com mais três presos, mas demonstrou empolgação com a possível reativação do “cinema”, que seria adaptado na pequena salinha usada pelo teatro. Também relatou que o grupo de pagode do qual era apenas o “*empresário*” estava com uma apresentação agendada para ser feita no presídio ao lado, que é uma casa de custódia de mulheres. Não estava satisfeito, mas o “*mundo se acabando*” para ele não pareceu ser algo tão ruim.

Jefferson, que aguardava a sua condicional, também ainda estava lá e tentava retomar a organização dos campeonatos de futebol, pois há um campo na nova unidade. Insistiu que entrevistássemos Ronaldo, para que esse nos contasse sobre o projeto CISC “Uma Chance”. Estava parecendo mais ansioso com a sua iminente liberdade do que com o novo espaço. Soubemos que pouco tempo após nossa última visita ele já havia ido embora.

Alan e Sandro foram transferidos para o regime semi-aberto e Felix foi transferido para uma unidade de regime fechado em Niterói, onde pôde continuar fazendo seus barquinhos.

Rubens deixou de ser faxina da direção e passou a ser faxina do serviço social, onde, segundo ele, havia uma quantidade interminável de trabalho, motivo pelo qual não tinha muito tempo para conversar. Convidou-nos para passar um dia no setor dele para que víssemos as atividades, mas dissemos que isso não seria possível. Estranhamos o fato de ele estar com a cabeça toda raspada e ele explicou que havia ido a Cuiabá, para responder a um processo que ainda estava em aberto e que lá onde ficou acautelado foi obrigado a raspar a cabeça, dizendo ter sido muito mal tratado. Acabou condenado a mais dezenove anos por um homicídio. Manifestamos preocupação e ele disse estar relaxado, pois se a pena dele era em torno de cento e trinta anos de prisão, mais dezenove não alteraria nada, pois irá cumprir trinta anos mesmo. É, ele tinha razão.

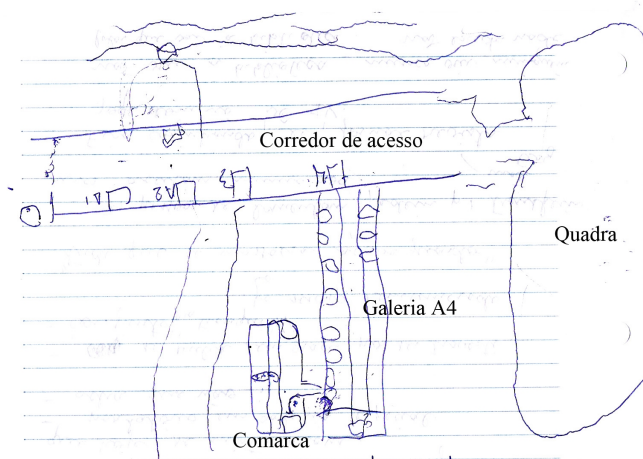
Para nossa surpresa Mário estava lá e pôde ler tudo o que havia dito quando foi entrevistado. Ele chegou a ir para o regime-semi-aberto, mas em virtude de um recurso do Ministério Público a sua “*cadeia fechou*”, contudo ainda tinha esperança de ir novamente para o regime semi-aberto, pois estava recorrendo também. Por ser um preso de confiança, disse ter retornado ao Complexo da Frei Caneca já desativado onde foi a sua antiga cela e resgatou o seu armário. Afirmou que os presos deixaram muita coisa por lá relegadas ao abandono. Ficamos imaginando que a decoração, tão pessoal, dos cubículos ficou para trás, recortes de revistas, poesias, marcas do tempo, memórias de um espaço estão lá sepultadas num cemitério de lembranças que permanece de pé, pois as galerias não foram implodidas, apenas a parte administrativa e o auditório, levando embora um pedaço da história.

A única pessoa que pudemos realmente entrevistar foi o travesti Cláudio. O subdiretor nos cedeu a sua sala e fizemos anotações de seus relatos. Ele continua namorando, mas seu companheiro abandonou a escola por ter ciúmes dele, pois agora ele não fica sozinho no cubículo, obrigatoriamente fica trancado na galeria com outros homens. Disse que apenas pode sair da galeria quando alguém manda senha como hoje fizemos e quando é dia de banho de sol, afirmando ser o novo presídio horrível, pois perdeu a liberdade que antes desfrutava e que quer esquecer esse lugar.

Fala com nostalgia e tece elogios à antiga unidade, pois *“lá era mais tranqüilo, o coletivo era mais humilde sem mentes marginais e bandidos que hoje, aqui se misturaram”*. Afirmo que mais da metade do antigo coletivo pediu transferência para o PP (Presídio Hélio Gomes), vizinho ao Complexo Frei Caneca, e para a Penitenciária Esmeraldino Bandeira, que passou a ser a unidade prisional a oferecer mais trabalho após a desativação da antiga Lemos Brito, pois esta não oferece trabalho, só quem trabalha são os faxinas, sem remuneração alguma, apenas a remição de pena. Lá na antiga Penitenciária o *“conjunto gerava a tranqüilidade, os espaços, os cubículos individuais e a existência de serviço remunerado”*. Até a escola perdeu a maioria de seus professores e também perdeu salas.

Cláudio disse que lá *“não se sentia sem graça por ser travesti”*, mas que aqui ele e seu amigo, o manicuro Babalu, também travesti, não se sentem à vontade porque chamam a atenção e não tem lugar para caminhar, apenas o campo onde os presos ficam jogando futebol, colocando eles em risco de levar uma bolada. Disse que essa prisão é *“massacrante”*, parecendo aquelas vistas em filmes com *“muros altos e trancas”*. Ele prefere passar o dia todo na cela cozinhando, lendo, jogando dominó e vendo TV.

Afirmou que o diretor foi legal por ter colocado seu amigo travesti e o namorado dele junto com ele e seu companheiro, pois assim são dois casais dividindo o exíguo espaço que ele fez questão de desenhar para nós, eis que não conhecíamos a nova cadeia.



Concluiu a entrevista dizendo que “lá (antiga Lemos Brito) o dia passa rápido e aqui dura uma semana”. Vale lembrar que o diretor permanece o mesmo.

Após esse encontro com Cláudio lembramos de Walter, preso há mais de trinta anos, tão atrelado à sua cela na antiga Lemos Brito que pôde presenciar o crescimento da favela através das grades de sua janela, passando grande parte da vida em um mesmo cubículo. Segundo ele:

O morro era mato puro e mangueira! Eles devastaram tudo e fizeram essa cidade. Eu estava outro dia falando para um cara - “Rapaz, vem cá” – eu fui na janela e mostrei – “Olha lá que cidade”. Que daqui vê tudo! Vai embora, mas é barraco!!! Aí eu lembrei do cara que quando eu cheguei aqui nem rua aqui tinha. (...) O Brizola fez uma plataforma de cimento ali, aquele caminhozinho pequeno que eles vinham para ir pros barracos, ele ampliou uma rua, então modificou tudo, hoje entra carro. Outro dia eu tava vendo uma motocicleta bem em cima do morro, caramba... Era matagal puro, puro, puro. Em trinta anos fizeram uma cidade nesse morro. Uma cidade mesmo! E agora eles estão fazendo o seguinte: um barraco, dois barracos – eles botam em cima! Aí botam um aqui do lado: três barracos, quando eu olhei quatro barracos... Que vai chegando gente de fora, né? E vão enfiando ali dentro.

Soubemos que ele estava na nova Penitenciária dividindo cela com mais três e imaginamos que essa mudança deveria estar sendo dura para ele. Não tivemos a oportunidade de encontrá-lo. Dias depois soubemos que ele havia falecido, foi encontrado morto dentro da cela em 28 de junho de 2007.

Um jornal chegou a noticiar que o último remanescente da quadrilha de Lúcio Flávio havia sido enterrado no Rio e se referia à quadrilha como “bandidos à moda antiga, que nunca trocaram tiros com policiais e não se envolveram em homicídios e latrocínios”, porém também trazia na matéria que ninguém no cemitério lembrava do nome de Walter¹²⁰.

Em contato com a Defensora Pública que assumiu a assistência jurídica da unidade após a transferência, ela, emocionada, nos falou que ele havia morrido por causa da transferência, que não suportou a opressão do novo espaço, perdeu sua cela individual, foi trancado numa cela com mais três. Deprimido, quinze dias antes de sua morte, pediu a ela que tentasse tirá-lo dali. Prevendo seu destino a alertou dizendo que não suportava mais, que se não saísse dali iria morrer. Ela nada pôde fazer além de testemunhar a sua agonia. Essas informações nos abalaram profundamente, pois não há nada mais significativo do poder simbólico, dessa violência despercebida exercida pelo espaço de que Bourdieu tratava (1999, p. 163) do que a própria morte. Mais de trinta anos preso. A mudança e a desarticulação de

¹²⁰ Disponível em <http://odia.terra.com.br/rio/htm/geral_107543.asp> Acesso em 12/07/2007.

sua identidade com o seu anterior espaço, onde passou no período da Ditadura, onde trabalhou, se casou, onde viu a cidade crescer por uma janela, onde viu os companheiros sendo assassinados, se divorciou, cantou no coral, estudou, conheceu o espiritismo, o levou à morte. Ele não deixou filhos, não deixou nada. Na entrevista que havia feito disse-nos que queria fazer um livro da sua história:

E a primeira coisa muito importante no meu livro seria o interno que conseguiu passar trinta anos, depois da morte de seus sessenta companheiros e de ter visto mais de três mil pessoas saindo para a rua e morrer na rua. Quantos eu vi morrer? E ele vivo até hoje. Então é um fenômeno que só mesmo com a ajuda espiritual você consegue. Não tem ninguém assim não só eu! Ninguém me toca, ninguém. Nem um guarda que quiser me botar no castigo. Eles ficam impressionados comigo, eles tem medo de mim. Nem o próprio guarda consegue me colocar no castigo. Ele pode tramar, mas quando eu olhar para ele assim ele sai avoado. Eu tenho uma força terrível uma coisa que nem eu mesmo sei. É ajuda espiritual, mas tem o seguinte: não me solta, não me solta. Não deixa eu morrer, mas também, o castigo está sendo duro. Ahhhh, como é que eu tô, chego a passar mal quando penso nisso... O castigo está sendo duro.

Walter afirmou que essa “ajuda espiritual” não o soltava, mas também não o deixava morrer. Após a transferência seu castigo se tornou mais duro, realmente ele não foi solto, mas talvez ele não tivesse razão quanto à ajuda espiritual, pois acreditamos que talvez tenha sido ela a responsável pela sua liberdade. Sua vida foi a prisão e a morte sua libertação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste trabalho trouxemos o conjunto histórico que veio a originar o espaço de nosso campo de pesquisa: a Penitenciária Lemos Brito. Passeamos por alguns de seus lugares de memória, ao traçarmos a etnografia desse espaço, e nos detivemos mais demoradamente na percepção de identidade dos presos em relação a esses espaços significativos para a memória de cada um, na reconstrução de suas diferenças enquanto membros do grande grupo que era o “coletivo” da Penitenciária Lemos Brito.

Conhecemos a relação entre este espaço prisional e o espaço de outras unidades pelas quais os entrevistados haviam passado e também pudemos conhecer a visão da criminalidade antiga e atual, buscando perceber a relação de identidade e diferença daqueles que pertenciam ao “mundo do crime” de antigamente e dos dias de hoje.

Contudo, entendemos que para nossas considerações finais o que realmente importa lembrar é que de fato, existem alguns estudos¹²¹ comprovando bons resultados na ressocialização de criminosos. Ocorre que, para que essa ressocialização tenha êxito sempre há a necessidade do envolvimento e da aceitação da sociedade em relação ao egresso. Neste sentido: “o que tem se recolhido em entrevistas com os presos é que, para muitos deles, o fato de serem reconhecidos como membros de uma comunidade e terem o seu trabalho valorizado é uma experiência inédita, razão para orgulho e estímulo a redirecionar suas vidas” (ROLIM, 2006, p. 232). Ou seja, não há como (re) inserir um indivíduo numa sociedade que não o aceita ou, o que é pior, nunca o aceitou, pois se considerarmos que a população carcerária do nosso Estado é jovem, com baixíssimo nível de escolaridade e, provavelmente oriunda de localidades pobres, podemos dizer que estas pessoas, antes mesmo da prisão, já eram marginalizadas.

Em muitos momentos das nossas entrevistas, em meio às lembranças, os presos ponderavam acerca de suas condições de agentes deflagradores de suas memórias para alguém que as está registrando, tencionando seu uso para um fim “útil”. Quando tais ponderações apareciam, vinham geralmente acompanhadas de reflexões sobre o espaço prisional da qual faziam parte, a Penitenciária Lemos Brito, e o sistema penal como um todo. Neste sentido, ROUSSO observa:

Os historiadores em geral admitem, de maneira mais ou menos declarada, que as representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar – contanto que apresentem um caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham

¹²¹ Tais estudos apontavam que os déficits em profissionalização e educação são as maiores certezas de reincidência, vez que dificultam a (re) inserção no mercado de trabalho.

aceitação nesse grupo ou fora dele – constituem a manifestação mais clara de uma “memória coletiva”. (2005, p. 95)

Assim, não seria desprezível a revelação por eles apresentadas do sistema penal como algo falido no que diz respeito à ressocialização, onde o sentimento da injustiça, principalmente social, é uma constante.

Afirma ainda o autor que a história da memória tem sido quase sempre uma história de feridas abertas pela memória, sendo no fundo uma manifestação, entre outras, das interrogações atuais e palpitantes sobre certos períodos que não passam, o que pôde ser corroborado pelos relatos, no sentimento de injustiça que se faz presente para todos os entrevistados (2005, p.95).

Ele também evidenciava que a história da memória sempre se concentrou em vetores identificáveis: as políticas de memória e as associações de preservação da memória. Ou seja, Henry Rousso se debruçou sobre a memória de grupos sensibilizados pela questão do passado e de seu papel na formação e manutenção de uma identidade coletiva. Entretanto é curioso percebermos que não há política de memória no que tange ao sistema penitenciário, pois o ideal é que tudo ali seja esquecido – seus muros altos não são apenas para que seus presos não fujam, mas também para que a sociedade não veja o que ocorre lá dentro e tudo aquilo que sempre ocorreu ao longo da história das penas. Luigi Ferrajoli, autor da criminologia, diz que não é exagero se afirmar que “o conjunto de penas cominadas na história produziu para o gênero humano um custo de sangue, de vidas e de humilhações incomparavelmente superior ao produzido pela soma de todos os delitos” (CARVALHO, 2001, p. 208).

O grupo sensibilizado, no caso de presidiários, tem poucos trabalhos desenvolvidos no âmbito da memória. A maior parte destes trabalhos foi elaborada por e sobre presos políticos, por iniciativa deles ou de pessoas sensibilizadas por eles, como por exemplo, Graciliano Ramos com as suas “Memórias do Cárcere”. Já os presos comuns, em relação à sua própria memória, nada têm. Talvez porque para eles a melhor opção seja o esquecimento, que não deixa de ser uma maneira de não tocar na sua “ferida”, ou seja, o seu estigma de ex-presidiário e a lembrança constante do fato que originou o seu encarceramento. Pode ser que isso explique também a dificuldade de encontrarmos aqueles presos que se “ressocializaram”, pois para eles, o melhor é que a lembrança dessa “ferida” não venha à tona.

Pudemos perceber isso quando Alan nos disse, ao ser questionado sobre o que ele levaria do sistema penitenciário: “*Ô eu não quero levar nada não! Não quero nem pensar. Passar uma borracha! Não quero levar nada!*” Relato muito parecido com o de Mário, que ao ser perguntado sobre o que o sistema penitenciário havia acrescentado em sua vida, nos

respondeu: *Nada de bom, nada de bom, nada de bom, nada de bom, nada. (silencia) Nada de bom. Eu acho que, pelo menos em mim, né? A mudança em mim tá em mim mesmo. Nada, cadeia nenhuma, entendeu? Pra mim não trouxe nada de bom”.*

De outro lado, embora a maioria dos relatos trouxesse essa memória de que a cadeia merecia ser esquecida nas histórias de vida de cada um, teríamos também a memória coletiva do fim do espaço prisional tido até então como o “melhor” no que tange ao oferecimento de trabalho ao preso, portanto a chamada “chance” de retorno à vida em sociedade.

Assim, pensamos que identificar como se sentem os presos, em relação às mudanças nos espaços que percorreram grande parte das suas vidas, é também compreender como percebem suas experiências de vida numa instituição total e, dentre essas experiências, merece destaque o reforço à ideologia da recuperação atribuída principalmente aqueles que se esforçam para obtê-la. Neste sentido, já havia observado RAMALHO, há cerca de trinta anos atrás:

Quando se referem à relação entre presos na cadeia, a oposição no mundo do crime se faz necessária para que os presos empregados em alguma atividade, se posicionem diferentemente dos outros, assumindo a opção pelo “mundo” do trabalho e, portanto, a via da recuperação. No contato com o pesquisador, representante do mundo exterior e da sociedade, esses presos necessitam reafirmar a ideologia da recuperação, segundo a qual, quem se esforça pode “recuperar-se”. (...) É entendida como teoricamente acessível a todos, mas de fato realizável apenas por alguns na medida da vontade individual. Fica também descartada a idéia de que a cadeia, enquanto tal, “recupera” para a vida social. Dentro da cadeia a ideologia da recuperação é como a ideologia da mobilidade social – só ocorre para quem se esforça ou trabalha (1979, p.113).

Neste ponto, destacamos a importância do uso da história oral na história das memórias, conforme ROUSSO:

Um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador (tornando-se assim testemunha ou ator da história), não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade. Essa versão é não só legítima, devendo como tal ser reconhecida (pode um historiador impedir alguém de exprimir-se sobre seu passado?), como também indispensável para todo historiador do tempo presente (2005, p.98)

Percebemos o valor dado ao espaço prisional que estava para ser desativado no momento da reevocação das memórias dos presidiários e também, que o fato de narrar para eles refletia a relevância da reconstrução de suas memórias, provocando o questionamento sobre suas próprias identidades e sobre suas vidas. As lembranças do que se viveu e das

cadeias pelas quais passaram vinculam-se também com o entender de quem se é no presente, para que se possa projetar as possibilidades do futuro – ainda que este futuro pareça incerto ante seus estigmas de ex-presidiários.

No fundo o que importa é saber como se poderia conduzir a ressocialização de condenados de modo a reduzir a reincidência criminal. Neste sentido, ROLIM explana que:

A idéia de que os esforços em favor da recuperação dos presos são inúteis foi muito difundida pelo trabalho do sociólogo Robert Martinson em 1974 (...) o estudo terminou exercendo má influência e durante as décadas de 1970 e 1980, o ceticismo quanto à reabilitação dos condenados foi o sentimento predominante. (...) Em 1979, um ano antes de seu suicídio, Martinson já expressava outra opinião e reconhecia que muitos programas funcionavam efetivamente. A imprensa norte-americana, que havia divulgado amplamente seu trabalho original, não demonstrou qualquer interesse por suas novas posições. (2006, p. 215)

Ele aduz que a reincidência é diretamente vinculada às possibilidades de inserção no mercado de trabalho, o que foi de certa forma, corroborado por nossos entrevistados. Neste ponto, a iniciativa daqueles presos que criaram o projeto CISC “Uma Chance” e a idéia da Incubadora de Empreendimentos para Egressos podem efetivamente não ser uma solução, mas certamente são boas medidas para a amenização do problema.

Entendemos que a ressocialização do preso não se dá através do encarceramento, contudo isso não significa que não corroboremos com a melhora das condições das prisões existentes e discordemos desse novo “modelo” de exclusão citado por Bauman, explanado no capítulo acerca do trabalho. Esperamos que a revelação das memórias dos presos da Penitenciária Lemos Brito possa ser um caminho a auxiliar o debate acerca da permanência dessa instituição; que o afloramento dessas memórias marginalizadas possibilite não somente evidenciar o maior problema da prisão, que nada mais é do que a própria sociedade que ela reproduz, mas sim, que contribua na busca de respostas e soluções para tão antigo problema.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- _____. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALEXANDRE, J. Michel. Introdução de **A Memória Coletiva** in HALBWACHS, Maurice. São Paulo: RT, 1990.
- ALLIEZ, Eric. **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- AZEVEDO, Moreira de. **O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades, volume 2**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1969.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo, HUCITEC, 1993.
- BECKET, Katherine. HARDING, David. WESTERN, Bruce. Sistema penal e mercado de trabalho nos Estados Unidos. **Discursos Sediciosos**, nº 11, ano 7, 2002.
- BENTHAM, Jeremy. Panóptico – memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 7, nº 14, pp. 199-229, mar./ago. 1987.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **A falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BOURDIEU, P. (org.). **A Miséria do mundo**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- CALHAU, Lélío Braga. Presídios como instituições totais: uma leitura em Erwing Goffman. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 3, nº 35, out. 1999. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1012>>. Acesso em: 08 dez. 2006.
- CARDOSO, Cristina Leite Lopes. **Memória, trabalho e identidade: a experiência prisional na Penitenciária Lemos Brito** in XII Encontro regional de História – ANPUH Rio: Usos do Passado, 2006.
- CARVALHO, Salo (Org.). **Crítica à execução penal: doutrina, jurisprudência e projetos legislativos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.
- _____. **Penas e garantias: uma leitura do garantismo penal de Luigi Ferrajoli no Brasil**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2001.

- COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo: e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- DE GIORGI, Alessandro. **A Miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2006.
- DESIPE, Departamento do Sistema Penitenciário. **Manual do agente de segurança penitenciária: legislação aplicada**, volume I. Rio de Janeiro, UNI-MÍDIA, 1998.
- DUVIGNAUD, Jean. Prefácio para **A Memória Coletiva** in HALBWACHS, Maurice. São Paulo: RT, 1990.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Resgate da memória do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Escola de Gestão Penitenciária, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, 2003.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 1996.
- FREIXO, Marcelo. **Prisões, crime organizado e exército de esfarrapados**. Disponível em <<http://www.marcelofreixo.pro.br>>. Acesso em 11/12/2006.
- GALEANO, Eduardo **De pernas para o ar: a escola do mundo ao avesso**, Porto Alegre, L&PM, 1999.
- GARCIA-PABLOS DE MOLINA, Antônio. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- _____. **Manicômios, prisões e conventos**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: RT, 1990.
- HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle, in ALLIEZ, Eric. **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- HULSMAN, Louk; CELIS, J. Bernat de. **Penas Perdidas**, Niterói, Luam, 1993.
- IANNI, Otavio. **O capitalismo em expansão**. Porto Alegre: PMPA, Ponto e vírgula nº 27, 1996.
- ISER. **Comunicações do ISER**, nº 61, ano 24, 2005.

- JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Política pública de educação penitenciária**: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Educação. Rio de Janeiro: PUC, 2003. 131p. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/Depen/publicacoes/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Elionaldo.pdf> Acesso em 18/01/2007.
- KARAM, Maria Lúcia. **De Crimes, Penas e Fantasias**, 2^a ed. Niterói, Luam, 1993.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOERNER, Andrei. O impossível ‘panóptico tropical escravista’: práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, nº 35, Ano 9.
- LOBO, Edileuza Santana. Católicos e evangélicos em prisões do Rio de Janeiro. **Religiões e prisões. Comunicações do ISER**, nº 61, ano 24, 2005.
- LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- MEIHY, J.C.S. Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- MELOSSI, Dario. Prefácio para. **A Miséria governada através do sistema penal**, in DE GIORGI, Alessandro. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2006.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**. 15^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MONTEIRO, Ronaldo. O Reino e o reinado: vivências de um egresso. **Comunicações do ISER**, nº 61, ano 24, 2005.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC / SP, 1993. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**. v. 10, 1993.
- NOVAES, Regina Reyes. Apresentação. **Religiões e prisões. Comunicações do ISER**, nº 61, ano 24, 2005.
- NUNES, Ana Lúcia. Penitenciárias e estado criminoso, **A Nova Democracia**, Ano 4, Número 27, Novembro de 2005, disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/27/18-19.htm>>. Acesso em 01/12/2006.
- PESSIONE, Vany Leston. **(Con)Vivendo na prisão**: a sociabilidade na sociedade marginal, Rio de Janeiro, Luzes-Comunicação Arte & Cultura, 2007.
- POLLAK, Michael – 1989 – “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, p.3-15. Disponível em <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 14/12/2006.

_____ – 1992 – “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.5, n.10, 1992, p.200-215. Disponível em <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 14/12/2006.

QUIROGA, Ana Maria. Religiões e prisões no Rio de Janeiro: presença e significados. **Religiões e prisões. Comunicações do ISER**, nº 61, ano 24, 2005.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Direito e prática histórica da execução penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ROLIM, Marcos. O labirinto, o minotauro e o fio de Ariadne: os encarcerados e a cidadania, além do mito, in CARVALHO, Salo (Org.). **Crítica à execução penal: doutrina, jurisprudência e projetos legislativos**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

_____. **A Síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; MORAES, Marieta de (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

SAMPAIO, Denis Andrade. Presunção de inocência versus controle social: um desabafo. **Revista de Direito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**, nº 19, 2004. Rio de Janeiro: CEJUR, 2004.

SANTANA, Marco Aurélio. RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

SANTOS, Juez C. **A criminologia crítica e a reforma da legislação penal**. Disponível em <http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/criminologia_critica_reforma_legis_penal.pdf>.

Trabalho apresentado na XIX Conferência Nacional dos Advogados (23-30 de setembro de 2005), Florianópolis, SC. Acesso em 07/12/2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE. **Atualização de dados do PIT: plano de tratamento penitenciário** – agosto/2002 a março/2003. Rio de Janeiro, Abril de 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE. **Perfil Biopsíquico-social das pessoas condenadas que ingressaram no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro: um estudo de cinco**

anos / Superintendência de Saúde; colaboração Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: CNPCP / DEPEN / MJ, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TODOROV, Tzvetan. Em face do extremo. Campinas: Papirus, 1995 in ROLIM, Marcos. O labirinto, o minotauro e o fio de Ariadne: os encarcerados e a cidadania, além do mito in CARVALHO, Salo (Org.). **Crítica à execução penal**: doutrina, jurisprudência e projetos legislativos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

THIESEN, Icléia. A casa de correção da corte e a fotografia identificatória (1859-1876). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, ano 167, n. 430, 2006.

_____. Informação, memória e história: a instituição de um sistema de informação na corte do Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2006. Disponível em <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/bibesp/esp_03/2_GT1_thiesen.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2006.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOLFF, Maria Palma. **Antologia de vidas e histórias na prisão**: emergência e injunção de controle social, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2005.

ANEXO I
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PRESOS

Qual é o seu nome?

Qual a sua idade?

Como é a sua família (infância, juventude, estudo)?

O que você fazia antes de ser preso (trabalho, lazer)?

Qual o crime?

Por que praticou esse crime?

Há quanto tempo está preso?

Já praticou outros crimes (ou foi processado)?

Você acha que merece estar preso?

Quem são os criminosos?

Você acha que sua condição social influenciou na sua prisão?

Já ficou em outra unidade prisional?

Como o senhor vê a possibilidade de trabalhar dentro da unidade prisional?

Como é a prisão?

Há algum momento em que o senhor embora preso, se sinta como se estivesse livre?

O que a prisão traz de bom?

Como será a vida lá fora quando você sair?

Como você acha que a sociedade vê o preso?

ANEXO II
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DEFENSOR PÚBLICO DA
PENITENCIÁRIA LEMOS BRITO

Nome?

Idade?

O que faz?

Há quanto tempo o senhor faz isso?

O que o senhor acha do sistema penitenciário?

A sua visão acerca do sistema sofreu alguma alteração depois de sua aproximação?

Como era a imagem do sistema antes de seu contato?

O que o senhor acha que a sociedade pensa acerca do criminoso/preso?

Quem são os criminosos?

O que o senhor pensa sobre a prisão e a ressocialização?

Como o senhor vê a questão do trabalho para fins de ressocialização?

Como o senhor vê a reinserção do preso na sociedade?

Há como apagar estigmas?

O senhor contrataria um egresso?

O senhor acha que a justiça criminal é uma justiça de classe?

Quem faz a lei?

Para quem é feita a lei?

Qual o papel da prisão na sociedade?

A justiça é o reflexo da sociedade?

O senhor acha que o sistema aumenta as desigualdades sociais?

O senhor acha que o sistema provoca reincidência?

O senhor acha que a prisão deixa a sociedade melhor?

O senhor acha que a criminalização traz a marca da desigualdade?

ANEXO III
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DIRETOR DA
PENITENCIÁRIA LEMOS BRITO

Nome?

Idade?

Como foi o seu primeiro contato com sistema penitenciário?

Como foi sua trajetória até chegar na direção da LB?

Como é o espaço físico da LB?

Quais as categorias de crimes dos presos da LB?

Qual a cor dos presos em geral? E na LB?

Qual a idade dos presos em geral? E na LB?

Qual o critério de seleção para que um preso ingresse na LB?

Todos os presos da LB são transferidos?

Quantos presos têm na LB?

Quantos chegam e quantos saem por mês?

Quantos guardas fazem a segurança da LB?

Quantos funcionários têm a LB?

Qual a hierarquia entre funcionários?

Qual a hierarquia entre presos?

Qual o modo de vida do preso da LB?

Quais são os horários dos presos da LB?

Quantos presos da LB trabalham?

Quantos trabalham pela Santa Cabrini e quantos trabalham por conta própria?

Quantos estudam?

Quantos ficam ociosos o dia todo e por que?

Como é feita a distribuição e a escolha das atividades oferecidas?

Qual o motivo que o sr. atribui a LB ser tão diferente das demais?

ANEXO IV

GLOSSÁRIO

A elaboração desse glossário consistiu numa tarefa muito interessante. Numa de nossas visitas à unidade prisional (09/11/06), propusemos a um preso-faxina que ele nos ajudasse a elaborar um glossário, para que pudéssemos entender melhor a linguagem da prisão. O que era para ser apenas mais uma parte da elaboração de nossa pesquisa tornou-se uma diversão. Logo outro “faxina” se aproximou para nos ajudar e os dois empreenderam vários diálogos utilizando o linguajar da prisão. Um terceiro “faxina”, vez ou outra se aproximava, dando mais alguma sugestão de algo que ele havia lembrado. Foi uma pena não termos tido a oportunidade de gravar a elaboração de nosso glossário. No dia seguinte, levamos para que eles vissem o livro “Cemitério dos Vivos”, pesquisa elaborada pela socióloga Julita Lemgruber na Penitenciária Talavera Bruce no final da década de 70 (1999). Esta obra traz também um glossário, de maneira que pudemos mostrá-los como é que queria fazer no nosso trabalho. Pedimos que eles atualizassem o glossário feito pela Julita e mais uma vez vieram dezenas de exemplos de como o preso fala hoje em dia. Eis então o material que recolhemos:

A cadeia fechou – expressão usada quando, por algum motivo, o deferimento de progressão para o regime semi-aberto é revogado, fazendo com que o preso retorne para uma unidade prisional de regime fechado.

Açúcar – cocaína.

Adiantar – ajudar.

Agir a vida – cuidar da vida.

Águia – guarda que vigia do alto.

Alemão – pessoa de outra facção (não se trata de policial).

Aprontar – fazer algo que cause problemas a alguém.

Armar – sinônimo de aprontar.

Atrasar – atrapalhar.

Atravessar – (travessar) ser transferido para outra cadeia.

Avião – pessoa que transporta drogas, bilhetes.

Bala, balinha – maconha.

Boi – sanitário no chão, vaso turco.

Bracelete – algema.

Brilho – cocaína.

Brilhosa – quentinha da refeição.

Brizola – cocaína.

Bucha – aquele que paga pelo que não fez.

Bunda mole – alguém sem experiência de cadeia.

Cabeça feita – quem tem experiência de cadeia e não se deixa influenciar.

Cachorrinho – delator com exclusividade, isto é, delata somente para um determinado funcionário. Ex: cachorrinho do chefe.

Cadeia de tranca – o preso permanece dentro da cela o dia inteiro.

Cadeia de facilidade ou cadeia aberta – é aquela onde após o café as celas são abertas para o preso ir onde ele quiser.

Cafofo – esconderijo.

Cafungar – cheirar cocaína.

Caguetar – delatar.

Caguete – quem delata.

Canetar – punir a pessoa através de procedimento disciplinar, com “CTC”.

Catatau – bilhete.

Classificação – estar classificado – é a referência ao termo elencado no Regulamento do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro, Decreto nº 8897 de 31 de março de 1986, que traz em sua “seção VI” como se dá a classificação do preso nos índices de aproveitamento. Este índice toma por base as atividades relativas ao trabalho, educação e disciplina, e comporta seis classificações: excepcional, excelente, ótimo, bom, neutro e negativo. Também é relacionada ao ingresso do preso em alguma atividade laborativa e/ou educacional.

Coletivo – todos os internos.

Comarca – cama.

Comédia – referência dada ao preso que se mete em confusão.

Confere – contagem.

Correr frouxo – administração com pouca repressão.

Corujão – quem toma conta da vida alheia

CTC – o significado de CTC é “Comissão Técnica de Classificação”. Tal comissão é formada por um psiquiatra, um psicólogo, um assistente social e dois chefes de serviço, designados pelo diretor, dentre os servidores em exercício no respectivo estabelecimento. À CTC cabe opinar sobre o índice de aproveitamento, apurar e emitir parecer sobre infrações disciplinares ocorridas nos estabelecimentos penais, dentre outras atribuições. Ela é também prevista no artigo 7º da Lei de Execução Penal. Usualmente é relacionada a punições disciplinares, no entanto, nessa unidade prisional, é feita a “CTC” para opinar quanto à classificação de algum preso para que este exerça algum tipo de atividade laborativa e/ou educacional. Ressalte-se que essa atribuição não está relacionada no Regulamento do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro, Dec. 8897/86, seção II, que traz a competência das CTC’s.

Cubículo – cela.

Dançar – ser eliminado de alguma faxina, ser descoberto com algo ilícito, enfim, se dar mal.

Dar a volta – enganar.

Dar um carrinho – transferência decorrente de punição disciplinar.

Dormideira – quando as esposas passavam o final de semana dormindo na cadeia.

Esculacho – violência.

Estoque – arma confeccionada pelo preso.

Extermínio – pessoa que mata, pessoa braba.

Faxina – abreviação de preso-faxina.

Flagrante “farjuto” – flagrante armado.

Garoto – homossexual.

Gravatas – referência feita aos criminosos com maior poder aquisitivo.

Intrujões – pessoa que compra o objeto do furto ou do roubo. Essa referência foi citada para a receptação de automóveis.

Já é – quando há uma notícia boa, a confirmação de algo bom. Ex: sair no livramento condicional.

Manual – preso que trabalha com artesanato.

Marroca – pão.

Meia meiota – termo de valor financeiro utilizado para a compra de drogas nas décadas de 70 e 80.

Meter bronca – se meter em confusão.

Miolo – interior da Penitenciária. Também é o pedacinho de chão cabível ao preso que não tem “comarca”.

Mula – mulher que carrega droga.

Mutuca – maconha.

Neurose – quando a pessoa cisma com alguma coisa.

Noventa (pedra noventa) – pessoa que não delata ninguém.
Otário – preso inexperiente.
O homem, os homens – Diretor da unidade ou pessoas relacionadas à repressão.
Padrinho – preso ou guarda que oferece proteção.
Panelão – cadeia onde o preso só recebe a comida e violências físicas.
Papel, papelote – cocaína.
Parasita – preso que não faz nada.
Parlatório – visita íntima.
Pau – surra.
Pinel – louco.
Pinote – estar foragido.
Pirulito – garrafa com papel enrolado, a qual é posto fogo, para fazer café.
Ponte – pessoa que estabelece contato entre os internos.
Preso-faxina – é o nome dado àqueles que exercem algum tipo de atividade laborativa relacionada à administração da Penitenciária. Também é utilizada a forma abreviada do termo. Há “faxinas” da direção que realizam serviços burocráticos até o “faxina” da galeria que é responsável por varrê-las.
Proibidões – música funk que faz apologia ao crime.
Puxar cadeia – cumprir pena.
Quilingar – furto.
Rango – comida.
Ratão – lugar onde é praticado sexo às escondidas.
Recortado – comida melhorada.
Relógio – preso que usa outro preso para ficar desabafando.
Renumerado – é o mesmo que remunerado.
Rodar – o mesmo que dançar, ser pego praticando ilícito.
Segurar um crime de outro – ser condenado pelo que não cometeu, é o bucha.
Seguro – quando a pessoa não pode ficar junto do coletivo.
Senha – autorização concedida pela direção para adentrar no setor administrativo da prisão.
Ser passado apronto – perder privilégios.
Sujar – ser pego cometendo ato ilícito.
Sujeira – delator ou sujeito que atrapalha um ato ilícito.
Surda – cela de segurança.
Tá com areia no bolso – pessoa presa há pouco tempo (até cinco anos).
Ter furo – estar comprometido de alguma forma.
Ter rabo preso – o mesmo que ter furo.
Tirar cadeia – cumprir pena.
Traíra – traidor.
Tranca – castigo.
Trouxinha – pequena porção de maconha.
Vencer lei – quando o preso faz jus a algum direito.
Vender peixe podre – fazer fofoca infundada.
Ventilar – delatar.
Verme – pessoa indesejada.
Vigiar barra – dar cobertura.
X-9 – informante da administração.

ANEXO V

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PRESOS COM LEMBRETE DE PERGUNTAS

HISTÓRIA DE VIDA

Qual seu nome completo?
 Qual a sua idade e onde você nasceu?
 Como foi a sua infância? (rua, bairro)
 Como foi a sua juventude? (rua, bairro)
 Você estudou?
 Qual foi seu primeiro trabalho? Com qual idade?
 Quando foi preso você estava trabalhando? (em quê?)
 Você se casou? Teve filhos?
 O que você mais gostava de fazer antes de ser preso?
 Qual a imagem da prisão que você tinha antes de ser preso?
 Você antes de ser preso já conhecia alguém que tivesse sido preso?

MOTIVO DA PRISÃO

Por que você foi preso? (Qual o crime?)
 Por que praticou esse (s) crime (s)?
 Qual a sua pena e há quanto tempo você já está preso?
 Já praticou outros crimes?
 Você acha que merece estar preso?
 Na sua opinião quem são os criminosos?

A PRISÃO VISTA POR DENTRO

Como foi o seu primeiro contato com a prisão?
 Já ficou em outra UP?
 Há quanto tempo está aqui na Lemos?
 Por que você veio para cá?
 Como é que é feito o ingresso na Lemos? (seguro?)
 Qual a sua galeria? (Há alguma diferença entre as galerias?)
 Você recebe visitas? Elas são bem tratadas?
 Você já usou algum serviço daqui? (médico, social, jurídico)
 Como é o seu dia a dia? (Você vai na escola? E na Igreja? No auditório? Como é a comida?)
 Qual a importância das atividades disponibilizadas para você?
 Como você percebe o tempo passar?

TRABALHO E SUSTENTO

Você exerce alguma atividade aqui na prisão? (faxina, sta Cabrini, independente, manual)
 Ganha remição?
 Como você vê a oportunidade de se trabalhar na prisão?
 Qual a diferença de se trabalhar aqui e lá fora?
 Como é feita a classificação? (espera)
 Você se sustenta como?
 Quando você necessita de algo como você faz para comprar?

DISCIPLINA

Como é a relação dos guardas com os presos?
 Você já presenciou algum tipo de violência na prisão?

E aqui na Lemos?
Como funciona a disciplina aqui?
Sempre foi assim?
Como seria mais correto na sua opinião? (o que está errado?)
Como é a relação com os outros presos?
Você percebe alguma diferença entre a criminalidade de antigamente e a de hoje? (qual e porque?)
Você fez amizades aqui?
Há algum momento em que o senhor se sente como se estivesse livre?

LUGAR DE MEMÓRIA

O que você acha do fim da Lemos?
Há algum espaço da Lemos que lhe traga alguma lembrança em especial? (boa ou ruim)
Há alguma história interessante que você já tenha ouvido falar sobre a Lemos?
O que você espera da nova prisão?

RESSOCIALIZAÇÃO

A prisão ressocializa? (trabalho)
Por que há tanta reincidência?
O que você vai levar de lembrança da prisão?
Como será a vida lá fora quando você sair? (trabalho)
Como você acha que a sociedade vê o preso?
O que mudou em sua vida após ter vivido essa experiência da prisão?
Qual seria a solução para o sistema prisional? (o que deveria ser feito com os criminosos?)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)